

RNRJ

REGIAO
METROPOLITANA
DO RIO DE JANEIRO

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO



PRODUTO 01 - Plano de Trabalho

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Luiz Fernando Pezão – Governador

Francisco Dornelles – Vice Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

Affonso Henriques Monnerat Alves da Cruz - Secretário

Vicente de Paula Loureiro - Diretor Executivo da Câmara Metropolitana de Integração Governamental

GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA

COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Paulo César Costa – Diretor Executivo Adjunto da Câmara Metropolitana de Integração Governamental

Luiz Firmino Martins Pereira – Superintendente de Planejamento

Gerard Andres Fischgold – Superintendente de Projetos

Affonso Junqueira Accorsi – Coordenador de Planejamento

EQUIPE TÉCNICA

Ana Paula Sant'Anna Masiero – Engenheira Civil

Bruno Jorge Vaz Sasson – Engenheiro Civil

Carmem Lúcia Petrágli – Engenheira Civil

Christiane Lemos Ammon – Arquiteta e Urbanista

Edison Rodrigues Barreto Junior – Economista

Jelcy Willekems Trigueiro Filho – Técnico em Planejamento

Márcia da Costa Ribeiro Campos – Arquiteta e Urbanista

Marcus Galvão Fernandes de Vasconcelos – Jornalista

Milton de Mello Bastos – Arquiteto e Urbanista

Nelson Caldeira – Administrador

Pedro Motta Lima Cascon – Arquiteto e Urbanista

Sydney Dias Menezes – Arquiteto e Urbanista

Solange Maria de Freitas Bezerra – Assistente Social

Vera Lúcia Sanches França e Leite – Arquiteta e Urbanista

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Palácio Guanabara

Rua Pinheiro Machado, s/n, Laranjeiras. Rio de Janeiro - RJ

CONSÓRCIO QUANTA/JAIME LERNER– COORDENAÇÃO

Alexandre Weber Aragão Veloso - Coordenador Técnico

Jaime Lerner - Coordenador de Estratégias

José de Ribamar Sousa - Coordenador Comercial

Marina Cabreira Bastos - Coordenadora Gerencial

Willy Müller - Coordenador Geral

CONSÓRCIO QUANTA/JAIME LERNER – EQUIPE CHAVE

Jaime Lerner - Especialista em Planejamento Urbano

Riley Rodrigues de Oliveira - Especialista em Economia

Alberto Maia da Rocha Paranhos - Especialista em Administração Pública

Rômulo Dante Orrico Filho - Especialista em Transportes

Paulo Canedo de Magalhães - Especialista em Saneamento Básico

CONSÓRCIO QUANTA/JAIME LERNER – EQUIPE TÉCNICA

Alexandre Weber Aragão Veloso - Especialista em Planejamento do Território

Anabela Paiva - Especialista em Comunicação

Ariadne dos Santos Daher - Especialista em Equipamentos Sociais

Nerêo Cardoso de Mattos Júnior - Especialista em Direito Urbano

Paula Lemos Azem, Especialista em Monitoramento e Avaliação

Pedro Daniel Strozemberg - Especialista em Mecanismos de Participação

Ricardo Duarte Pontual, Especialista em Habitação

Valéria Figueiredo Bechara Elias - Especialista em Patrimônio Histórico e Cultural

CONSÓRCIO QUANTA/JAIME LERNER - EQUIPE DE APOIO

André Sales Sousa - Apoio Técnico em Arquitetura e Urbanismo

Jennifer Cristina da Costa - Apoio em Desenho Técnico

Lyvia Cleide Moura Chaves - Apoio Técnico em Geografia e Geoprocessamento

Marina Benício Baptistão Suhett - Apoio Técnico em Arquitetura e Urbanismo

Nara Boechat Roberty - Apoio em Mídias Sociais e Cobertura de Eventos

Renata Alves Moreira - Apoio Administrativo

CONSÓRCIO Quanta / Jaime LernerR

Av. Rio Branco, nº 277, sala 1604, Centro

Rio de Janeiro / RJ

CEP 200 40-009

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	5
1.1 Introdução	5
1.2 Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado	6
1.3 Contexto Metropolitano	8
2. FASES DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO	14
2.1 Concepção Metodológica	14
2.2 Fundamentos Específicos e Operacionalização das Atividades	19
2.2.1 Fase Preparatória	19
2.2.2 Diagnóstico e Visão de Futuro	19
2.2.2.1 Fundamentos específicos	19
2.2.2.1.1 Visão de Futuro para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro	21
2.2.2.1.2 A Premissa da Policentralidade	25
2.2.2.2 Operacionalização das Atividades na Fase de Diagnóstico e Visão de Futuro.....	26
2.2.2.3 Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos de Implementação	29
2.2.2.3.1 Fundamentos Específicos	29
2.2.2.3.2 Particularidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	30
2.2.2.3.3 Operacionalização da fase de Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos de implementação	53
2.2.2.3.4 Instrumentalização do Diagnóstico e da Visão de Futuro	53
2.2.2.3.5 Consolidação de Modelo de Desenvolvimento e Cenários	54
2.2.2.3.6 Definições de Estratégias de Desenvolvimento.....	54
2.2.2.3.7 Elaboração do Programa de Ações e Detalhamento das Propostas	54
2.2.3 Plano Integrado	54
2.2.3.1 Operacionalização da Fase	55
2.2.4 Síntese de Atividades.....	56
2.2.5 Agenda de Eventos Externos na Fase de Diagnóstico e Visão de Futuro	57
2.2.6 Equipe técnica	58
2.2.7 Cronograma Físico Financeiro	60
3. PLANO DE PARTICIPAÇÃO	61
3.1 Premissa	61
3.2 Estratégia.....	61
3.3 Público Chave.....	62
3.4 Instâncias de Participação.....	63

3.5 Algumas Atividades Locais a serem inseridas (Expansão Geográfica)	64
3.6 Atividades	65
3.6.1 Distribuição das Atividades	65
3.7 Produtos	65
3.8 Fase de eixos e instrumentos de implementação.....	70
3.9 Fase Plano Integrado	70
3.10 Composição sugerida do Conselho Consultivo do Plano Metropolitano.....	70
4. PLANO DE COMUNICAÇÃO	72
4.1 Desafios	72
4.2 Estratégia.....	73
4.3 Atividades.....	75
4.3.1 Estruturais.....	75
4.3.2 Regulares	76
4.4 Equipe	77
4.5 Cronograma	77
4.5.1 Visão de Futuro e Diagnóstico.....	77
4.5.2 Eixos e Instrumentos de Implementação	80
4.6 OUTRAS INICIATIVAS	80
ANEXO	

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Introdução

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado para Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PEDUI) encontra-se no âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública e Desenvolvimento Territorial Integrado – Rio MetrÓpole – Pró-Gestão II. O Programa, financiado pelo Banco Mundial, tem como objetivo ajudar o Governo do Estado a melhorar a prestação de serviços por meio da introdução de tecnologias da informação da gestão baseado no desempenho e um enfoque em desenvolvimento territorial integrado em serviços públicos essenciais.

O Programa está dividido em quatro componentes, operando ao longo de três dimensões:

- (i) Integração transetorial do planejamento do uso da terra, habitação, transportes, gestão de risco de desastres, meio ambiente, etc.;
- (ii) Coordenação multijurisdicional entre os diversos municípios e órgãos estaduais; e
- (iii) Por meio de um enfoque espacialmente integrado para reduzir os hiatos na prestação de serviços entre áreas de alta e baixa renda.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro representa um desafio territorial por carecer de uma estrutura de governança de nível médio capaz de enfrentar o desenvolvimento contínuo do território e o planejamento integrado dos serviços.

A contratação de serviço de consultoria para desenvolvimento do PEDUI foi realizada através do Componente 1: Fortalecimento da gestão metropolitana por meio da integração e coordenação do desenvolvimento urbano, habitação, transportes, meio ambiente e gestão de riscos de desastres.

As atividades propostas do Programa visam fortalecer a gestão metropolitana no Rio de Janeiro direcionando os múltiplos setores de forma abrangente. Isso será alcançado mediante os componentes, abrangendo as áreas de gestão das finanças públicas, governança metropolitana e territorial, habitação e regularização fundiária, meio ambiente e gestão de riscos de desastres, bem como desenvolvimento social.

Abaixo a tabela com o resumo do Programa em componentes e respectivos valores, num total de US\$ 48 milhões financiados pelo Banco Mundial:

Componentes do Projeto	Custos do Projeto (U\$ milhões)	Financiamento BIRD
1. Fortalecimento da gestão metropolitana por meio da integração e coordenação em desenvolvimento urbano, habitação, transportes, meio ambiente e gestão de risco de desastres.	16,4	100%
2. Melhoria das condições de vida nos ambientes sociais mais vulneráveis.	23	
3. Fortalecimento das funções centrais de financiamento e tributação.	6,1	
4. Gestão do Programa	2,5	

1.2 Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PEDUI) é fruto dos esforços de articulação institucional, como o advento da Câmara Metropolitana de Integração Governamental e medidas legais que propiciaram a esta maior capacidade para gerir, planejar e estabelecer prioridades e parâmetros para a definição de políticas públicas de interesse comum em âmbito metropolitano, e a própria iniciativa de elaboração de um Plano Estratégico participativo.

Apesar da perspectiva estratégica e de longo prazo o Plano se destacará, também, pela importância das ações de curto prazo, que deverão servir de elemento motivador concreto para uma consolidação efetiva da instância metropolitana, e gerar novas energias e credibilidade que catalisem um amplo espectro da sociedade e seus representantes, no sentido de uma vigorosa continuidade das ações seguintes.

Nestes termos, o PEDUI deve, como sua própria denominação sugere, ser uma referência estratégica para as tomadas de decisão das instâncias governamentais, e balizador da sociedade civil quanto ao seu envolvimento. Assim, seus objetivos específicos devem se constituir nos passos a serem cumpridos para se ter em mãos um plano que seja instrumento efetivo para a reorganização do território metropolitano. Essa reorganização territorial deverá ter como Norte a visão de futuro, que deverá ser amadurecida coletivamente dentro das atividades do Plano participativas.

Serão definidos cenários que tomarão por base diagnósticos que captarão e aprofundarão o entendimento dos conteúdos a serem tratados em cada eixo estruturante (expansão econômica; patrimônio natural e cultural; mobilidade; habitação e equipamentos sociais; e saneamento e resiliência ambiental). Esses cenários deverão incorporar também ruídos exógenos, como alternativas de conjunturas macroeconômicas, e tomarão uma dimensão espacial integrada no sentido de apontar os vetores e núcleos de expansão econômica e os demais elementos a serem tratados para a consecução de um território de múltiplas centralidades conectadas, complementares e harmônicas. E sempre tendo em mente o caráter de justiça social e redução das desigualdades.

Contemplando os horizontes de curto, médio e longo prazos, considerados em todas as fases anteriores, as ações prioritárias serão definidas com base em estratégias setoriais integradas entre si, e compreendendo o conjunto do território metropolitano e a consequência de se contemplar o bem comum a todos os entes envolvidos.

O processo de elaboração do PEDUI deverá ser marcado pelo uso, aprimoramento e construção de propostas de mecanismos e instrumentos (de participação, jurídicos, financeiros, institucionais, de gestão, comunicação, qualificação e monitoramento e avaliação) que deverão contribuir no estabelecimento permanente e continuado do debate representativo e participativo acerca dos desafios e soluções para o território metropolitano. Parte desses mecanismos e instrumentos devem jogar papel importante no estabelecimento de uma governança regional e na factibilidade e operacionalidade das ações propostas pelo Plano Estratégico. Trata-se, pois, de um plano que vai além do estratégico ao apresentar preocupações e reflexões sobre questões táticas, e ordenar e estruturar elementos operacionais.

Todos esses passos abordados nesse item se constituem nos objetivos específicos a serem alcançados. Metodologicamente eles seguirão os passos de coleta e exploração de dados e informações; processamento e análise desses, e geração de alternativas de cenários; escolha da alternativa ótima factível; definição de estratégias integradas, priorização das ações a serem implementadas; e definição de mecanismos e instrumentos que viabilizem e agilizem essa implementação no curto prazos.

As necessidades de reestruturação do território metropolitano para uma policentralidade que propicie elementos estruturantes e modos de vida mais equânimes e de qualidade, nos leva a desafios complexos, mas, acima de tudo, se apresentam completamente factíveis dados os imensos potenciais naturais, culturais, turísticos, de inovação e de produção presentes neste território tão singular e de abrangência internacional.

Cabe ao plano uma abordagem técnica e metodológica que propicie a construção cuidadosa e participativa de um caminho objetivo, de definição de uma tendência de expansão e estruturação espacial, dentro de um novo modelo de desenvolvimento. É através de compreensão e articulação de elementos relevantes para o território que serão definidas estratégias e ações integradas, e os instrumentos necessários para sua devida execução, definindo claras matrizes de entradas (responsabilidades, meios financeiros, jurídicos, de gestão, controle, etc.) e saídas (implementações) que orientem a concretização do Plano.

1.3 Contexto Metropolitano

No passado encontramos as origens da memória edificada desta metrópole, de tão singular expressão no cenário nacional e internacional. Desvelando-se as camadas da história sucedem-se no espaço os registros urbanos da sede do Brasil Colônia, da vinda da Família Real Portuguesa, da capital do Império que depois se estabelece como da República; os resultados de reformas urbanas como as promovidas por Pereira Passos, Carlos Sampaio, Carlos Lacerda, que remodelaram o Centro e expandiram para o Norte, o Sul e o Oeste as possibilidades de urbanização; as marcas do ordenamento administrativo peculiar que fez coincidir os limites do Distrito Federal com os do município do Rio de Janeiro, sendo nessa época Niterói, do outro lado da Baía da Guanabara, a capital do Estado; as conseqüentes relações de polaridade que afetaram os municípios adjacentes a essas duas centralidades moldando, associados à presença estruturante dos trilhos do trem e de suas estações, a ocupação do subúrbio carioca e da baixada fluminense.

Em 1974 foi criada a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Junto se estabeleceu a Fundação para o Desenvolvimento da RMRJ (FUNDREM), que não conseguiu o respaldo necessário para propiciar a gestão compartilhada de políticas públicas e recursos com foco na área metropolitana e terminou sendo extinta em 1989. Somente em 2013 foi criada uma entidade de coordenação para o território metropolitano fluminense, a Câmara Metropolitana. Durante esse período sem uma institucionalidade própria explícita, a RMRJ teve poucos programas de interesse estratégico comum.

A superposição de ativos e passivos determinam os contrastes em termos de qualidade de vida nos diversos espaços regionais. Num cenário recente, o Rio de Janeiro vem sendo recipiente de investimentos significativos, capitaneados agora pela vitrine privilegiada dos Jogos Olímpicos que se avizinham. Obras de mobilidade; a revitalização da área portuária; empreendimentos culturais de vulto compõem um importante legado para a cidade que precisa ser também apropriado pela metrópole. A cidade do Rio de Janeiro reforça assim seu papel de polo turístico e

cultural em nível mundial, devendo ser pensada uma forma de se estender os benefícios desses ativos, que estão concentrados, ao conjunto dos municípios.

A autonomia municipal, enraizada em todos os documentos de gestão pública e no imaginário coletivo da população brasileira, tem sido um forte obstáculo à discussão da eventual criação de um “governo metropolitano”. Este entrave institucional aponta para a necessidade de imprimir um equilíbrio adequado entre a região metropolitana como “recorte territorial do Estado”, por um lado, e como “espaço consorciado de interesse intermunicipal”, por outro lado. A aprovação da Lei de Consórcios Públicos, em 2007, já foi um avanço para a solução de problemas de interesse comum.

Atualmente, observa-se no Estado do Rio de Janeiro experiências interessantes de associação intermunicipal além de outras iniciativas ocasionais e de menor abrangência. Todavia, ainda não há uma rotina de foco metropolitano nos moldes e tradição existentes.

A despeito de ser a segunda principal concentração urbana e econômica da América do Sul, a RMRJ carece de análises. Cabe uma sistematização robusta de informações disponíveis sobre as especificidades da configuração espacial e da organização das atividades.

As decorrências negativas do excesso de concentração das atividades econômicas, apontam para a necessidade da elaboração de uma estratégia de reordenamento espacial dessas atividades.

Um destaque deve ser dado ao apoio das atividades de inovação tecnológica, que já possui uma espinha dorsal na capital. Trata-se de setor transversal e estratégico.

Uma atividade de grande poder de geração e distribuição de renda, de integração é o Turismo. O Rio de Janeiro fixa-se definitivamente como um destino de demanda global. Além do forte capital cultural, a RMRJ possui patrimônio natural e cênico incomparáveis.

Nas últimas décadas, as várias formas de Patrimônio Cultural têm assumido papel importante no desenvolvimento urbano em decorrência da dinamização de atividades de lazer, cultura, educação e seus desencadeamentos socioeconômicos, destacadamente no setor da economia criativa, com forte potencial empregador e com estreita relação estratégica com o setor de turismo.

A carência de uma integrada gestão do patrimônio cultural leva, por um lado, localidades importantes para fora de um circuito turístico que poderia ganhar mais densidade com a

diversificação das rotas e enriquecimento do destino turístico, que tem como porta de entrada a Cidade Maravilhosa.

Os riscos ambientais associados ao crescimento econômico e investimentos futuros exigem a criação de um espaço institucional intermunicipal forte, suprapartidário, que promova diretrizes para o levantamento, identificação e avaliação dos aspectos / impactos negativos e positivos localizados, devendo dentro do planejamento receber a contribuição participativa da população local dos diversos municípios a serem representados nesse espaço, assim como nos riscos ambientais associados às fases de implantação desses projetos e empreendimentos propostos.

Já na área da habitação a RMRJ, segundo o Plano de Habitação de Interesse Social (PEHIS), em 2010, mais de 500 mil moradias (cerca de 14% do estoque total da RMRJ) apresentavam um ou mais tipos de deficiência ou indisponibilidade (abastecimento de água, coleta de esgotos e lixo, e inexistência de banheiro); o déficit habitacional era de 321,4 mil unidades (8% do total em estoque); e o número de domicílios existentes nos aglomerados subnormais encontrados pelo IBGE ¹, é de cerca de 300 mil unidades. O tempo excessivo gasto nos deslocamentos casa-trabalho, que é o mais elevado do conjunto de Regiões Metropolitanas do país, se agrega ao passivo de problemas do setor habitacional resultante do forte descolamento entre áreas habitacionais e os centros de oferta de trabalho e serviços.

Olhando-se para o futuro o quadro é ainda mais desafiador. Projeções para o aumento do número de domicílios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, indicados nos Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS (2010-2027), e no Plano Diretor da Região de Influência do Arco Metropolitano (2010-20130), foram de, respectivamente, cerca de 91 mil, e 72 mil unidades/ano. Na ausência de políticas habitacionais mais abrangentes, eficientes e articuladas com os planos de organização territorial, a maior parte daqueles domicílios surgirá em favelas já existentes ou através da formação de novos assentamentos informais, inclusive em áreas de risco ou impróprias para a ocupação devido a outros fatores.

O planejamento da RMRJ precisa ser integrado ao projeto de drenagem urbana, para que este seja, de fato, sustentável ao longo do tempo. Projetos de drenagem falham se não acompanhados de controle de uso do solo e urbanização sustentável. Cabe indicar elementos que: minimize a dificuldade legal/institucional decorrente da responsabilidade sobre o uso do solo ser

¹ Segundo o IBGE, aglomerado subnormal é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: i) irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou; ii) carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

municipal e a gestão do rio ser estadual; e implemente novos paradigmas, como a “paisagem urbana multifuncional”, que amenizem as cheias e disciplinem as águas urbanas para uso compartilhado com o lazer e melhoria na saúde pública, na mobilidade e no desenvolvimento da região.

Na RMRJ temos duas importantes baías e inúmeras lagoas com potenciais belezas e incrustadas em região de elevada densidade populacional. Seus principais problemas são a elevada poluição, atrelada à questão do esgoto doméstico e a dificuldade na circulação de suas águas, que necessita de estudos e ações que façam desses corpos hídricos mais que “paisagem”.

Os últimos anos têm apresentado algumas fragilidades da segurança hídrica na RMRJ. A falta de preservação de água bruta e a forte dependência das águas do rio Paraíba do Sul são os principais pontos críticos. Além da possibilidade de ampliação da preservação do rio Paraíba do Sul, há pontos fora desta bacia, que podem gerar significativo aumento da segurança hídrica.

A qualidade do sistema de coleta e tratamento de esgoto doméstico na RMRJ é absolutamente insuficiente para proporcionar habitantes e ambiente saudáveis, e o combate à pobreza. A universalização da água e do esgoto está muito distante de todas as metas. Várias cidades da RMRJ estão em situação dramática no quesito esgoto doméstico. Trazer a distribuição de água para um nível “aceitável” requer investimento compatível com a capacidade dos cofres públicos. No entanto, a questão do esgoto doméstico passa pela captação adicional de investimentos na ordem de R\$15 bilhões.

Em termos de gestão integrada, destaca-se a enorme quantidade de obras de instalação de rede em áreas urbanas na RMRJ. Isso requer um difícil e detalhado planejamento conjunto entre municípios e estado. Esse tipo de obra traz grande impacto ao cotidiano das cidades e necessidade de obras dentro de densos centros urbanos requererá plano de espaçamento dessas no tempo e no espaço.

Na RMRJ há, desde 2012, normas sobre o gerenciamento da disposição final de resíduos sólidos em aterros sanitários. Apesar do forte avanço, algumas lacunas demandam aprofundamentos na interação entre os municípios e a Agência Reguladora do Estado do Rio.

Além disso, é importante o aprimoramento do arcabouço legal que controle a geração indiscriminada de embalagens pelas indústrias. Deve-se também estabelecer Programa de Metas para controle da eficiência e eficácia dos serviços de coleta de resíduos domiciliares e destinação final. Atualmente, os bueiros de ruas, as galerias de águas pluviais e os rios urbanos estão sistematicamente sujeitos a fortes impactos gerados pelo lixo. O lixo domiciliar levado pelas chuvas

antes de ser devidamente coletado em caminhões acabam chegando aos sistemas de águas pluviais e aos rios, agravando as enchentes, poluindo os rios, lagoas e baías.

Observa-se na abordagem desse e dos demais eixos a grande interdependência das soluções dos mais diversos espectros que são caros para o sucesso da construção de uma RMRJ melhor de se viver e cada vez mais competitiva. Esse imbrincamento se reveste em um dos grandes desafios para o Plano Estratégico. O sucesso do planejamento, gestão e execução nesse sentido resultará em grande potência dos resultados e apresentações de soluções consistentes. Fica claro que, só dentro de uma gestão ao nível metropolitana isso pode ser possível.

Os avanços na administração governamental concentram-se na recuperação da capacidade de investimento e no aprimoramento gerencial, sem chegar a incluir esforços na direção de qualificar a interação entre cidadãos, parlamentos e governos. São ainda tímidos os canais de diálogo e colaboração entre setor público e sociedade, o acesso limitado aos processos decisórios e de execução de investimentos governamentais e uma forte descrença da credibilidade da representação política e dos agentes públicos marcam este campo. Mantendo a lógica perversa da desigualdade, mais uma vez, este cenário sendo tão mais verdadeiro quando mais distante das áreas centrais da capital, ainda que se aplique de fato para todo o conjunto do estado.

O cenário atual e as perspectivas têm demonstrado necessidade dos Municípios da Região Metropolitana e demais aglomerações urbanas estarem articulados para promoverem ações interfederativas que proporcionem incremento de arrecadação, reduzam o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias e internalizem políticas públicas que beneficiem a todos destas regiões.

Nossos maiores espaços urbanos constituem territórios bastante complexos, onde estão concentradas, simultaneamente, parte substancial da capacidade produtiva do país e dos dilemas e desafios societários do desenvolvimento regional. Com efeito, a gestão metropolitana do Rio de Janeiro, dentre algumas medidas que possam gerar externalidades positivas para todas as cidades circunscritas, necessitará de uma reconfiguração do Fundo Contábil de Desenvolvimento Metropolitano, para que o mesmo se apodere da ampliação da base arrecadatária dos municípios.

Nesse contexto, o Fundo Contábil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, necessitará de uma equalização da aplicação da Lei Complementar 116/2003, que estabeleceu a competência aos Municípios para instituir o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. O ISSQN é um tributo de competência municipal incidente sobre 40 segmentos, subdivididos em 183 serviços.

No Brasil, o governo central tem um grande peso nas finanças públicas. O processo de descentralização encampado desde 1988 é bastante comedido. Muito além da descentralização, a federação brasileira experimentou um forte processo de municipalização. Passou a operar uma ligação cada vez mais direta entre Brasília e as prefeituras de todo o país. No atual cenário, precisamos superar o paradigma do individualismo municipalista e promover a cooperação entre as unidades locais.

Os municípios são os principais mantenedores dos serviços sociais universais. O padrão de financiamento ainda é nacional e trata igualmente cidades desiguais – tributação baixa, endividamento inacessível. A instância metropolitana abre possibilidades de articulação de recursos que devem ser desenvolvidas e exploradas. O consórcio, atento a estas questões, ofertará proposta no sentido de se explorar esta questão.

O Estado Federado possui o poder-dever de instituir região metropolitana, caso verifique a necessidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções ou serviços de interesse comum de municípios limítrofes. Essa necessidade advém da impossibilidade efetiva de municipalidades, isoladamente, darem respostas adequadas a complexas questões intermunicipais naturais (como bacias hidrográficas) e construídas (mobilidade, por exemplo). O Supremo Tribunal Federal (STF) afirma que a criação de regiões metropolitanas independe da anuência dos municípios, ou seja, seu caráter é compulsório (ADIN 1841/RJ e ADI 796/ES).

A titularidade das funções públicas de interesse comum e, em que grau, as municipalidades autônomas transferem para o Estado funções e poderes legalmente instituídos, sintetizam os elementos que dificultam a estruturação dos sistemas de governança metropolitana no Brasil.

No questionamento da constitucionalidade da Lei Complementar 87/97, editada pelo Estado do Rio de Janeiro, o STF consagrou que o estabelecimento de região metropolitana não significa simples transferência de competências para o Estado, reconhecendo, ainda, que o poder concedente e a titularidade dos serviços aos municípios e ao Estado devem ocorrer por meio de gestão compartilhada (órgão colegiado). Em 2015, o Estatuto da MetrÓpole consolidou e, de certa forma, ampliou as premissas da decisão do STF, apontando para o compartilhamento de responsabilidades entre estados e municípios no planejamento e execução de ações para o cumprimento das funções públicas de interesse comum.

Nesse contexto, cabe o desenvolvimento de instrumentos legais referentes à proposta de arranjos institucionais, e suas justificativas, no sentido de consolidar um modelo a ser aprovado pelo poder legislativo. Em paralelo, e dentro desse contexto, cabe identificar as necessidades de

ajustes no marco jurídico de estado e municípios e agências da RMRJ. O Estado deve adequar à sua legislação ao novo marco legal a fim de evitar novos questionamentos judiciais que, uma vez mais, inviabilizem o modelo de governança metropolitana.

O acima exposto sinaliza o grau de complexidade para a realização de um Plano Estratégico Metropolitano. Desafios histórico-culturais, oportunidades de criar conexões institucionais para trocas de experiências e, acima de tudo, o esforço no sentido de se construir uma participação legítima, ativa e duradoura, desde a primeira hora, é a marca que define o pano de fundo de todas as atividades que devem ser desenvolvidas no âmbito desse Plano. Isso é condição necessária para o sucesso e longevidade da tão necessária ação ao nível metropolitano que dê à RMRJ a efetivação de todas as suas potências de qualidade de vida e consolidação como território equilibrado de alta competitividade, destino turístico mundial crescente e vanguarda em novas tecnologias científicas e sociais.

2. FASES DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

2.1 Concepção Metodológica

Existe certo consenso, nos âmbitos acadêmico, social e político, sobre a crise teórica e prática por que passa o planejamento urbano. Os novos paradigmas de formas de produção, organização do consumo e mobilidade de capitais, pessoas e bens em escala global veem transformando sobremaneira a organização espacial da sociedade contemporânea. As novas relações construídas desde o final do Século XX têm transmutado a ideia de limite sobre a qual se representava historicamente a cidade tradicional, base do urbanismo moderno.

Em meio aos fenômenos de desterritorialização e multiterritorialização, a configuração da metrópole contemporânea se apresenta como um espaço central de elo entre o local e o global, e põe em crise a validade da tradição de planejamento ancorado no pensamento determinista científico, que decompõe a urbi em infraestruturas, usos, atividades setorializadas (*zoning*). A atual complexidade dos fenômenos sociais e econômicos, e sua espacialização, evidenciam a simplicidade destas técnicas de ordenação e planejamento incapazes de dar respostas válidas às necessidades atuais.

A emergência de um novo território, como é a metrópole contemporânea, que muda a escala de compreensão e de intervenção sobre os fatos urbanos, e multiplica as dimensões da sua complexidade, exige novos instrumentos e estilos de planejamento.

A percepção e condução desta realidade deve traduzir-se num marco planificador que dê resposta aos desafios de um futuro que não pode ser pré-determinado, e que, portanto, exige uma

vocação de salvaguarda do próprio processo de planejamento. Um planejamento mais ágil e flexível, adaptável às dinamicidades do contemporâneo, incorporando a inovação social como principal motor de mudança, e definindo uma nova temporalidade no seu desenvolvimento.

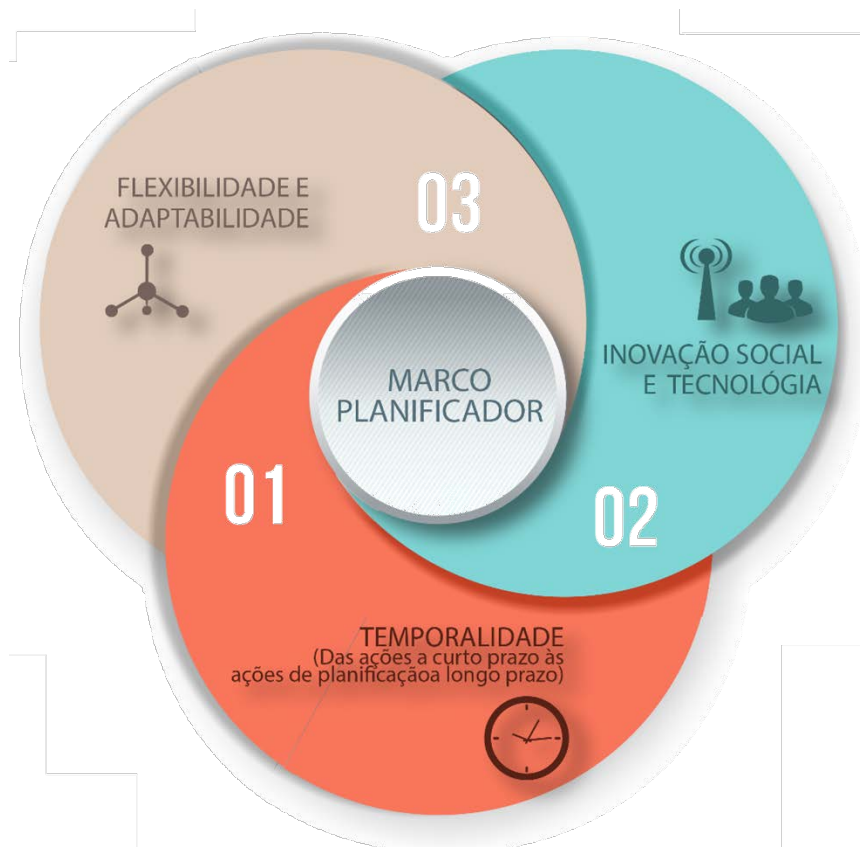


FIGURA 1: MARCO PLANIFICADOR. (FONTE: CONSÓRCIO QUANTA / LERNER)

A Governança Metropolitana e Planejamento Estratégico Territorial Participativo

O crescente processo de mundialização de mercados tem configurado uma nova hierarquia urbana que situa as aglomerações metropolitanas como os principais centros de produção econômica. Estes competem para atrair população qualificada, atividades econômicas de ponta, infraestruturas estratégicas, centros de tecnologia e universidades, assim como eventos internacionais. Simultaneamente, têm ocorrido transferências de atribuições de esferas estatais nacionais e regionais para as cidades. Algumas destas cidades concentram atrativos afeitos a lógica da globalização, bem como carregam o ônus de suas escalas crescentes (segregação social e espacial, crises de mobilidade, má qualidade ambiental, etc). Deficiências de articulações conjuntas e complementaridades estratégicas da área central da metrópole com todo seu entorno redundam em alto risco de perdas crescentes de competitividade e subutilização de potenciais que surgem quando da articulação desse território mais amplo.

A resposta a este cenário tem sido a definição de novos modelos metropolitanos de organização. Estes modelos de governo metropolitano caracterizam-se pela vocação de definir instrumentos flexíveis de cooperação entre os diferentes agentes do território, permitindo uma boa **governança**. Geralmente, os objetivos destes modelos de organização metropolitana centram-se em estabelecer políticas para melhoria ambiental, de competitividade econômica e da coesão social. Para tanto, uma visão de interesse supra municipal, nascida de uma perspectiva estratégica e global, e calcada em decisões consensuais, leva a exploração de economias de escala que potencializam a implementação e gestão de serviços públicos (mobilidade, coleta de lixo, gestão de recursos hídricos, etc.) e atração de investimentos.

Na prática, traduz-se em criação de estruturas ágeis de planejamento e de gestão metropolitana, em planos estratégicos legitimados por atores públicos e privados representativos, e uma generalização de redes e plataformas mistas público-privadas de promoção internacional.

Os desafios postos à governança metropolitana exigem um Planejamento Estratégico Territorial Participativo, como um método de trabalho que proporciona **objetivos metropolitanos de desenvolvimento socioeconômico e um programa de atuações definido no espaço e no tempo, no sentido de atingir esses objetivos**. Esse método responde à necessidade de abordagem integral, cuja elaboração e execução prescindem de um esforço coletivo, contando com a participação continuada da sociedade civil e dos níveis de governo que têm incidência sobre o território em questão.

Proposta Metodológica para o Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ

Um Plano Estratégico Territorial Participativo não deve ser entendido somente como a elaboração de um documento onde se elegem linhas de ação e projetos mais importantes a desenvolver num território. Trata-se, primordialmente, de um processo, onde intervém um número considerável de elementos e variáveis que devem ser geridos de maneira eficaz para que todos os agentes do território sejam conscientes que se está construindo um projeto deve ser executado. Assim, o importante de um Plano Estratégico é o uso que se faz dessa metodologia para conseguir uma participação efetiva de todos os atores na elaboração e execução do projeto de território integrado tecnicamente estruturado.

Fundados nas reflexões até aqui desenvolvidas, e considerando as especificidades delineadas para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ, centramo-nos nas fases de elaboração do Plano. A proposta metodológica estrutura-se dentro do plano de trabalho preestabelecido, onde se definem quatro fases:

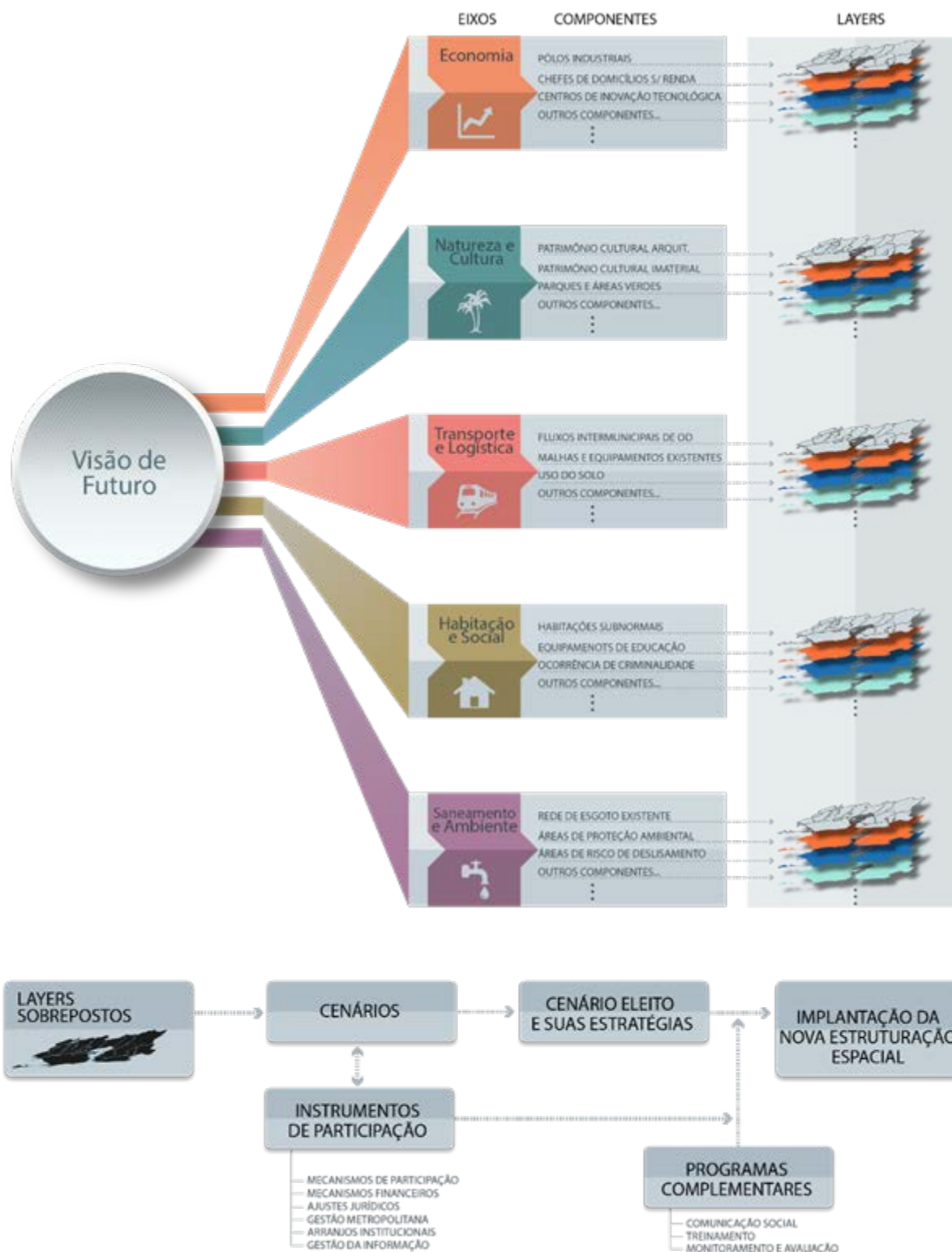


FIGURA 2: VISÃO DE FUTURO. (FONTE: CONSÓRCIO QUANTA / LERNER)

O caráter de função pública de interesse comum, e as possibilidades de sinergia com o entorno podem levar a apresentação de cenários que considerem importantes áreas fora da RMRJ, que podem complementar a rede de cidades, e/ou rede de equipamentos produtivos, e/ou rotas turísticas.

No conceito de rede de cidades está presente a estruturação do espaço com a identificação de uma **hierarquia de centralidades**. O grau hierárquico de cada centro reflete suas características econômicas e de infraestrutura, e define sua área de influência. A confrontação com o retrato de uma configuração atual versus a estruturação que se pretende alcançar levará, inevitavelmente, a necessidade de definição de instrumentos de controle do uso do solo em escala metropolitana que extrapolam um zoneamento tradicional. Cada categoria avaliada pode exigir uma espacialização específica. O cruzamento de todas as avaliações, passa por uma **análise de multicritério em SIG**, com legitimação do sistema de ponderação através de consulta a gestores técnicos e consultores.

Além de nós (centralidades, polos), a rede de cidade possui linhas de **conexão** (modais e estruturas do sistema de transporte regional e suas extensões com o exterior da região). A evolução da configuração atual para a estruturação pretendida passa também pela análise de categorias do eixo mobilidade que estão já postos na análise integrada da rede.

A definição de um cenário pretendido sob uma base multitemática gera uma situação complexa à objetivação de metas a serem cumpridas. Para tanto, o uso do recurso de **Coefficientes de Equilíbrio**, tanto servirá para cumprir o propósito de objetivação, como se reverterá em marco para definição de linha de corte. Cada coeficiente indicará o quanto cada município deverá avançar em cada eixo, ou elemento chave do eixo, para que o mesmo se coloque no patamar minimante aceitável de desenvolvimento para um membro da RMRJ. O coeficiente considera uma composição entre o gap do município a um mínimo absoluto aceitável e um patamar pretendido para o mesmo como mínimo relativo a sua posição hierárquica de centralidade.

Nos próximos itens serão apresentadas maiores informações sobre cada eixo. Deles serão geradas as bases para o desenho da reestruturação do espaço e definição da rede de cidades. Ao longo destes itens, dentro do que o espaço permitir, serão melhor evidenciados aspectos metodológicos, teóricos e de conhecimento do território em questão. Vale destacar que, assim como em todos os demais pontos dessa proposta, as abordagens dos eixos cobrirão todos os escopos definidos no edital.

2.2 Fundamentos Específicos e Operacionalização das Atividades

2.2.1 Fase Preparatória

Tratou-se de momento de alinhamento com o contratante e seus designados, no sentido de se estabelecer uma relação de parceria para condução do processo de preparação do Plano. Nessa fase se reafirmou o entendimento dos elementos fundantes para a execução do produto contratado e de detalhamento de questões operacionais.

Nesta fase ocorreram **4 reuniões** entre membros do consorcio e corpo técnico da Câmara Metropolitana no sentido de preparar as atividades do PEDUI (listas de presença no anexo deste documento). Ainda nesta fase foi possível proceder a realização de dois eventos de partida para instalação de instâncias de participação na elaboração do PEDUI quais sejam: o **Comitê Estratégico Metropolitano**, composto por gestores de secretarias e órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e **Comitê Municipal**, que abriga representantes dos municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A tempestividade na mobilização destas instâncias propicia o estabelecimento de canais de comunicação com representações dos poderes públicos que serão vitais para, dentre outras coisas, fornecer insumos para o bom resultado da fase seguinte, de diagnóstico e visão de futuro.

2.2.2 Diagnóstico e Visão de Futuro

2.2.2.1 Fundamentos Específicos

Essa fase se inicia após a entrega deste relatório e dispara o processo de interpretação da situação atual. O diagnóstico não deve realizar uma análise exaustiva, mas aproveitar trabalhos já realizados que permitam identificar temas críticos e/ou fundamentais para o desenvolvimento da RMRJ. Neste exercício a percepção dos agentes do território (públicos e privados) deve ser um elemento a incorporar desde o seu início. Trata-se de acordar com estes agentes ir além de um retrato sem liga com as demandas da dinâmica social vigente. Mais que dados objetivos, o diagnóstico deve incorporar os resultados dos diferentes instrumentos de participação implementados ao longo desta fase.

A organização da fase de diagnóstico se estrutura a partir dos seis eixos temáticos que constituem a aproximação analítica do Plano. Três eixos principais: Reconfiguração Espacial e Centralidades (EE1), Expansão Econômica (EE2) e Valorização do Patrimônio Natural e Cultural (EE3). E três eixos setoriais: Mobilidade (EE4), Habitação e Equipamentos Sociais (EE5) e Saneamento e Resiliência Ambiental (EE6). A natureza flexível da metodologia deve abrir possibilidades para eventual surgimento, a partir dos eixos, de outros elementos norteadores, à medida que se desenvolva a análise participativa.



FIGURA 3: ASPECTOS ORGANIZADORES DO CONHECIMENTO. (FONTE: CONSÓRCIO QUANTA / LERNER)

Os trabalhos de diagnóstico dos eixos temáticos seguirão um esquema analítico. Assim, se facilitará a organização, captação, classificação e exploração da informação recolhida durante o processo. Neste sentido, são definidos três aspectos organizadores do conhecimento: a estrutura (referente aos elementos físico-estruturais de cada eixo), os fluxos (que tratam dos elementos dinâmicos de cada eixo) e a gestão (elementos de gestão e organização político-institucional que condicionam o desenvolvimento de cada um dos eixos analisados).

A partir dessa fase atores do território terão função de elemento articulador e de respaldo legitimador do plano. Objetiva-se dar aderência à dinâmica das problemáticas a serem enfrentadas, e ao potencial das sinergias a serem efetivadas em escala metropolitana. A participação terá início dentro dos processos de elaboração do Plano, se pretende estabelecer-la como *locus* da consolidação de uma cultura metropolitana permanente, participativa e propositiva, e indutora de ações que resultem em melhoria na qualidade de vida e competitividade sistêmica de um território em articulação. No item 3.0 deste documento é apresentado o plano de participação do PEDUI.

O diagnóstico não se encerra com a identificação das problemáticas. Ele é elemento constitutivo do aprimoramento da definição da visão de futuro do Plano Estratégico Territorial, e suas possibilidades.

Um diagnóstico objetivo e de qualidade é uma parte importante do Plano, por ser definidor de uma representação de onde se está. O seguinte passo supõe definir aonde se quer

chegar, quais são as aspirações. Estabelecer uma visão de futuro é uma fase de vital importância. Nela se desenha um foco e a estratégia a desenvolver ao longo do plano.

Vale salientar que, nesta etapa, não apenas se aborda uma proposta de visão de futuro, mas também elementos para a definição de um modelo de desenvolvimento, e as suas consequentes linhas estratégicas que articularão as fases seguintes de trabalho, estabelecendo objetivos e ações com os seus respectivos prazos, responsáveis pela execução, recursos e indicadores para o seu seguimento.

A partir dessa fase serão realizadas reuniões técnicas gerais em todas as últimas sextas-feiras de cada mês, iniciando no mês de abril de 2016. Participarão dessas reuniões os quadros técnicos Consórcio e da Câmara Metropolitana.

Antes de abordar a operacionalização dessa fase, cabe reiterar a concepção de visão de futura desenvolvida dentro das particularidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

2.2.2.1.1 Visão de Futuro para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A construção de uma Visão de Futuro para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) é um trabalho de investigação em três tempos - passado, presente e futuro – materializados em uma geografia única.

No passado encontramos as origens da memória edificada desta metrópole, de tão singular expressão no cenário nacional e internacional. Desvelando-se as camadas da história sucedem-se no espaço os registros urbanos da sede do Brasil Colônia, da vinda da Família Real Portuguesa, da capital do Império que depois se estabelece como da República; os resultados de reformas urbanas como as promovidas por Pereira Passos, Carlos Sampaio, Carlos Lacerda, que remodelaram o Centro e expandiram para o norte, o sul e o oeste as possibilidades de urbanização; as marcas do ordenamento administrativo peculiar que fez coincidir os limites do Distrito Federal com os do município do Rio de Janeiro, sendo nessa época Niterói, do outro lado da Baía da Guanabara, a capital do Estado; as consequentes relações de polaridade que afetaram os municípios adjacentes a essas duas centralidades moldando, associados à presença estruturante dos trilhos do trem e de suas estações, a ocupação do subúrbio carioca e da baixada fluminense.

No presente, a superposição de ativos e passivos determinam os contrastes em termos de qualidade de vida nos diversos espaços regionais. Num cenário recente, o Rio de Janeiro vem sendo recipiente de investimentos significativos, capitaneados agora pela vitrine privilegiada dos Jogos Olímpicos que se avizinham. Obras de mobilidade; a revitalização da área portuária com o projeto Porto Maravilha; empreendimentos culturais de vulto como o Museu de Arte do Rio (MAR),

a Cidade das Artes, o Museu da Imagem e do Som (MIS) e o Museu do Amanhã, compõem um importante legado para a cidade que precisa ser também apropriado pela metrópole. A cidade do Rio de Janeiro reforça assim seu papel de polo turístico e cultural em nível mundial, devendo ser pensada uma forma de se estender os benefícios desses ativos, que estão concentrados, ao conjunto dos municípios.

Ao futuro cabe a prospecção dos sonhos, dos símbolos, percepções e referências, dos cenários desejáveis e desejados que, alimentados pelos tempos passados e presente, serão materializados a partir deste novo Plano Estratégico Metropolitano. Prospecção e materialização essas que serão fruto do esforço do coletivo, formal e informal; do poder público, da sociedade civil, da iniciativa privada; do técnico, do político, do econômico, do cultural e do emocional.

A esses três tempos se soma uma dimensão onipresente: o protagonismo dos superlativos componentes naturais da região, da sua geografia, que, entre verdes, montanhas, vales; rios, lagoas e mares, oferecem cenários que marcam de forma indelével não só a identidade fluminense, mas a própria imagem reconhecida do Brasil no mundo. A paisagem resultante das componentes do meio natural e antrópico é um embricamento que se espelha também na dimensão cultural e imagética do viver “carioca”, que aproxima cidade e natureza com qualidade de vida.

Da investigação conduzida para a construção dessa visão de futuro há que se elucidar, primeiramente, o “desenho” dessa região, a estrutura integrada de vida, trabalho e mobilidade que irá nortear o seu desenvolvimento nas próximas décadas. Essa estrutura, cerzida pelas linhas que compõem uma rede integrada de mobilidade e que viaja pela terra, pelo subsolo e pelas águas da região, deverá organizar no território metropolitano as funções urbanas de forma mais saudável, balanceada e socialmente justa, aproximando moradia, empregos, lazer, e ofertando serviços e estruturas públicas de qualidade.

Três elementos se destacam na composição desse desenho por seu caráter emblemático e territorializado: a Baía da Guanabara, os Caminhos de Ferro e suas estações, e o Arco Metropolitano. Essas estruturas têm o potencial de transportar para a escala da metrópole o conceito da “acupuntura urbana”: intervenções precisas, de grande valor simbólico, que tem a versatilidade de criar novas energias para a cidade e estabelecer novas referências urbanas. São componentes de identidade, favorecem o sentimento de pertencimento das pessoas aos lugares e, ainda, oferecem o “efeito demonstração” que ajuda a explicitar os objetivos de uma diretriz de planejamento de mais longo prazo. Esses três elementos constituem, assim, o tríptico das Acupunturas Metropolitanas.

A Baía da Guanabara, simultaneamente um elo de irradiação e convergência na formação metropolitana, é um cenário privilegiado para exemplificar essa lógica, podendo ser elemento integrador dos municípios que com ela tem contato. Utilizando o potencial ambiental e cenográfico de uma baía despoluída, áreas estratégicas na orla desses municípios oferecem os pontos de contato e a possibilidade de síntese entre o mundo terrestre e aquático, urbano e natural, associando desenvolvimento imobiliário controlado, espaços públicos, vida social e cultural, bem como atividades econômicas e opções de mobilidade.

Os “caminhos de ferro” e suas estações são os fios-mestres que costuram a linha do tempo da expansão da ocupação do solo da metrópole. São a base para processos de renovação urbana e fundamentais na construção de um bom sistema de transporte. Os investimentos recentes em transporte público ajudam, particularmente a cidade do Rio de Janeiro, na trama de mobilidade, agregando elementos de modais terrestres, e em certa medida, o transporte hidroviário, cuja lógica deve se replicar em outros territórios da metrópole, como em Niterói e sua área de influência.

O desenvolvimento urbano apoiado na rede de mobilidade favorece uma ocupação coesa, onde a densidade é trabalhada a favor da qualidade dos espaços construídos e da paisagem, do uso eficiente do solo e das infraestruturas, é o primeiro aspecto fundamental da sustentabilidade. Diminui o consumo de energia e de tempo em deslocamentos, a ociosidade de ativos imobilizados, bem como minimiza a pressão sobre os recursos naturais e permite conservar a terra para outras finalidades, como a agrícola/rural e de proteção ambiental.

Dentro dessa trama linear dos eixos principais do transporte público e das grandes vias de acessibilidade regional há nós, núcleos, que, estruturados, fortalecem a identidade de cada município dentro da região. Ainda que por suas diversas características haja uma hierarquia diferenciada dessas centralidades, cada qual se fortalece por pertencer ao todo e por suas singularidades. Há duas narrativas que se entrelaçam nesse mosaico regional, a metropolitana e a municipal. Nessa perspectiva se destacam dois elementos: as estações de trem e seus *hinterlands* como espaços privilegiados para a qualificação do subúrbio em termos de um novo desenho que associe vida e trabalho, aproveitando também o potencial dos espaços aéreos para a integração das faces separadas pelo traçado férreo e criação de áreas públicas; e a reavaliação e inserção do Arco Metropolitano e suas áreas lindeiras na concepção do ordenamento territorial da região, posicionando-o como uma acupuntura capaz de abrir novas oportunidades de desenvolvimento.

Na dinâmica de uma região metropolitana observa-se o predomínio de uma relação na qual o município-polo concentra o melhor dos investimentos, da imagem, da qualidade de vida, da

identidade e autoestima, restando aos municípios-satélite atender às necessidades do núcleo e muitas vezes acolher atividades/ usos indesejados.

Cabe ao planejamento e à gestão metropolitana a concepção e aplicação de “coeficientes de equilíbrio”, ou seja, empreender esforços para paulatinamente equalizar as oportunidades de desenvolvimento na metrópole. Construir estratégias apoiadas nas potencialidades de cada lugar para que cada parte e o conjunto ganhem e se fortaleçam mutuamente; propor cenários claros, estruturas de crescimento e intervenções estratégicas que ajudem a mobilizar os esforços da sociedade – público, civil, privado – em prol de uma melhor qualidade de vida para todos. Desta composição resultam novas possibilidades associadas a alternativas que requerem a articulação de ativos, como a economia do conhecimento.

É fator componente de grande importância desse “coeficiente”, desse desenho metropolitano, a dimensão do espaço público. Se a cidade é o cenário do encontro, o refúgio da solidariedade é, em boa medida, porque seus espaços coletivos possibilitam a “mistura”, a convivência das diferenças e dos diferentes, a fricção que gera a energia, a centelha da criatividade, da inovação que marca a vida da urbe.

É ponto central, cânone do processo de construção do Plano Estratégico para a RMRJ a redução das desigualdades sociais. Esse aspecto está presente quando se define, por exemplo, coeficientes de equilíbrio que possam servir como linha de base para os elementos de cada eixo estruturante. Com isso se busca objetivar a consecução de efetivas políticas e ações que têm rebatimento no campo social, e seus efeitos sobre a qualidade de vida metropolitana.

No imaginário regional, as grandes paisagens naturais de praia e montanha, palcos diletos do lazer, do esporte, da vida social e cultural do carioca, integram a percepção e a realidade dos espaços públicos. Com uma natureza presente de forma tão imponente, relevante e expressiva no cenário metropolitano, é importante que esses ambientes possam, de acordo com suas aptidões, ser, em parte, incorporados ao desenho dos espaços de convívio coletivo da metrópole, outra estratégia para maior sustentabilidade e qualidade de vida.

Finalmente, se a sustentabilidade deve equacionar faces que espelham questões econômicas, sociais, ambientais e de gestão cabe, a esta última, a impreterível missão de capitanear o “fazer acontecer”. Uma vez construído coletivamente esse cenário metropolitano de futuro, o Plano não pode ser mais um trabalho técnico não executado.

Os ativos existem. Poucos cenários no mundo contam com o potencial paisagístico e cultural presentes na RMRJ mais do que Cidade Maravilhosa, o Rio será muito maior, será a “Cidade Metropolitana” Maravilhosa.

2.2.2.1.2 A Premissa da Policentralidade

A **concentração espacial** de atividades produtivas e oferta empregos é uma tendência capitalista. Todos os ganhos de escala e escopo, de sinergias e entrelaçamentos produtivos e relacionais, de concentração de oferta de mão-de-obra qualificada e serviços específicos, da dimensão de mercados de consumo, levam a esse fenômeno. Todavia, esse processo tem um limite de **saturação**, onde, deseconomia (poluições, congestionamentos, degradação do ambiente natural, queda na qualidade da urbanidade) começam a ultrapassar todos os ganhos de produtividade e de proximidade de mercados. Assim, o conceito de **policentralidades** ganha força no sentido de se gerar uma rede de cidades de forma a reduzir as deseconomias causadas pelo centro primaz, e, simultaneamente, melhorar as condições de vida para as demais localidades do território de entorno desse centro maior, aproveitando, inclusive, suas potencialidades latentes. Ganha força esse espraiamento relativo de atividades em uma rede de cidades na medida em que instrumentos tecnológicos, destacadamente de comunicação, e novas formas de gestão da produção dão melhor sustentação e conexão ao território a fim de se desenvolver uma competitividade que vai além das fronteiras de um município.

É com a devida compreensão desse fenômeno de forças antagônicas, de concentração e desconcentração, que se deve analisar as alternativas de reconstrução do padrão de **rede de cidades** da RMRJ, e identificar qual delas pode oferecer melhor resultado líquido possível, considerando a contraposição de seus benefícios multisetoriais (emprego, mobilidade, preservação ambiental, habitação, entre outros), com os esforços a serem empreendidos e a factibilidade da execução desses esforços materiais e de governança.

Uma consequência de um adequado planejamento de uma rede de cidades, que tenha como fundamento basilar a justiça social e melhoria do bem estar da coletividade, é o avanço para o que se pode chamar de **Cidade Metropolitana**. Trata-se de uma “conurbação” no âmbito das percepções concretas do cidadão. Esse deve se sentir bem atendido e integrado seja qual for o lugar de sua moradia. Ele deve sentir a rede de cidades ao seu alcance, desde a estrutura e serviços onde reside, até o que se oferta em outros pontos da RMRJ.

Como já dito na metodologia apresentada nesta proposta, buscamos a resposta aos desafios de um **futuro** que não pode ser pré-determinado, e que, portanto, exige uma vocação de salvaguarda do próprio processo de planejamento. Ou seja, o levantamento de dados para

identificação e consolidação da tendência de expansão da RMRJ, em cada um dos horizontes de tempo definidos para o Plano Estratégico, deverá ser objeto de uma **análise de sensibilidade** a alteração nos ambientes macroeconômico, institucional e político.

Os dados a serem levantados para a construção de **cenários** terão sua síntese **especializada**. Cada categoria de dados² será um **layer** a assentado sobreposto ao território metropolitano. O **cruzamento** desses layers indicarão **corredores** e **polos**, existentes e potenciais, deficiências de infraestruturas, interconexões, questões sociais a serem enfrentadas, limites ambientais a serem respeitados e recuperados. Esse procedimento dará a base para o desenho atual e a geração de alternativas de reestruturação do espaço metropolitano.

Assim como a **visão de futuro** é o norteador primeiro desse processo, a **percepção da sociedade**, através de processo participativo amplo, servirá de aprimoramento dos cenários apresentados. Além dos **mecanismos de participação**, outros processos de elaboração dos instrumentos de implementação (**governança**, mecanismos **financeiros**, limites e possibilidades **jurídicas**, arranjos **institucionais**) também apontarão os limites e possibilidades dos cenários. A **gestão da informação** e os programas complementares fecham o circuito como elementos de apoio e instrumentos de **qualificação**, **monitoramento** e **avaliação** da implantação da **reestruturação espacial** pretendida.

2.2.2.2 Operacionalização das Atividades na Fase de Diagnóstico e Visão de Futuro

A fase de diagnóstico e visão de futuro ocorrerá ao longo de quatro meses. Nessa fase a equipe técnica do PEDUI terá quatro frentes de atuação:

- Análise e ordenamento da base de dados, informações e estudos que o grupo de técnicos já possui, objetivando compor elementos para diagnóstico e visão de futuro, bem como subsídios para qualificar as relações com os setores público e privado;
- Visitas às secretarias do governo do Estado do Rio de Janeiro como o intuito de aprofundar a compreensão dos interlocutores do impacto que o PEDUI pode ter na solução articuladas de problemas, criando possibilidades de aumento de capacidade de resposta de cada órgão. A coleta de dados, informações gerais e de estudos específicas, já realizados ou em andamento, é outro objetivo dessas visitas. Essas informações são relevantes não só para alargar a base informativa para os diagnósticos, mas, também, para estabelecer uma integração do PEDUI com os demais estudos e planos, setoriais ou de natureza estratégica. Entende-se que é de suma importância

² Atividades econômicas existentes, potenciais, com investimentos previstos; equipamentos logísticos, destinos turísticos existentes e potenciais; áreas disponíveis para expansão habitacional; áreas de restrição ambiental e áreas a serem recuperadas; oferta de equipamentos sociais; cobertura de saneamento; patrimônio cultural; concentração de população jovem, ...

para a efetividade dessas visitas que, pelo menos no primeiro contato presencial com cada órgão, tenhamos um membro da Câmara Metropolitana presente;

- Diálogos com representantes do poder público municipal visando contribuir com maiores possibilidades de envolvimento dos poderes locais desde o início das atividades, bem como para complementarmos nossa base de dados com importantes informações específicas de cada município;
- Estruturar conteúdo para as atividades participativas. Sem a pretensão de fechar questões e possibilidades de soluções, mas contribuindo para estruturação dos diálogos sempre com o olhar estratégico e metropolitano. À medida que as atividades participativas forem avançando, seus *feedbacks* orientarão a reavaliação dos conteúdos guia para as próximas atividades;

À medida que as oficinas, workshops, encontros serão estruturados com conteúdo de reflexão focado em abordagem estratégica e de caráter regional, elas funcionarão como um elemento de qualificação, um momento de sensibilização de importantes atores da sociedade para a abordagem territorial integrada de problemas e potencialidades na escala metropolitana. Colaborar para a aproximação de setores que podem ter ações complementares entre si, e desses com as ações e referências a serem definidas no PEDUI. Alimentar as análises técnicas com percepções múltiplas de amplo espectro da comunidade metropolitana, ao que se referem a temas, problemáticas e possibilidade de soluções, se configura em importante elemento que vai desde referências mais refinadas até a construção de uma agenda construída coletivamente que contribui com o caráter de plano de Estado que deve ganhar legitimidade para sua sustentação como instrumento de planejamento de longo prazo.

A visão de futuro também será objeto a ser tratado nas atividades de participação. É premissa básica dessa construção parte da identidade histórico-geográfica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, seus desafios e macroelementos estruturadores do espaço (como, por exemplo, a Baía de Guanabara, o entorno das linhas férreas, e o Arco Metropolitano), além de conceitos fundamentais de qualificação do espaço que apontem para o futuro, como, por exemplo, a policentralidade, rede de cidades, referências para metas de equilíbrio regional, dentro outros.

Fica claro que, tanto na construção da Visão de Futuro quanto na montagem de um Diagnóstico de base, a perspectiva estratégica é a tônica. Recriar e estabelecer condições macro para o estabelecimento de um território mais justo, equilibrado, competitivo e de oportunidades não se constitui somente com soluções para passivos existentes. A solução desses passivos deve vir a reboque de uma ação mais ampla e que tenha a audácia compatível com os desejos de

consolidação de um território integrado, justo e que seja um centro internacional de desenvolvimento.

Quanto aos momentos participativos, os envolvidos nesse processo receberão, por mala direta eletrônica, textos e informações prévios que colaborarão como elemento de nivelamento, dinâmica das participações e referências sobre diagnósticos e visão de futuro.

Conforme detalhado no item participação, serão formados:

- Grupos homogêneos nas oficinas de segmento (exemplos de segmentos: empresariado, agências reguladoras e concessionárias, instituições de ensino e pesquisa),
- Grupos heterogêneos locais nas oficinas específicas para cada eixo temático (expansão econômica, mobilidades, habitação, patrimônio natural e cultural, saneamento e reestruturação espacial); e
- Grupos heterogêneos de representatividade local que se reunirão em encontros regionais.

Nas oficinas por segmentos haverá o cuidado para não se focar de forma demasiada em discursos de eixos que são de interesse imediatamente direto do segmento que levam a abordagem de **curto prazo e não integradas**. A introdução de temas que cada segmento tradicionalmente não o tenha como premente serão levantados no sentido de sensibilizar sobre a organicidade que existe nas relações entre os eixos estruturantes. É pedagógico no sentido de levar o olhar sobre a sociedade como um todo. Em todo o processo participativo se pretende criar um ambiente que possa ter como subproduto a definição de um pacto social em torno de uma agenda mínima que pode ser estruturada ao longo do PEDUI, sem perder de vista o caráter estratégico e de longo prazo das propostas que o plano apresentará.

Maior detalhamento sobre as atividades de participação estão no item 3 deste relatório.

Ao final de três meses de atividades de coletas de dados, eventos participativos e estreitamento de contato com atores-chaves, o conjunto de base das informações e dados estará definido. A primeira aproximação de ordenamento dessa base se dará com uma linha de corte que contará com três elementos:

- Visão de futuro – De posse dos elementos estratégicos que permearão a visão de futuros a base de dados será ordenada em termos de relevâncias. Questões que afetem com mais intensidade e relevâncias as perspectivas do futuro a ser construído ganham maior importância relativa;

- Instrumentos de implementação – se antecipará parte da avaliação em termos de instrumentos de implementação para se identificar as dificuldades de execução de soluções. Possibilidades de ações que apresentem, por exemplo, grandes entraves de ordem operacional, jurídica e/ou de captação de recursos necessários passam a ficar em uma menor escala de prioridade. Assim, antecederão as ações com entraves as resoluções dos referidos entraves; e
- As salvaguardas socioambientais do Banco Mundial – Pré-requisito necessário para a implementação de ações de forma sustentável e justa.

A última etapa dessa fase será a socialização dos resultados em exposição às plenárias das três instâncias constituídas: Comitê Estratégico Metropolitano (representações do governo estadual), Comitê das Municipalidades (com representantes dos municípios da RMRJ) e o Conselho Consultivo Metropolitano.

2.2.2.3 Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos de Implementação

2.2.2.3.1 Fundamentos Específicos

Esta fase consta de quatro sistemas de informação fundamentais e inter-relacionados:



A **construção de cenários** é um esforço de prospecção estratégica sobre os futuros possíveis para a RMRJ. São fruto da escolha de variáveis fundamentais que incidem no território e se combinam entre si dando lugar a diferentes situações de futuro. O **estabelecimento do objetivo central** resume de maneira significativa e esclarecedora o projeto que se quer para o futuro da RMRJ, o modelo que se pretende conseguir implementar. As **linhas estratégicas** constituem a instrumentalização de estratégias necessárias para se alcançar objetivo central. Por fim, são definidos os **programas e medidas de implementação e monitoramento**.

Cada linha estratégica encerra em si uma instrumentalização de elementos para consecução da construção efetiva do Plano. Cada uma dessas linhas estará composta de uma série de elementos definidores que serão os organizadores das ações prioritárias e dos instrumentos de implementação.

Esta fase corresponde à parte final da definição do projeto estratégico. É onde se consolidam os PAPs de maneira precisa. Os PAPs devem ser executados no intuito de levar a bom termo as diferentes linhas estratégicas estabelecidas para o desenvolvimento de um território mais

equilibrado espacialmente, justo e competitivo. Eles são constituídos por um conjunto de ações concretas a se realizar em um tempo determinado.

Cada PAP terá vínculos com quantos instrumentos de implementação forem necessários. Nesses instrumentos são especificados todos os aspectos dos mecanismos de gestão de implementação das ações dos PAPs, identificando, inclusive, as possibilidades de financiamento, os agentes executores e as características precisas para coordenação dessa execução.

De modo análogo, em paralelo ao desenvolvimento das linhas estratégicas e dos PAPs, serão implementados os programas transversais (instrumentos de implementação) relacionados a questões institucionais, legais, financeiras, informativas e de participação. Esses programas darão suporte integrado de garantias à execução e efetividade das ações norteadas pelas linhas estratégicas e desenhadas no PAPs.

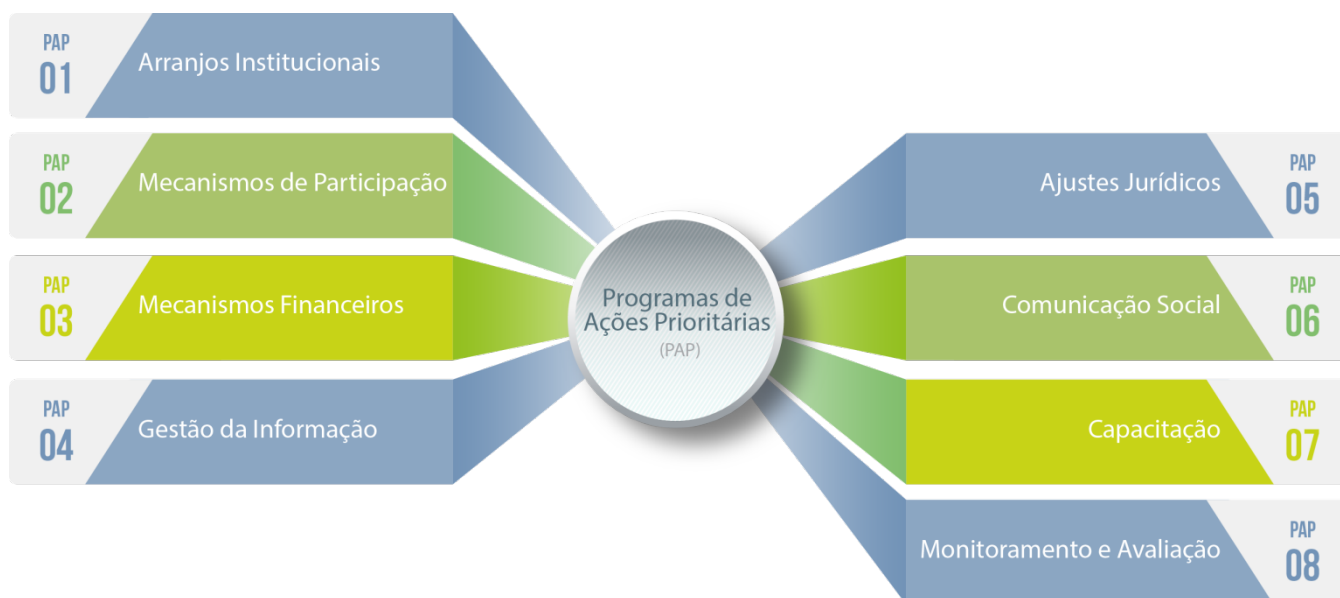


FIGURA 4: PROGRAMAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS. FONTE: CONSÓRCIO QUANTA / LERNER

2.2.2.3.2 Particularidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Antes de expor as etapas operacionais desta fase é pertinente registrar questões particulares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro no que se refere aos eixos estratégicos e aos instrumentos de implementação. O intuito é reafirmar a tônica de se proceder uma análise específica ao território que redunde em um adequado plano de ações.

Expansão Econômica

A despeito de ser a segunda principal concentração urbana e econômica da América do Sul, a RMRJ carece de análises específicas sobre sua natureza e potencial econômico a partir de um ponto de vista regionalizado. Cabe uma sistematização robusta de informações disponíveis sobre as especificidades da configuração espacial e da organização das atividades produtivas que possa contribuir com a tomada de decisão por parte do poder público e do setor produtivo.

As decorrências negativas do excesso de concentração das atividades econômicas, já citados anteriormente, apontam para a necessidade da elaboração de uma estratégia de reordenamento espacial dessas atividades. Nestes termos, é chave responder questões como: de que forma as potencialidades de cada município podem ser ativadas, consolidadas, ampliadas? Quais e como as deficiências municipais e metropolitanas devem ser sanadas? Como o comportamento dos agentes econômicos e do Estado pode afetar o sucesso das ações e políticas de apoio e atração de investimentos?

A geração de informações sistematizadas, com base em um retrato de cada município, e da RMRJ de forma integrada, apontará polos e concentrações econômicas que constituem indícios importantes da capacidade endógena de desenvolvimento, bem como destacará as influências exógenas nesta dinâmica, como fluxos de comércio nacional e internacional. Desta forma, feitas salvaguardas ambientais e sociais, definidos setores e elos prioritários, e espaços com potencial competitivo e ordenador da RMRJ, se objetiva propiciar ambiente favorável à efetivação das atividades produtivas identificadas.

Vislumbrando um processo de desenvolvimento socioeconômico melhor distribuído no espaço (poli-centralidade), é essencial o apoio a projetos não só setoriais/locais, mas, também, integrados em nível metropolitano. Estes procedimentos exigem um grande esforço de coordenação, incentivos e apoios diversos que pedem uma robusta articulação entre os governos estadual, municipais e federal, com clara definição de responsabilidades e áreas de participação.

Nesse ponto o caminho metodológico de identificação de elementos de estrutura, fluxos e gestão deve ser atravessado pelo processo participativo. Os agentes do setor produtivo precisam ser parte integrante da análise e estruturação das políticas de ordenamento territorial com foco na dinamização de polos, uma vez que se tratam de atores centrais da tomada de decisão de alocação dos investimentos produtivos. No território metropolitano é necessário que seja criado um modelo de exploração do potencial econômico no qual empresas com similaridades em suas estruturas de governança e estratégias de atuação atuem em cooperação, na busca de uma maior eficiência produtiva. Desta forma, as empresas, induzidas por políticas públicas, podem aproveitar as

externalidades positivas da cooperação dentro do encadeamento produtivo para aumentar seu potencial competitivo. Isso pode levar à criação de novas aglomerações industriais, sejam distritos ou condomínios industriais ou mesmo arranjos produtivos locais, de forma regionalizada.

A definição dos vetores de crescimento econômico tem surgido mais por partenogênese do que pela contribuição de um projeto indutor, mesmo no setor petroquímico e gasquímico de Duque de Caxias. Este planejamento tentou ser executado em Itaboraí, via COMPERJ, mas o projeto, atingido por conjunturas econômicas e políticas, acabou sendo reduzido e postergado, com forte impacto sobre a economia local e o planejamento da geração de um encadeamento produtivo no município e em seu entorno.

As concentrações produtivas são o primeiro ponto para a definição dos vetores de crescimento econômico, pois definem que segmentos terão maior facilidade de se atrair, dados os perfis dos municípios em sua capacidade instalada. Um segundo espaço de destaque são as áreas disponíveis com melhor qualificação para a instalação de indústrias, especialmente em organismos como distritos industriais, que podem gerar os benefícios do encadeamento; da redução de custo da implantação de infraestruturas produtivas com menor conflito com a ocupação urbana e as áreas de restrições ambientais. É também privilegiar as áreas mais deprimidas em termos de dinamismo econômico e geração de empregos e, combinando os fatores anteriores, priorizá-las na seleção da ocupação industrial. A definição de programas de incentivos tributários e financeiros integrado por parte dos governos estadual e municipais para que estes locais se tornem atrativos aos investidores, através de medidas de redução e/ou eliminação de custos que compensem deficiências locacionais iniciais.

Sobre questões de incentivos tributários cabe buscar a definição de um pacto entre os municípios acerca das estratégias de atração de investimentos. Desigualdades fiscais concentram atividades de forma demasiada em poucos municípios. As vocações naturais e as induções de competências devem ser tratadas de forma que os municípios com maior dificuldade de atração de investimento possam ter oportunidade de atrair atividades que para eles apresentará maiores benefícios relativos. Em contrapartida, toda a região metropolitana pode ganhar com esse espraiamento, como, por exemplo, com a redução de viagem pendulares diárias que podem sobrecarregar o sistema de transportes regional e dos municípios receptores, causando deseconomias.

Um destaque deve ser dado ao apoio das atividades de inovação tecnológica, que já possui uma espinha dorsal na capital. Vide o Parque Tecnológico da Ilha do Fundão, com a sinergia com a UFRJ e o Cenpes, e a Rota Tecnológica que se inicia nesta Ilha e perpassa a capital, integrando

universidades, centros de pesquisa, institutos de tecnologia e empresas de alto teor tecnológico, chegando à PUC na Gávea. Trata-se de setor transversal e estratégico.

Uma atividade de grande poder de geração e distribuição de renda, de integração de diferentes setores econômicos e espaços, e que tem na RMRJ *locus* privilegiado é o Turismo. O Rio de Janeiro fixa-se definitivamente como um destino de demanda global e lugar de eventos mundiais (Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos). O crescimento e envelhecimento da população mundial têm acentuado os fluxos turísticos, e economia criativa, que tem destaque na RMRJ, e se configura em atividade voltada às “sensações”, favorecendo fortemente esse setor. Além do forte capital cultural, a RMRJ possui patrimônio natural e cênico incomparáveis.

Para ampliar o volume dos fluxos e os tempos de permanência do turista, partindo do poder catalizador da capital, é mister a estender o perímetro turístico com a diversificação e desconcentração das atividades. A identificação, qualificação e requalificação de destinos e lugares turísticos e sua integração são centrais nas estratégias de geração de produtos turísticos e comercialização. Com base nos estudos e levantamentos já realizados, serão, no âmbito do Plano Metropolitano, identificadas, com a participação do trade turístico e representantes da sociedade civil, estratégias e ações que atuem nesse sentido.

A identificação dos vetores de crescimento industrial e de rede estendida de polos turísticos integrados, bem como as ações para priorizar as políticas de investimento na RMRJ precisam ser geridas por mecanismos de governança regional, onde se insere a Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro (CIG) e o Grupo Executivo de Gestão Metropolitana. Neste particular ressalta-se que estes organismos devem ser estruturados como órgãos de caráter técnico e jurídico, impedindo a repetição do ocorrido com a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), que, esvaziada, encerrou suas atividades.

Nesse eixo se identificará as repercussões dos investimentos em curso ou potenciais, e as tendências de estruturação economia no espaço metropolitano. Em decorrência dessas identificações, propor linhas gerais de prioridades setoriais e suas localizações no território, considerando as perspectivas estratégicas de longo prazo para a RMRJ. As propostas levarão em conta as restrições e potencialidades impostas pelo patrimônio natural e cultural.

As propostas de incentivo/indução a expansão econômica deve considerar a consolidação de uma rede de cidades. Para tanto, elementos demográficos, de infraestrutura produtiva e urbanísticos devem ser levados em conta, assim como a compatibilização com as propostas de mobilidade, que entram como elemento ativo na construção do espaço metropolitano.

Valorização do Patrimônio Natural e Cultural

A sobreposição entre patrimônio natural e cultural na RMRJ se expressa de uma forma estruturante, na qual a geografia se coloca determinante na construção da dimensão simbólica da metrópole, na sua vivência e na sua percepção no país e no mundo. Natureza e cultura estão entrelaçadas numa relação espaço-temporal da ocupação humana por sobre esse singular território.

É, portanto, premissa básica compreender as interações entre o meio físico, o patrimônio edificado, manifestações culturais e expressões imateriais, a fim de preservar sua integridade, e ampliar as oportunidades de usufruto, e alavancar processos de desenvolvimento socioeconômico.

Nas últimas décadas, as várias formas de Patrimônio Cultural têm assumido papel importante no desenvolvimento urbano em decorrência da dinamização de atividades de lazer, cultura, educação e seus desencadeamentos socioeconômicos, destacadamente no setor da economia criativa, com forte potencial empregador e com estreita relação estratégica com o setor de turismo.

O ambiente cultural existente na RMRJ apesar de não ser totalmente preservado e bem conservado, as vezes até desconhecido, representa um rico acervo patrimonial histórico e artístico que se distribui pelos 21 municípios que a compõem. A Cidade do Rio de Janeiro, por ter sido a capital cultural e política do Brasil por muitas décadas concentra uma imensa quantidade de elementos culturais conhecidos, muitos deles já protegidos por lei. O Patrimônio Imaterial representado na música, culinária, atividades esportivas e de lazer em praias, na pesca artesanal e em currais por onde essas atividades são realizadas, também distinguem, por demais, o território metropolitano e seu entorno.

A carência de uma integrada gestão do patrimônio cultural leva, por um lado, localidades importantes para fora de um circuito turístico que poderia ganhar mais densidade com a diversificação das rotas e enriquecimento do destino turístico, que tem como porta de entrada a Cidade Maravilhosa. Por outro lado, há localidades fadadas ao desaparecimento de seus patrimônios culturais em função do seu crescimento urbano desordenado.

Hoje há na cidade do Rio de Janeiro uma grande concentração na identificação e tombamento de bens, o que aponta para a indicação de um futuro esforço de mapeamento, principalmente nas paisagens culturais, da cultura imaterial e dos locais de referência, no sentido de alargar a base territorial de expressão a ser preservada, e que poderia se reverter em ampliação do capital turístico do território através da sua preservação apropriada, realçando seu modo de expressão próprio, dando maior identidade ao cenário do território municipal.

A falta de legislação específica de proteção, de instrumentos e infraestrutura para a fiscalização, pressão do crescimento urbano, falta de divulgação e sinalização, falta de manutenção, as más condições de preservação, e a necessidade do conhecimento e reconhecimento por parte da população, são pontos chaves que precisam ser debatidos no futuro processo de elaboração do Plano Estratégico da RMRJ.

Destacam-se como elegíveis para compor o plano de ação de valorização e difusão cultural do meio ambiente elementos tais como:

- Levantamento e mapeamento do patrimônio cultural (material e imaterial);
- Avaliação de campo do patrimônio, com ênfase em suas necessidades de preservação, risco físico de desaparecimento, condições de acesso e outras especificidades;
- Avaliação dos limites de utilização de cada elemento;
- Análise de riscos tendo em vista os processos de uso e ocupação do solo; com a definição de diretrizes de utilização e programas de mitigação;
- Montagem de um sistema de gestão do patrimônio cultural da RMRJ, envolvendo a definição de responsabilidades, adequação às leis, criação de procedimentos de utilização e manutenção dos elementos e núcleos/circuitos, envolvendo entes federais, estaduais e municipais, bem como possíveis investidores, especialmente a sociedade civil; dentre outros.

A participação da sociedade, com voz ativa, na reconstrução e construção de sua história é de relevante importância nesse processo. É de suma importância se lançar mão de iniciativas como as do programa Conexão dos Saberes. Trata-se de uma rede implementado em 31 universidades públicas, da qual a Universidade Federal Fluminense (UFF) faz parte, e que integra os conhecimentos e percepções de jovens das classes populares com competências dessas instituições de ensino, extensão e pesquisa, propiciando àqueles espaços para expressão ativa e acesso a novos saberes.

Quanto à questão dos aspectos bióticos do meio ambiente da RMRJ, seu território faz parte integrante dos trópicos úmidos e está inserido em um dos setores do bioma da Mata Atlântica de alta biodiversidade. Entretanto, a região foi submetida ao longo dos anos, a eventos sucessivos de fragmentação de seus ambientes naturais, que coabitam uma diversidade de espécies endêmicas com populações vivendo espacialmente separadas.

A conservação da diversidade em ambientes naturais, e da biodiversidade associada, vem sendo severamente afetada por atividades antrópicas variadas. Neste cenário, o fenômeno das mudanças climáticas potencializa enormemente os impactos, como, por exemplo, o aumento das

chances de extinção de espécies com restrições na capacidade de locomoção, ou incapazes de efetuar os ajustamentos fisiológicos.

Para percorrer cenários futuros de 4, 8 e 25 anos, e definir ações referentes ao meio ambiente biológico e sociocultural, deve-se partir de novos paradigmas e conceitos relativos a um desenvolvimento urbano sustentado, promover o uso de novas tecnologias limpas para uso e conservação da energia, promover restrições ao uso indiscriminado dos combustíveis fósseis, aumentando o controle e a fiscalização ambiental. A análise dos impactos ambientais provocados nos meios físico, biótico e sociocultural precisa ser antecipadamente conhecida e mitigada, através de metodologias adequadas com base na legislação ambiental vigente, como também nas convenções internacionais ambientais adotadas. Cabe no planejamento em questão, definir metas para avaliação através de indicadores de sustentabilidade, com base na análise diagnóstica e das projeções das ações futuras pretendidas. Há que considerar ainda os impactos provocados por passivos ambientais relegados no descompasso da falta de controle. É de se destacar o incalculável valor do Patrimônio Ambiental (inclusive cênico, por exemplo) que dá decisivo suporte para o estratégico setor de turismo, e na inserção da participação da população que se revestirá em potencialização na qualidade de vida.

Os riscos ambientais associados ao crescimento econômico e investimentos futuros exigem a criação de um espaço institucional intermunicipal forte, suprapartidário, que promova diretrizes para o levantamento, identificação e avaliação dos aspectos / impactos negativos e positivos localizados, devendo dentro do planejamento receber a contribuição participativa da população local dos diversos municípios a serem representados nesse espaço, assim como nos riscos ambientais associados às fases de implantação desses projetos e empreendimentos propostos.

Como exemplo, vale citar uma grande vítima da mudança de conjuntura política e macroeconômica, bem como do ambiente econômico internacional: o megaempreendimento do Comperj em Itaboraí. Hoje, praticamente tem as suas obras paralisadas, deixando o município com muitas indeterminações em sua economia, com alta taxa de desmobilização de investimentos. A situação reflete no meio ambiente local com a suspensão das ações desenvolvidas no controle ambiental. A questão extrapola a fronteira municipal deixando para as regiões hidrográfica RH-5 (Baía de Guanabara) e RH-6 (Lagos São João) um potencial passivo ambiental a ser futuramente solucionado.

Nesse sentido, no âmbito do Plano Metropolitano, caberá apresentar propostas de políticas e estratégias que evitem e/ou compensem possíveis ocorrências impactantes no meio

ambiente, dada a consciência da existência de diversos elementos não determinísticos que possam se inserir no futuro planejamento estratégico.

É considerado um exemplo de fator ambiental resiliente o tratamento de esgotos que usa o corpo receptor até o limite de equilíbrio do ecossistema, não permitindo mais carga orgânica além do seu limite biológico de recuperação. Este limite é hoje tecnicamente mensurável. A aplicação dessa abordagem deve ser estendida à manipulação de resíduos perigosos, bem como orgânicos; poluição do ar; efluentes líquidos industriais; dentre outros agentes degradantes do meio ambiente em geral.

Cabe, portanto, definir as salvaguardas preventivas e ações corretivas, visando à sustentabilidade dos sistemas ambientais, no sentido de não degradá-los acima de suas respectivas capacidades de recuperação naturais, evitando-se romper o equilíbrio homeostático, que objetiva preservá-los para o presente e para as gerações futuras, de acordo com as prerrogativas constantes dos compromissos internacionais assinados pelo Brasil no âmbito da ONU.

Mobilidade

Uma premissa de partida nessa temática é a necessidade de aprofundamento da relação efetiva entre o sistema de mobilidade e a configuração espacial atual, e a pretensa. Cabe analisar as relações causais entre esses dois campos, e examinar em que medida as proposições e ações já realizadas, no âmbito da mobilidade, estariam em conjuminância com a realidade a ser enfrentada. Serão procedidas análises que irão, inclusive, verificar se as propostas existentes contemplam apenas o sistema viário e as redes de alta capacidade, ou se dão, também, diretrizes e orientações para as redes de média e baixa capacidades.

É central compreender como as externalidades positivas e negativas, provocadas pelas proposições e ações já realizadas no âmbito da mobilidade, alteram a acessibilidade diferencial, e como esta, por sua vez, modifica a intensidade, a natureza e a distribuição espacial das atividades econômicas no interior da região metropolitana. Em suma, as avaliações de consistência checarão a coerência interna no âmbito da mobilidade, e a aderência desta com a configuração espacial já posta e a planejada.

No sentido de estimular a policentralidade na RMRJ, as propostas de mobilidade devem apoiar diversos núcleos do município-capital e dos demais municípios (notadamente as centralidades emergentes) ligando-os em rede — não apenas em convergência à centralidade primaz — com boas e adequadas condições de capacidade e qualidade de serviço. Inclusive com

dimensionamento para o crescimento vindouro. Esse apoio setorial é crucial para indução, desenvolvimento e consolidação de uma rede de cidades equilibrada.

Especificamente sobre as novas demandas de mobilidade que surgem dos municípios da periferia metropolitana, cabe verificar se as propostas existentes dão resposta à configuração das sub-redes de serviços de transportes coletivos. Serão considerados aspectos referentes ao potencial impacto nas distâncias e tempos dos deslocamentos, nos transbordos e nas impedâncias aos usuários. Examinar se as propostas e diretrizes indicadas nos Planos Municipais de Mobilidade contemplam e promovem a interligação de municípios pertencentes a uma sub-rede é ponto relevante no sentido de indicar quais as necessidades de alinhamento dos planejamentos municipais, entre si, e com o sistema metropolitano como um todo. Nesses planos locais devem constar, por exemplo, orientações específicas para apoiar o acesso a equipamentos sociais e atividades econômicas (vários destes destinos são de abrangência intermunicipal).

Quanto ao modelo de gestão dos sistemas de mobilidade serão avaliados os serviços públicos coletivos metropolitanos (metrô, trens e barcas e transportes rodoviários) e as vias concedidas. Se atentará, inclusive, para observância das diretrizes emanadas da gestão dos serviços sob jurisdição municipal que nem sempre se encontram em situação organizada. Merece atenção especial a presença expressiva de serviços pouco ou não regulamentados, situação típica em municípios de maior porte que, de certa forma, balizam os serviços dos outros municípios.

Em geral, avaliações e indicações para o âmbito da gestão deverão focar: a transparência dessa gestão e do controle dos serviços (em especial as informações aos usuários); a qualidade, checando/apontando mecanismos de avaliação de desempenho da prestação dos serviços contratados; o preço, identificando/sugerindo a presença de mecanismos que orientem a eficiência, redução de custos e de tarifas; e o controle social, onde se inclui um mecanismo de avaliação de desempenho da gestão pública dos serviços.

Ao que se refere à integração de políticas públicas, de projetos, de ações em termos de mobilidade, um modelo institucional de relacionamento entre os principais agentes públicos se faz necessário (relações internas na esfera estadual, desta com os municípios, e, eventualmente, entre alguns destes). Para tanto, serão apontados mecanismos que contribuam para esse modelo, como:

- Indicação de fóruns, entidades ou mecanismos formais de interação e obtenção de consenso e de pactos;
- Práticas de intercâmbio de informações cadastrais e adoção de parâmetros técnicos comuns (tipo e idade máxima aceitável para veículos de serviço público, níveis de emissão, padrões de conforto, etc.);

- Formas de consulta prévia quando de iniciativas que interfiram nos serviços ofertados;
- Apoio mútuo quando em situações de crise (greves ou interrupções de vulto nos serviços de transportes, por exemplo); e
- Controle social objetivando avaliar desempenho da gestão pública dos serviços, discussão de tarifas; etc.

No aspecto de caráter participativo vale o incentivo à implantação nos municípios de mecanismos mais simples e diretos de ausculta popular para dar encaminhamento efetivo a questões mais diretas do dia a dia das pessoas com relação à mobilidade e mesmo entender as necessidades locais. [ilustrando: a necessidade de ir a um supermercado, banco ou escola próximos que, em grande parte terminam sendo atendidos por linhas longas, que são de menor frequência (ruim para o usuário) e custam mais caro para cidade]

O financiamento da expansão, operação e manutenção dos sistemas de mobilidade na metrópole é outro ponto chave na gestão do sistema. Tradicionalmente, no Brasil, os investimentos e manutenção dos sistemas de transportes urbanos se dão por meio de recursos fiscais e receitas tarifárias. A busca de novas fontes de financiamento para infraestruturas de transporte público urbano, sobretudo para eixos de média e alta capacidade, está na ordem do dia.

Na literatura internacional e nacional, os grandes eixos de solução se dão através de:

- Financiamento com base em fundos públicos, alimentados por uma sobretaxa especial;
- Taxação sobre a folha salarial;
- Taxação sobre a circulação de automóveis (*road pricing*);
- Investimento privados, especialmente mediante parcerias público-privadas.

As parcerias público-privadas merecem uma atenção especial em razão da partilha de riscos e de ganhos de eficiência produtiva, mas, ainda assim, seu alcance também é limitado e não aplicável a uma gama mais vasta de infraestrutura de mobilidade.

A contribuição central é a proposição de um novo enfoque sobre o financiamento de infraestruturas, integrando-o ao financiamento do desenvolvimento regional e postulando que a decisão de investimento se pautem não só pelos ganhos a serem auferidos pelos usuários e beneficiários indiretos, mas também pela capacidade de gerar um crescimento econômico que possa ser capturado fiscalmente. Portanto, além da bancabilidade (preocupação usual dos modelos tradicionais) há que se construir sua efetiva sustentabilidade fiscal.

Habitação e Equipamentos Sociais

A experiência tem mostrado que o tratamento excessivamente setorial, e o foco basicamente “construtivista” dos programas e projetos habitacionais patrocinados pelos governos devem ser revistos, racionalizados e modernizados para que os mesmos possam, além de ampliar seus alcances sociais, constituir pilares no processo de planejamento e reorganização dos espaços urbanos. Tanto as ocupações habitacionais já existentes como as localidades de oferta de novas moradias devem estar em equilíbrio com o adequado atendimento com serviços e equipamentos sociais e infraestruturas, com o enfoque de que habitação não é a só a casa, mas também o espaço urbano.

No nível metropolitano, alguns equipamentos sociais de grande porte (hospitais, universidades, terminais de transportes, escolas estaduais, aparatos de segurança pública), assim como polos de geração de emprego, são elementos capazes de se tornarem instrumentos de estruturação territorial, gerando novas centralidades. O planejamento da oferta dos seus serviços deve ocorrer de forma integrada com as intervenções habitacionais. Assim, o desenvolvimento equilibrado da metrópole requer:

- i) A intensificação dos usos habitacionais onde isso seja cabível e quando já exista oferta de infraestrutura e concentração, ainda que parcial, daqueles serviços (por exemplo: ao longo dos ramais metro-ferroviários, inclusive dos que serão reativados, e suas estações) e;
- ii) A criação ou reforço da infraestrutura e da oferta de serviços e equipamentos sociais em localidades densamente ocupadas e carentes dos mesmos (p.ex. nos grandes loteamentos existentes na baixada fluminense) e em novos polos nodais em localidades estratégicas do território (por exemplo: nos entroncamentos do Arco Metropolitano com Rodovias Federais e Estaduais: BR101; BR 040; BR116/465; RJ 114).

Segundo o Plano de Habitação de Interesse Social (PEHIS), em 2010, mais de 500 mil moradias (cerca de 14% do estoque total da RMRJ) apresentavam um ou mais tipos de deficiência ou indisponibilidade (abastecimento de água, coleta de esgotos e lixo, e inexistência de banheiro); o déficit habitacional era de 321,4 mil unidades (8% do total em estoque); e o número de domicílios existentes nos aglomerados subnormais encontrados pelo IBGE, é de cerca de 300 mil unidades. O tempo excessivo gasto nos deslocamentos casa-trabalho, que é o mais elevado do conjunto de Regiões Metropolitanas do país, se agrega ao passivo de problemas do setor habitacional resultante do forte descolamento entre áreas habitacionais e os centros de oferta de trabalho e serviços.

Olhando-se para o futuro o quadro é ainda mais desafiador. Projeções para o aumento do número de domicílios na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, indicados nos Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS (2010-2027), e no Plano Diretor da Região de Influência do Arco Metropolitano (2010-20130), foram de, respectivamente, cerca de 91 mil, e 72 mil unidades/ano. Na ausência de políticas habitacionais mais abrangentes, eficientes e articuladas com os planos de organização territorial, a maior parte daqueles domicílios surgirá em favelas já existentes ou através da formação de novos assentamentos informais, inclusive em áreas de risco ou impróprias para a ocupação devido a outros fatores.

Em face à insuficiência da produção habitacional realizada pelo poder público, é necessário que a política habitacional contemple também medidas para facilitar, estimular e orientar a produção habitacional privada das famílias de baixa renda, inclusive a realizada por autoconstrução progressiva. Deverão ser identificados gargalos críticos, como os códigos de obras elitistas e os burocráticos procedimentos de aprovação de projetos, que inibem o bom funcionamento dos mercados habitacionais.

O país dispõe hoje de um amplo e complexo instrumental de natureza legal, normativa e financeira destinado à implantação de políticas urbanas e habitacionais de forma sistêmica, que articula as responsabilidades executivas dos diferentes níveis de governo, com o acompanhamento de conselhos de representação da sociedade.

Esse instrumental começa a surgir em 2001 com a Lei do Estatuto da Cidade. Em 2005 foi estabelecido o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, além do Conselho Gestor do FNHIS. No ano de 2009 foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV e o Plano Nacional da Habitação – Planhab. Finalmente esse arcabouço geral se completa, entre outros, com os mecanismos de custeio e financiamento operados pela Caixa e o BNDES, e suas redes de agentes promotores e financeiros.

Não obstante esse quadro institucional bastante favorável - especialmente no que se refere aos mecanismos de planejamento, controle do uso do solo e captação de plus valias, criados no Estatuto da Cidade, mas que permanecem sem aproveitamento pelos municípios - os resultados alcançados pelas políticas habitacionais até então ainda são muito insatisfatórios. O progressivo aumento do distanciamento da localização dos conjuntos do MCMV, em direção às periferias das cidades, vem sendo assinalada ultimamente em quase todas as avaliações feitas sobre o Programa. Esses “pulos” para as periferias urbanas rebaixam as densidades ocupacionais do solo, aumentando, conseqüentemente, os custos de instalação e de operação dos serviços públicos e dos deslocamentos das famílias e, também, enseja a elevação desnecessária do preço de terrenos

situados no entorno da região beneficiada pela infraestrutura. O enquistamento socioespacial a que ficam sujeitos os beneficiários desses conjuntos têm se agravado ultimamente, inclusive, tem criado facilidade para que eles que sejam dominados pela criminalidade organizada.

Destaca-se daí a importância que terá o estudo do setor habitacional e dos equipamentos sociais no processo de elaboração do Plano Estratégico da RMRJ. Nele, a moradia e a estrutura de suporte social não serão vistos apenas sob o aspecto construtivo, mas, principalmente, pelo lado das questões locacionais e a forma como elas ajudam a garantir a integração social e o pleno exercício dos direitos de cidadania. Observa-se que muitas das “favelas” cariocas são comunidades vibrantes, ricas em ativos culturais e, ainda que com déficits em infraestrutura, profundamente conectadas à malha urbana e à identidade da região.

A governação dos territórios urbanos-regional é um desafio em sua multidimensionalidade (relação centro-subúrbios; áreas centrais degradadas ou subutilizadas em virtude de especulação imobiliária ou reserva de valor; expansão urbana descontrolada em áreas sem suporte de infraestrutura como resultado de processos diretos ou indiretos de higienização; enclaves e habitat marginal, etc.). Um ponto que exemplifica espaços de desvalia que podem cumprir função social e de integração e revitalização é o de prédios públicos ou privados abandonados ou indevidamente utilizados. Esse podem abrigar moradias e/ou equipamentos sociais, sendo soluções que dão a multiplicidade desejada ao espaço urbano e ao tecido social, com baixos custos, cabendo definições e arranjos jurídicos e criatividade em arranjos financeiros.

No âmbito do diagnóstico e proposições integradas para a reestruturação do espaço metropolitano, serão avaliados os planos existentes sobre novos equipamentos para os sistemas de saúde, educação e segurança que poderão ser implantados e de lacunas de cobertura e eficiência que porventura existam.

A análise e a ordenação das informações desse Componente se desenvolverá em função dos 3 grupos metodológicos estabelecidos pelo proponente: estrutura - p.ex.: produção habitacional do setor público; produção habitacional do setor privado (formal e informal); unidades completas (unifamiliar e multifamilliar); construção progressiva (formal e informal), demanda de áreas por tipologia; fluxos – por exemplo: evolução do estoque habitacional e da demanda por município e sub-regiões; evolução das taxas de atendimento com infraestrutura e equipamentos sociais; pesquisas de origem/destino dos PDTUs de 2003 e 2015; evolução dos custos de deslocamentos; gestão – p.ex. principais atores diretos (*stakeholders*) na produção habitacional (formal e informal) e na oferta e operação dos serviços; responsabilidades administrativas e fontes de custeio e financiamento; políticas de programas; e os ambientes de regulação e controle.

Saneamento e Resiliência Ambiental

A integração das soluções de engenharia com aspectos urbanísticos e paisagísticos, no contexto das águas urbanas é fundamental para a construção de cidades mais resilientes às inundações, sustentáveis, bem servidas de infraestrutura básica, e com boa qualidade de vida. Em última análise, os rios urbanos, receptores das águas, devem ser tratados de forma a resgatar suas qualidades ambientais, a partir de novas possibilidades relacionadas com o conceito de requalificação fluvial, que reinsere o rio na paisagem, reconhecendo seu valor natural. Essa busca de integração das águas na paisagem urbana é um dos importantes passos no sentido de evoluir o planejamento da RMRJ para o conceito de “cidades sensíveis à água”, que apresenta as seguintes premissas:

- Não dissociar ambiente natural e construído, onde o saneamento - drenagem, água, esgoto e resíduos sólidos - pode virar o principal vetor de degradação do ambiente, quando boas soluções integradas não são adotadas;
- A integração de soluções é fundamental, pois os sistemas em discussão exercem influências recíprocas. Em ambientes como a RMRJ, os recursos hídricos são forte candidato a eixo estruturador da paisagem;
- Os limites municipais não devem ser barreiras de planejamento do saneamento, que deve ser tratado dentro dos limites impostos pelos sistemas naturais e construídos;
- Paisagens multifuncionais: Parques para armazenamento temporário de inundações, preservação de áreas impermeáveis, valorização ambiental e urbana, paisagismo, prática esportiva e lazer são um exemplo de uso otimizado do espaço. Diques contra a inundação podem compor à malha viária. Sistema de drenagem e esgotamento sanitário podem, eventualmente, ser um sistema único, equacionando carência de recursos; os recentes projetos da COPPE/UFRJ de Parques Inundáveis e Parques Marginais nas Bacias dos rios Iguaçu-Botas e Sarapuí são exemplos de ordenamento do uso do solo para o bem coletivo, com significativo impacto na resiliência da bacia; outrossim, vale registrar os bem sucedidos exemplos de dique-estrada também projetados para essas mesmas bacias;
- O planejamento regional de uso do solo é estruturador e precisa ser tratado de forma integrada, tornando funcional a proposta final. A recente proposição das áreas de preservação ambiental (APAs) para prevenção de inundações, proposta pela COPPE/UFRJ, é um exemplo de reorganização e ordenamento do uso do solo para o bem coletivo, cobrindo diferentes cidades da RMRJ;

- A participação social é fundamental em todas as fases do Plano. O desenvolvimento de indicadores de desempenho para avaliação ambiental e do sistema de saneamento, é basilar para que os resultados pretendidos sejam facilmente comunicados e sejam passíveis de ação de controle social de longo prazo.

Ocupação desordenada do solo, remoção indiscriminada da cobertura vegetal, ocupação de várzeas naturalmente inundáveis, impermeabilização de grandes áreas, geração de lixo e esgoto sanitário modificam e causam impactos no sistema de drenagem natural, degradando o ambiente e aumentando a frequência, a magnitude, a extensão e o tempo de permanência das cheias, causando mais danos econômicos e sociais. Na RMRJ, os principais problemas de macrodrenagem estão diagnosticados, todavia, apresentam falhas de abordagem. Jacarepaguá, Baixada Fluminense e bacias do Pavuna-Meriti, Imboaçú e Alcântara, são exemplos de áreas críticas. Esses conhecidos problemas precisam de projetos modernos, com visão mais holística dos problemas.

O planejamento da RMRJ precisa ser integrado ao projeto de drenagem urbana, para que este seja, de fato, sustentável ao longo do tempo. Projetos de drenagem falham se não acompanhados de controle de uso do solo e urbanização sustentável. Cabe indicar elementos que: minimize a dificuldade legal/institucional decorrente da responsabilidade sobre o uso do solo ser municipal e a gestão do rio ser estadual; e implemente novos paradigmas, como a “paisagem urbana multifuncional”, que amenizem as cheias e disciplinem as águas urbanas para uso compartilhado com o lazer e melhoria na saúde pública, na mobilidade e no desenvolvimento da região.

Nesse sentido, destaca-se o caso das bacias dos rios Iguaçu-Sarapuí que, através de seu plano diretor, implementou a reorganização do uso do solo, APAs, recuperação da drenagem, parques urbanos inundáveis multifuncionais, e relocação de habitações de áreas de risco. E sua solução de dique conteve parte das cheias e propiciou o projeto das estradas (Transbaixada I e II) que servem a mobilidade e ao desenvolvimento regional.

Na RMRJ temos duas importantes baías e inúmeras lagoas com potenciais belezas e incrustadas em região de elevada densidade populacional. Seus principais problemas são a elevada poluição, atrelada à questão do esgoto doméstico e a dificuldade na circulação de suas águas, que necessita de estudos e ações que façam desses corpos hídricos mais que “paisagem”.

As lagoas devem ser usadas para embarcações de passageiros. Por exemplo, a Linha 4 do Metrô, chega à barra em um único ponto, cujo acesso está previsto ser coberto pelo sistema BRS. No entanto, o uso de embarcações unindo vários pontos estratégicos ao Metrô mostra-se viável. Já na Baía de Guanabara há um caminho hidroviário não explorado que poderia ligar São Gonçalo à

Praça XV. A Baía de Guanabara apresenta, ainda, regiões populosas que estão sujeitas às cheias dos rios Imboaçú, Guaxindiba e Alcântara. Uma solução para esses rios seria a construção de canais extravasores que drenassem as águas fluviais excedentes e servisse como hidrovia. Vários bairros de São Gonçalo seriam servidos por embarcações. Similarmente, na Lagoa Rodrigo de Freitas, a nova Estação de Ipanema poderia ser acessada por transporte de embarcações que unissem essa estação ao Piraquê e a Fonte-da-Saudade. Esses são exemplos de soluções com multifuncionalidade a serem perseguidas para a RMRJ.

Os últimos anos têm apresentado algumas fragilidades da segurança hídrica na RMRJ. A falta de reservação de água bruta e a forte dependência das águas do rio Paraíba do Sul são os principais pontos críticos. Além da possibilidade de ampliação da reservação do rio Paraíba do Sul, há pontos fora desta bacia, que podem gerar significativo aumento da segurança hídrica. São as barragens de Guapi-Açu, de Jurnaiba, de Saracuruna e a possível Barragem de Major Archer. Além disso, a investigação de pequenos mananciais na Serra do Tinguá, pode proporcionar um sistema complementar de produção de água.

A qualidade do sistema de coleta e tratamento de esgoto doméstico na RMRJ é absolutamente insuficiente para proporcionar habitantes e ambiente saudáveis, e o combate a pobreza. A universalização da água e do esgoto está muito distante de todas as metas. Várias cidades da RMRJ estão em situação dramática no quesito esgoto doméstico. Trazer a distribuição de água para um nível “aceitável” requer investimento compatível com a capacidade dos cofres públicos. No entanto, a questão do esgoto doméstico passa pela captação adicional de investimentos na ordem de R\$15 bilhões. Muito além, portanto, da capacidade de investimento do setor público. Estudos mostram que o capital privado é capaz de arcar com pouco mais de 1/4 do investimento no sistema de esgoto dessa região, numa concessão de 30 anos. Ainda assim, o restante do investimento necessário está além da capacidade de investimento do Poder Público. Resta adotar medidas complementares para permitir a universalização do sistema num prazo de 30 anos. Tais medidas devem ser pensadas em duas frentes: Metodologia de Coleta/Tratamento e Critérios de Concessão.

Em termos de gestão integrada, destaca-se a enorme quantidade de obras de instalação de rede em áreas urbanas na RMRJ. Isso requer um difícil e detalhado planejamento conjunto entre municípios e estado. Esse tipo de obra traz grande impacto ao cotidiano das cidades e necessidade de obras dentro de densos centros urbanos requererá plano de espaçamento dessas no tempo e no espaço.

Na RMRJ há, desde 2012, normas sobre o gerenciamento da disposição final de resíduos sólidos em aterros sanitários. A despeito do forte avanço, algumas lacunas demandam aprofundamentos na interação entre os municípios e a Agência Reguladora do Estado do Rio. Ademais, devem-se aumentar os esforços para a criação de políticas públicas no sentido de:

- Ampliação do Programa de Coleta Seletiva Domiciliar;
- Aprimorar ação cooperativa de catadores de materiais recicláveis;
- Aproveitamento de resíduos da construção civil, pneus, cocos; e
- Desonerar as cadeias produtivas da reciclagem e do gás de aterro.

Além disso, é importante o aprimoramento do arcabouço legal que controle a geração indiscriminada de embalagens pelas indústrias. Deve-se também estabelecer Programa de Metas para controle da eficiência e eficácia dos serviços de coleta de resíduos domiciliares e destinação final. Atualmente, os bueiros de ruas, as galerias de águas pluviais e os rios urbanos estão sistematicamente sujeitos a fortes impactos gerados pelo lixo. O lixo domiciliar levado pelas chuvas antes de ser devidamente coletado em caminhões acabam chegando aos sistemas de águas pluviais e aos rios, agravando as enchentes, poluindo os rios, lagoas e baías.

Observa-se na abordagem desse e dos demais eixos a grande interdependência das soluções dos mais diversos espectros que são caros para o sucesso da construção de uma RMRJ melhor de se viver e cada vez mais competitiva. Esse imbrincamento se reveste em um dos grandes desafios para o PEDUI. O sucesso do planejamento, gestão e execução nesse sentido resultará em grande potência dos resultados e apresentações de soluções consistentes. Fica claro que, só dentro de uma gestão ao nível metropolitana isso pode ser possível.

Arranjos Institucionais

O Estado do Rio de Janeiro com o propósito de assumir a liderança, como lhe confere a Constituição Federal (CF), vem realizando esforços para a retomada da Governança Metropolitana:

- i) Como o Decreto 44.905/2014 que institui a Câmara Metropolitana de Integração Governamental, instância de decisão colegiada e compartilhada entre o Estado e os 21 municípios integrantes da RMRJ; e
- ii) Preparação de um Projeto de Emenda Complementar conforme exigido pela ADI retrocitada, pela CF e pelo Estatuto da Metrópole. Estas ações visam proporcionar maior capacidade para gerir, planejar e estabelecer prioridades e parâmetros para a definição de políticas públicas de interesse comum em âmbito metropolitano.

O Projeto de Emenda Complementar - PEC, conforme apresentado na reunião prévia da SDP 001/2014, tem como pressupostos atender as diretrizes emanadas pela ADI Nº 1842-RJ e não do Estatuto da Metrópole por haver algumas incompatibilidades entre eles, e para não ocorrer novas ADI's no futuro o Estado optou por seguir a ADI Nº 1842-RJ.

A governança metropolitana proposta será exercida por um Conselho Deliberativo composto pelo Governador do Estado e pelos 21 Prefeitos dos municípios que compõem a RMRJ e será apoiado por um Conselho Consultivo, por uma Agencia Executiva e por Comitês Intersetoriais.

As inclusões de outros municípios ou de distritos que vierem a se emancipar terão que ser referendadas pelo Conselho Deliberativo, formalizadas através de Lei Complementar e atender aos requisitos apresentados na Proposta de Emenda Constitucional (PEC). A aferição do atendimento aos requisitos de inclusão será de competência do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana.

Por se tratar de um assunto que envolve estruturas jurídicas, história institucional e tradições de governança as soluções de problemas metropolitanos divergem de país para país e de cada área metropolitana para outra. Não há, portanto, soluções padrão. Estudos de caso nacionais e internacionais serão utilizado como ponto de partida por nosso Consórcio. Como exemplos de estruturas temos os modelos: Monistas, estrutura centralizada como em Quito e Bogotá; o modelo Dualista ou Supramunicipal, em Santiago-Chile e uma entidade prestadora de serviços tendo como exemplo a London Authority-Londres; os arranjos de cooperação voluntária, menos formais, como as conferencias de Bolonha-Itália; as Comunas-França e as autoridades conjuntas na Espanha e Bélgica. Cabe ainda destacar o modelo de distritos para fins especiais, usado em países com governos locais fortes, como em Buenos Aires-Argentina.

O exame dos casos acima indica que a melhor opção no médio e longo prazo é a criação de arranjos funcionais de governança metropolitana com a participação de todas as esferas de governo (local, estadual e central). Essas estruturas devem permitir o envolvimento total de interessados nas tomadas de decisões. Devem essas estruturas promover ainda um equilíbrio fiscal entre os seus integrantes e a partição de recursos. O modelo proposto no RMRJ segue nessa direção. Com base nos exemplos da experiência nacional e internacional, acima exemplificados o Consórcio proporá sugestões de alternativas de modelos institucionais que possam responder aos requisitos da gestão metropolitana no horizonte do PED/RMRJ, como propor ainda os ajustes cabíveis, tendo em conta a consistência com os documentos legais pertinentes e apontando, entre outros aspectos: as estruturas formais integrantes do modelo e suas principais funções; a participação e papel de diferentes agentes nessas estruturas e como melhorar e otimizar suas atuações.

Os recursos para o financiamento das ações necessárias comuns no território metropolitano para curto, médio e longo prazo são de suma importância para o sucesso das estruturas metropolitanas, como exemplo a estudar seus sucessos e insucessos como Madri, Milão, Cidade do México, Vancouver, Montreal e Toronto. No Brasil temos exemplos como Belo Horizonte, São Paulo, Campinas, Recife, Curitiba e Vitória, que vem se destacando pela adoção de medidas para articulação e financiamento de suas regiões metropolitanas.

A grande experiência de Barcelona depois dos Jogos Olímpicos do 92 foi o desenvolvimento das estruturas de planejamento estratégico em grande escala, com a criação da Área Metropolitana de Barcelona e a Agência Barcelona Regional. O Rio de Janeiro, sem dúvida, terá esta experiência como referência, introduzindo a sua própria visão, cultura e conhecimentos, projetando seu futuro pós-olímpico.

O papel do setor privado através de Parcerias Público Privadas (PPPs) e Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) se torna imperioso para os vultosos investimentos necessários a serem realizados nas RMRJ como, por exemplo, saneamento, transportes e otimização do uso do solo, ou seja, não há como atuar somente com recursos públicos, os recursos privados são cada vez mais necessários e para que sejam atraídos clamam por estabilidade jurídica nos contratos e estabilidade institucional dos parceiros públicos.

Mecanismos Financeiros

Ao que se refere às questões financeiras três frentes ganham relevância: o aporte de recursos necessário para a implementação do Programas de Ações Prioritárias, não só, mas destacadamente para os quatro primeiros anos (curto prazo); a instituição e adequação de mecanismos financeiros comum aos componentes da região metropolitana; e as finanças municipais e seu aprimoramento no sentido de dar folego as municipalidades para suas ações típicas que têm complementariedade com as ações metropolitanas, e considerando a importância do caráter distributivo e de justiça social. Adicionalmente, não se deve desprezar a força dos instrumentos fiscais como organizador do território e indutor de desenvolvimento.

O Consórcio Barcelona-Rio, se valendo da vasta experiência de seus membros na estruturação da Região Metropolitana de Barcelona após os jogos olímpicos e em projetos em outras regiões de projeção global; e na elaboração, para diversas regiões brasileiras, de programas e planos, e suas engenharias financeiras com recursos de diversas naturezas e origens (instrumentos fiscais, empréstimos, doações, ações consorciadas, parcerias público privadas, dentre outros), fará análise das alternativas de financiamento das ações previstas nos Programas

de Ações Prioritárias (PAPs), oriundos as estratégias de desenvolvimento integrado definidas no âmbito do cenário de reestruturação da RMRJ.

Se estruturará não apenas as possibilidades de captação e alocação para cada ação isoladamente. Dada a força do conjunto de ações integradas, e as necessidades de sequência ótima de execução, será feita análise de soluções que possam ser integradas nos aspectos que facilitem a captação adequada e de qualidade, sem interferir na flexibilidade da execução de cada ação.

Além das experiências de solução de mecanismos de financiamento das quais os membros do consórcio estiveram envolvidos, se terá como referência de análise as boas práticas de experiências exitosas no Brasil e exterior.

O cenário atual e as perspectivas têm demonstrado necessidade dos Municípios da Região Metropolitana e demais aglomerações urbanas estarem articulados para promoverem ações interfederativas que proporcionem incremento de arrecadação, reduzam o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias e internalizem políticas públicas que beneficiem a todos destas regiões.

Nossos maiores espaços urbanos constituem territórios bastante complexos, onde estão concentradas, simultaneamente, parte substancial da capacidade produtiva do país e dos dilemas e desafios societários do desenvolvimento regional. Com efeito, a gestão metropolitana do Rio de Janeiro, dentre algumas medidas que possam gerar externalidades positivas para todas as cidades circunscritas, necessitará de uma reconfiguração do Fundo Contábil de Desenvolvimento Metropolitano, para que o mesmo se apodere da ampliação da base arrecadatória dos municípios.

Nesse contexto, o Fundo Contábil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, necessitará de uma equalização da aplicação da Lei Complementar 116/2003, que estabeleceu a competência aos Municípios para instituir o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. O ISSQN é um tributo de competência municipal incidente sobre 40 segmentos, subdivididos em 183 serviços.

O Fundo Contábil de Desenvolvimento Metropolitano pode, também, ter vinculado a formação de um fundo de investimentos e garantias para projetos de interesse metropolitano. Este fundo pode ser constituído de várias fontes:

- Recursos do estado e dos municípios a ele destinados;
- Transferências da União alocadas para o financiamento de ações de interesse metropolitano;
- Empréstimos nacionais e internacionais e recursos provenientes de ajuda e convênios de cooperação internacional, ou acordos intergovernamentais;

- Retorno de operações de crédito contratadas com órgãos ou entidades da administração direta e indireta do estado e dos municípios e concessionárias de serviços públicos;
- Produto de operação de crédito e rendas provenientes da aplicação de seus recursos;
- Resultado da aplicação de multas;
- Recursos decorrentes do rateio de custos de obras de interesse comum;
- Doações de pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas.

Os recursos dos municípios podem ser alocados segundo critérios a serem definidos pelos próprios, como por exemplo, a população local. O valor do Fundo deve ser estipulado pelos prefeitos e sua administração pode ser feita nos mesmos moldes do Programa de PPPs do governo do estado, que tem como agente administrativo e financeiro a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro, AgeRio.

Para investimentos de menor volume, alguns modelos existentes hoje podem ser adotados como parâmetros, como por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista, que tem como finalidade dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Será necessário também que todos os Municípios realizem revisões sistemáticas de suas plantas genéricas de valores imobiliários. Vale mencionar, que tramita com celeridade no Senado Federal o PROJETO DE LEI Nº 277/2014, que condicionará aos Municípios brasileiros realizarem, com periodicidade, a revisão de suas plantas. Esse projeto gerará incremento de arrecadação do IPTU e propiciará melhorias na avaliação do ITBI. O IPTU é o segundo maior tributo da receita tributária própria municipal e tem importância significativa nos aspectos correlatos a extrafiscalidade, ou seja, desenvolvimento urbano e ambiental, incremento de atividade econômica, através de incentivos seletivos.

Um outro exemplo de possibilidade de mecanismo financeiro seria a criação de um fundo destinado a questões afeitas a gestão metropolitana, podendo contar com a participação de organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD) e o Internacional Finance Corporation (IFC).

Sobre o Fundo Contábil da RMRJ, serão preparadas as minutas de decreto, estatuto, regulamento e outros elementos formais que sejam necessários para sua implantação.

No Brasil, o governo central tem um grande peso nas finanças públicas. O processo de descentralização encampado desde 1988 é bastante comedido. Muito além da descentralização, a federação brasileira experimentou um forte processo de municipalização. Passou a operar uma ligação cada vez mais direta entre Brasília e as prefeituras de todo o país. No atual cenário, precisamos superar o paradigma do individualismo municipalista e promover a cooperação entre as unidades locais.

Os municípios são os principais mantenedores dos serviços sociais universais. O padrão de financiamento ainda é nacional e trata igualmente cidades desiguais – tributação baixa, endividamento inacessível. A instância metropolitana abre possibilidades de articulação de recursos que devem ser desenvolvidas e exploradas.

Questões Jurídicas

O Estado Federado possui o poder-dever de instituir região metropolitana, caso verifique a necessidade de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções ou serviços de interesse comum de municípios limítrofes. Essa necessidade advém da impossibilidade efetiva de municipalidades, isoladamente, darem respostas adequadas a complexas questões intermunicipais naturais (como bacias hidrográficas) e construídas (mobilidade, por exemplo). O Supremo Tribunal Federal (STF) afirma que a criação de regiões metropolitanas independe da anuência dos municípios, ou seja, seu caráter é compulsório (ADIN 1841/RJ e ADI 796/ES).

A titularidade das funções públicas de interesse comum e, em que grau, as municipalidades autônomas transferem para o Estado funções e poderes legalmente instituídos, sintetizam os elementos que dificultam a estruturação dos sistemas de governança metropolitana no Brasil.

No questionamento da constitucionalidade da Lei Complementar 87/97, editada pelo Estado do Rio de Janeiro, o STF consagrou que o estabelecimento de região metropolitana não significa simples transferência de competências para o Estado, reconhecendo, ainda, que o poder concedente e a titularidade dos serviços aos municípios e ao Estado devem ocorrer por meio de gestão compartilhada (órgão colegiado). Em 2015, o Estatuto da MetrÓpole consolidou e, de certa forma, ampliou as premissas da decisão do STF, apontando para o compartilhamento de responsabilidades entre estados e municípios no planejamento e execução de ações para o cumprimento das funções públicas de interesse comum.

Nesse contexto, cabe o desenvolvimento de instrumentos legais referentes à proposta de arranjos institucionais, e suas justificativas, no sentido de consolidar um modelo a ser aprovado

pelo poder legislativo. Em paralelo, e dentro desse contexto, cabe identificar as necessidades de ajustes no marco jurídico de estado e municípios e agências da RMRJ. O Estado deve adequar à sua legislação ao novo marco legal a fim de evitar novos questionamentos judiciais que, uma vez mais, inviabilizem o modelo de governança metropolitana.

Neste sentido, deve ser editada lei que ratifique a RMRJ e crie uma institucionalidade estruturadora. Uma proposta inicial seria criar uma autarquia intergovenamental e plurifuncional de regime especial, com caráter deliberativo, normativo e executivo que teria como finalidade exercer as competências relativas à integração da organização, do planejamento e da execução de funções ou serviços de interesse comum dos Municípios integrantes da Região Metropolitana. Indispensável que essa autarquia tenha uma instância executiva com representantes do Poder Executivo dos entes federativos que integram a região metropolitana; um órgão colegiado deliberativo com representantes da sociedade civil; um órgão técnico; e um sistema integrado de alocação de recursos e prestação de contas.

O modelo de gestão regional não exige participação paritária em termos de poder decisório, o que é razoável, contudo, cabe evitar concentração de poder em um único ente para a preservação do autogoverno e da autoadministração dos municípios, pilares do federalismo.

Associado à avaliação de gargalos críticos no marco regulatório e instrumentos de implementação, se deve identificar, também, oportunidades legais para a consecução dos fins previstos no plano de desenvolvimento urbano integrado. É possível a utilização de instrumentos, definidos caso a caso, que viabilizem legal e financeiramente as intervenções, físicas e de gestão, identificadas como necessárias ao desenvolvimento da RMRJ. Destacam-se como instrumentos: operações urbanas consorciadas interfederativas; zonas para aplicação compartilhada dos instrumentos urbanísticos (Lei no 10.257/ 2001); consórcios públicos (Lei 11.107/2005 e o art. 241 da Constituição Federal); convênios de cooperação; contratos de gestão; compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana; parcerias público-privadas interfederativas, dentre outros.

2.2.2.3.3 Operacionalização da fase de Programas de Ações Prioritárias e Instrumentos de implementação

Essa fase está dividida em quatro etapas:

- Instrumentalização do Diagnóstico e da Visão de Futuro
- Consolidação de Modelo de Desenvolvimento e Cenários
- Definições de Estratégias de Desenvolvimento
- Elaboração do Programa de Ações e Detalhamento das Propostas

Ao longo dessa fase ocorrerão atividades participativas em forma de oficinas itinerantes. Nessas oficinas as temáticas que tiverem sido identificadas como centrais serão tratadas por atores locais, mas com o olhar metropolitano. A composição de municípios para essa fase pode ganhar um delineamento mais técnico, como, por exemplo, por bacias hidrográficas. A definição das referências de reagrupamentos para as oficinas nessa fase de eixos e instrumentos de implementação ficarão mais objetivadas com a finalização da etapa de diagnóstico e visão de futuro.

A medida que questões-chaves forem se estabelecendo, dentro dos recursos previstos no orçamento, e buscando apoios de atores que se sensibilizem com o processo de construção do PEDUI, temáticas específicas de inovação e de construção inteligente de cidades podem ser desenvolvidas no âmbito das oficinas já previstas, ou em evento específico de repercussão técnica (temas como, geração alternativa e eficiência energética, mudança climática podem ser desenvolvidos de forma a dar conta de uma complexidade mais ampla dentro dos eixos estratégicos pré-definidos).

2.2.2.3.4 Instrumentalização do Diagnóstico e da Visão de Futuro

Nessa etapa será realizado no âmbito de cada eixo estratégico o aprofundamento das questões levantadas na fase anterior. É um momento de dar mais densidade às questões resolutivas.

Em paralelo haverá um aprofundamento da definição do Modelo de Desenvolvimento. A conceituação do modelo de desenvolvimento é fundamental para traçar as possibilidades de estratégia de desenvolvimento regional, as funções que serão exigidas das instâncias governamentais e que papel tem a iniciativa privada na lógica geral de construção dos cenários futuros.

Esse é um momento de intensificação da integração dos dados e informações ao nível de georeferenciamento. Trata-se de instrumento fundamental para a fase de cruzamento das informações dos eixos.

Ao final dessa fase um delineamento preliminar de elementos para composição dos cenários estará disponível.

2.2.2.3.5 Consolidação de Modelo de Desenvolvimento e Cenários

Aprofundadas as análises dentro de cada eixo estruturante e compreendido um modelo de desenvolvimento adequado e estabelecidas as bases de georeferenciamento, se tem a condição de integração espaço-temporal dos eixos para a definição de cenários de intervenções complementares, de relações orgânicas e de impacto sistêmico.

No final dessa etapa já terá um amadurecimento do Modelo de Reconfiguração Espacial que se pretende.

2.2.2.3.6 Definições de Estratégias de Desenvolvimento

Dado o modelo de reconfiguração espacial cabe definir mais detalhadamente quais os vetores e núcleo de expansão e ajustes que são estratégicos.

As possibilidades de cenários devem passar por uma análise de ruídos exógenos (perspectivas da economia nacional e internacional, ambiente político institucional, etc) no sentido de se identificar as oportunidades e riscos. Dessa análise se deriva a definição mais segura dos elementos que devem compor o programa de ação para o curto prazo. Esse curto prazo é de fundamental importância tendo em vista que seu sucesso é motivador e agregador.

2.2.2.3.7 Elaboração do Programa de Ações e Detalhamento das Propostas

Etapa em que se têm definidas as indicações das ações de curto, médio e longo prazos. É a fase de maior detalhamento das ações prioritárias, e de intensificação da análise dos instrumentos de implementação e suas indicações para soluções de implementação (jurídicas, de financiamento, gestão, ...), acompanhamento e monitoramento. Nesse momento se revisita com mais detalhamento as indicações de salvaguarda do Banco Mundial.

Assim como na etapa de diagnóstico e visão de futuro, o encerramento será com apresentação dos resultados as plenárias das três instancias representativas que acompanham a elaboração do PEDUI.

2.2.3 Plano Integrado

Nesta fase do processo todos os elementos construídos ao longo da elaboração do trabalho ganham uma unidade estruturada, e de cunho operativo, na forma de **Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ**. Mais que uma síntese, o Plano deve ser instrumento guia prático para todas as ações que devem ser executadas, um Manual Operativo. Ele deve ser, também, um marco referencial para a continuidade das relações metropolitanas sementeas no processo de sua elaboração. Um documento sólido, objetivo, representativo e estimulador de diálogos e reflexões contínuos das questões caras a todos que vivem e se relacionam com a RMRJ.

Nessa fase serão desenvolvidos termos de referência específicos em cada eixo, dentro do proposto no plano de ação. Será elaborado, também, de forma conjunta pelos técnicos dos eixos estratégicos, Termo de Referência para um estudo detalhado de diretrizes de uso do solo na RMRJ, a ser desenvolvido durante a etapa de implantação do PEDUI.

2.2.3.1 Operacionalização da Fase

Essa fase é o espaço para a consolidação de todos os trabalhos desenvolvidos e elaboração de instrumentos de apoio (com termos de referência, por exemplo). Serão geradas nessa fase duas versões parciais e uma final do PEDUI. É uma fase de balanços das atividades e refinamento dos resultados. A versão final será submetida às plenárias das instâncias participativas.

2.2.4 Síntese das Atividades

PLANO DE TRABALHO																																			
DIAGNÓSTICO E VISÃO DE FUTURO						EIXOS ESTRUTURANTES E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO						PLANO INTEGRADO																							
janeiro e fevereiro		março à maio			junho	julho	agosto - setembro		outubro - novembro		dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho																	
Planejamento		Coletas de Dados, Informações, Estudos Programas e Projetos. E Análise Preliminar desses Insumos			Consolidação Parcial das Análises	Consolidação Final e Validação	Instrumentalização do Diagnóstico e da Visão de Futuro		Consolidação de Modelo de Desenvolvimento e Cenários		Definições de Estratégias de Desenvolvimento	Planejamento	Elaboração do Programa de Ações	Detalhamento das Propostas de Ação	Consolidação Final e Validação	Versão Preliminar	Versão Ajustada	Versão Final																	
- Mobilização das Equipes		Equipe - Eixos			Equipe - Eixos e Instrumentos de Implementação	Equipe - Eixos e Instrumentos de Implementação	Equipe Técnica - Eixos		Equipe Técnica - Eixos		Equipe Técnica - Eixos	Ajuste do Plano de Trabalho	Equipe Técnica - Eixos	Equipe Técnica - Eixos	Equipe Técnica - Eixos	Equipe Técnica - Eixos	Equipe Técnica - Eixos	Equipe Técnica - Eixos																	
		Estudos já Existentes da Equipe Técnica			- Geração de subsídios para as atividades de participação - Obter resultados das atividades de participação - Análise preliminar dos dados/informações	- Obter resultados das atividades de participação - Análise dos dados/informações	Integração de Filtros do Diagnóstico: - Visão de Futuro - Salvaguardas do BIRD - Avaliação dos Inst. de Implementação		Consolidação de Diagnóstico e Visão de Futuro	- Aprofundamento das questões levantadas, por eixos - Definição do Modelo de Desenvolvimento - Integração dos dados por Georeferenciamento - Delinear elementos para cenários			Equipe Técnica - Instrumentos de Implementação		Equipe Técnica - Instrumentos de Implementação	Equipe Técnica - Instrumentos de Implementação	Equipe Técnica - Instrumentos de Implementação	Equipe Técnica - Instrumentos de Implementação	Equipe Técnica - Instrumentos de Implementação	Equipe Técnica - Instrumentos de Implementação	Equipe Técnica - Instrumentos de Implementação														
		Visitas a Órgãos Públicos													- Integração de toda a produção do PDUI - Elaboração de documentos de apoio (TdRs, gestão, Monitoramento, etc)		- Integração dos dados por Georeferenciamento - Delinear elementos para cenários		- Integração dos Eixos - Definição de Cenários Integrados e temporalizados - Definição do Modelo de Reconfiguração Espacial		- Análise de Ruídos Exógenos - Eleição de vetores e núcleo de expansão e ajustes estratégicos		- Indicação das ações de CP, MP e LP - Definição das ações prioritárias - Integração das propostas dos instrumentos de implementação		- Detalhamento das propostas de ação - Consolidação dos Instrum. de Implementação (gestão, monitoramento e avaliação, jurídico, ...) - Salvaguardas do BIRD		- Ajustes da versão Preliminar para apresentação ao Conselho e aos Comitês		- Ajustes após plenárias						
		Obteção de Estudos/Projetos Existentes e em Andamento																																	
Reunião Mensal - Equipe Técnica Consórcio e Câmara Metropolitana																																			
PARTICIPAÇÃO - Conselhos/ Comitês/ Oficinas/ Encontros/ Percepção popular																																			
janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho																	
	Posse Comitê Estratégico					Comitê Estratégico									Comitê Estratégico			Comitê Estratégico																	
	Posse Comitê Municipal					Comitê Municipal				Reunião com Prefeitos eleitos e equipes					Comitê Municipal			Comitê Municipal																	
		Conselho Consultivo PEDUI Posse				Conselho Consultivo PEDUI									Conselho Consultivo PEDUI			Conselho Consultivo PEDUI Aberto ao Público																	
		(1) Oficinas Segmentos	(6) Oficinas Segmentos	(3) Oficinas Temáticas	(3) Oficinas Temáticas		(3) Oficinas Itinerantes Eixos	(3) Oficinas Itinerantes Eixos		(3) Oficinas Itinerantes Eixos	(3) Oficinas Itinerantes Eixos		(3) Oficinas Instrum. de Implementação	(3) Oficinas Instrum. de Implementação		(3) Oficinas Modelando a Metrópole	(2) Oficinas Modelando a Metrópole																		
			(1) Workshop Encontro Regional	(3) Workshop Encontro Regional	(1) Workshop Encontro Regional																														
			(1) Fórum do Cidadão	(3) Fórum do Cidadão	(5) Fórum do Cidadão	(1) Fórum do Cidadão				(2) Fórum do Cidadão	(2) Fórum do Cidadão	(2) Fórum do Cidadão																							
PRODUTOS																																			
1 - Plano de Trabalho		2 - Relatório de Coleta de Dados		3 - Relatório de Coleta e de Análise Parcial		4 - Relatório de Coleta e de Análise Parcial		5 - Rel. de Planejamento Ajuste do Plano de Trabalho		6 - Relatório de Diagnóstico e Visão de Futuro		7 - Rel. de Consolidação e Aprofundamento (Parcial)		8 - Rel. de Consolidação e Aprofundamento (Final)		9 - Relatórios de Propostas (Parcial)		10 - Relatórios de Propostas (Final)		11 - Relatório de Estratégias		12 - Rel. de Planejamento Ajuste do Plano de Trabalho		13 - Programa de Ações Prioritárias		14 - Relatório de Propostas Detalhadas		15 - Eixos Estruturantes e Inst. de Implementação		16 - Versão Preliminar do PEDUI		17 - Versão Ajustada do PDUI e Resumo Executivo - PRELIMINAR		18 e 19 - Versão Final do PDUI e Resumo Executivo	

2.2.5 Agenda de Eventos Externos na Fase de Diagnóstico e Visão de Futuro

	março	abril	maio	junho	Julho	
1ª Semana	Mobilização Conselho PEDUI	Oficina - Executivo (dia 5)	2º Encontro - ITAGUAI (dia 3)	Oficina - Saneamento (dia 2)	Fórum do Cidadão	
		Oficina - Org. de Classes (dia 7)	Fórum do Cidadão	Visitas às Secretarias e contatos com Prefeituras		
		Visitas às Secretarias e contatos com Prefeituras	Oficina - Economia (dia 5)			
2ª Semana		Oficina - Empresários (dia 12)	3º Encontro - ITABORAI (dia 10)	5º Encontro - N. IGUAÇU (dia 7)		
		Oficina - Concessionárias (dia 14)	Fórum do Cidadão	Fórum do Cidadão		
		Visitas às Secretarias e contatos com Prefeituras	Visitas às Secretarias e contatos com Prefeituras	Oficina - Reestruturação Espacial (9)		
3ª Semana		1º Encontro - NITEROI (dia 19)	Oficina - Patrimônio (dia 17)	Fórum do Cidadão	Comitê Estratégico	
		Fórum do Cidadão	Oficina - Habitação (dia 19)	Fórum do Cidadão	Comitê Municipal	
		Visitas às Secretarias e contatos com Prefeituras	Visitas às Secretarias e contatos com Prefeituras			
4ª Semana		Ativação das Mídias Sociais	Oficina - Instituições de Pesquisa (dia 26)	4º Encontro - D. CAXIAS (dia 24)	Fórum do Cidadão	Conselho PEDUI
		Posse Conselho PEDUI (dia 22)	Oficina - Legislativo (dia 28)	Fórum do Cidadão	Fórum do Cidadão	
			Ativação do Site	Visitas às Secretarias e contatos com Prefeituras		
			Visitas às Secretarias e contatos com Prefeituras			
5ª Semana		Oficina - Soc. Civil + Org. Internacionais (dia 31)		Oficina - Mobilidade (dia 31)		

2.2.6 Equipe técnica

Abaixo quadro com estrutura da equipe do consórcio Quanta/Lerner e relação dos membros da equipe.

EQUIPE TÉCNICA					
Coordenação					Consultores Especializados
Geral	Estratégica	Comercial	Técnica	Gerencial	
Núcleos Técnicos					
Economia Finanças Logística Transportes	Habitação Equipamentos Patrimônio Plan. Urbano Uso do Solo	Participação Comunicação Capacitação Monitoramento	Sanamento Ambiental Riscos	Adm. Pública Sistemas Direito Urbano	Equipe de Apoio Redação Estatístico Geoprocessamento Cadista Microinformática Secretária

CONSÓRCIO QUANTA/JAIME LERNER – COORDENAÇÃO

Alexandre Weber Aragão Veloso - Coordenador Técnico

Jaime Lerner - Coordenador de Estratégias

José de Ribamar Sousa - Coordenador Comercial

Marina Cabreira Bastos - Coordenadora Gerencial

Willy Müller - Coordenador Geral

CONSÓRCIO QUANTA/JAIME LERNER – EQUIPE TÉCNICA

Alberto Maia da Rocha Paranhos - Especialista em Administração Pública

Alexandre Weber Aragão Veloso – Especialista em Planejamento do Território

Anabela Paiva - Especialista em Comunicação

Ariadne dos Santos Daher - Especialista em Equipamentos Sociais

Nerêo Cardoso de Mattos Júnior - Especialista em Direito Urbano

Paula Lemos Azem, Especialista em Monitoramento e Avaliação

Paulo Canedo de Magalhães - Especialista em Saneamento Básico

Pedro Daniel Strozemberg - Especialista em Mecanismos de Participação

Ricardo Duarte Pontual, Especialista em Habitação

Riley Rodrigues de Oliveira - Especialista em Economia

Rômulo Dante Orrico Filho - Especialista em Transportes

Valéria Figueiredo Bechara Elias - Especialista em Patrimônio Histórico e Cultural

CONSÓRCIO QUANTA/JAIME LERNER - EQUIPE DE APOIO

André Sales Sousa - Apoio Técnico em Arquitetura e Urbanismo

Jennifer Cristina da Costa - Apoio em Desenho Técnico

Lyvia Cleide Moura Chaves - Apoio Técnico em Geografia e Geoprocessamento

Marina Benício Baptistão Suhett - Apoio Técnico em Arquitetura e Urbanismo

Nara Boechat Roberty - Apoio em Mídias Sociais e Cobertura de Eventos

Renata Alves Moreira - Apoio Administrativo

2.2.7 Cronograma Físico Financeiro

Cronograma Físico-Financeiro																		
Descrição	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17
Coleta de Dados, Informações e Projetos																		
Produto 1 - Plano de Trabalho	R\$ 385.662,11																	
Produto 2 - Relatório de coleta de dados		R\$ 192.831,06																
Produto 3 - Relatório de Coleta e Análise Parcial			R\$ 192.831,06															
Produto 4 - Relatório de Coleta e Análise Parcial				R\$ 385.662,11														
Consolidação Pacial das Análises																		
Produto 5 - Relatório de planejamento e Ajustes do plano de trabalho					R\$ 385.662,11													
Consolidação Final e Validação																		
Produto 6 - Relatório de Diagnóstico e Visão de Futuro						R\$ 385.662,11												
Instrumentalização do Diagnóstico e da Visão de Futuro																		
Produto 7 - Relatório de Consolidação e Aprofundamento (parcial)							R\$ 385.662,11											
Produto 8 - Relatório de Consolidação e aprofundamento (final)								R\$ 192.831,06										
Consolidação do Modelo de Desenvolvimento e Cenários																		
Produto 9 - Relatórios de Propostas (parcial)									R\$ 385.662,11									
Produto 10 - Relatórios de Propostas (final)										R\$ 578.493,17								
Definições de Estratégias de Desenvolvimento																		
Produto 11 - Relatório de Estratégias											R\$ 192.831,06							
Produto 12 - Relatório de Planejamento e Ajuste do Plano de Trabalho												R\$ 192.831,06						
Elaboração do Programa de Ações																		
Produto 13 - Programa de Ações Prioritárias													R\$ 385.662,11					
Detalhamento das Propostas de Ação																		
Produto 14 - Relatório de propostas Detalhadas														R\$ 192.831,06				
Consolidação Final e Validação																		
Produto 15 - Eixos Estruturantes e Instrumentos de Implementação															R\$ 771.324,23			
Versão Preliminar																		
Produto 16 - Versão Preliminar do PEDUI																R\$ 771.324,23		
Versão Ajustada																		
Produto 17 - Versão Ajustada do PEDUI e Resumo Executivo																	R\$ 192.831,06	
Versão Final																		
Produto 18 - Versão Final do PEDUI e Resumo Executivo																		R\$ 771.324,23
Produto 19 - Publicação do Sumário Executivo e entrega de versões finais de todos os relatórios e produtos do PEDUI																		R\$ 771.324,23
Total	R\$ 385.662,11	R\$ 192.831,06	R\$ 192.831,06	R\$ 385.662,11	R\$ 385.662,11	R\$ 385.662,11	R\$ 385.662,11	R\$ 192.831,06	R\$ 385.662,11	R\$ 578.493,17	R\$ 192.831,06	R\$ 192.831,06	R\$ 385.662,11	R\$ 192.831,06	R\$ 771.324,23	R\$ 771.324,23	R\$ 192.831,06	R\$ 1.542.648,46
Total Acumulado	R\$ 385.662,11	R\$ 578.493,17	R\$ 771.324,23	R\$ 1.156.986,34	R\$ 1.542.648,46	R\$ 1.928.310,57	R\$ 2.313.972,69	R\$ 2.506.803,74	R\$ 2.892.465,86	R\$ 3.470.959,03	R\$ 3.663.790,09	R\$ 3.856.621,15	R\$ 4.049.452,20	R\$ 4.242.283,26	R\$ 5.013.607,49	R\$ 5.784.931,72	R\$ 5.977.762,77	R\$ 7.520.411,23
Percentual	5,0%	2,5%	2,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	2,5%	5,0%	7,5%	2,5%	2,5%	5,0%	2,5%	10,0%	10,0%	2,5%	20,0%
Percentual Acumulado	5,0%	7,5%	10,0%	15,0%	20,0%	25,0%	30,0%	32,5%	37,5%	45,0%	47,5%	50,0%	52,5%	55,0%	65,0%	75,0%	77,5%	97,5%

3. PLANO DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Premissa

- A distribuição das atividades previstas na proposta inicial deverá estar em consonância com as etapas do PEDUI, a saber: Diagnóstico e Visão de futuro; Eixos e instrumentos de implementação; e Plano Integrado.
- Deverá ainda estar em estreita relação com as atividades de capacitação, comunicação e monitoramento e avaliação, promovendo uma visão sistêmica e articulada.
- As instancias de participação deverão ser acompanhadas e validadas regularmente pela equipe da Câmara Metropolitana para ajustes e aprimoramento.
- O contexto não é favorável a participação, pois o ambiente é de desestímulo e descrença na agenda pública. A crise econômica tem colocado obstáculos na mobilização de agendas coletivas, tanto de segmentos governamentais, quanto da sociedade civil. A mobilização deve ser capaz de superar este cenário adverso.
- Outro ponto que merece reflexão é o nível de abstração da instancia metropolitana, cuja ausência de compreensão dificulta a apropriação do tema e da participação, em última instancia. Um dos desafios adotados é ampliar esta percepção dos ganhos com o avanço de uma governança integrada dos municípios.

3.2 Estratégia

- Antecipar para a fase de diagnóstico e visão de futuro um conjunto mais significativo de atividades estabelecidas pela Proposta;
- Estabelecer três instâncias formais de participação, a saber: Comitê Estratégico do Estado do Rio de Janeiro; Comitê Municipalista Metropolitano; e Conselho Consultivo da Metrópole, estas instancias são permeadas e dinâmicas, mas servirão de base prioritária para as esferas de participativas;
- Incluir mecanismos participação virtual para membros das instancias formais de participação e também para público geral;
- Harmonizar o recorte de segmentos, territoriais e temáticos ao longo do desenvolvimento do Plano, combinando espaços de participação com referência nos três elementos;
- Promover iniciativas localizadas nos municípios e simbólicas, visando estimular uma cidadania metropolitana, sem perder a referência municipal;
- Estar atento ao calendário impactante aos processos de mobilização, em especial a realização das Olimpíadas em agosto/2016 e as eleições municipais de outubro/2016;
- Estimular ações relacionadas aos temas: Trem; Arco Metropolitano e Baía de Guanabara;

- Desenvolver ferramenta tecnológica mostrando a distribuição da participação da sociedade civil na metrópole, indicando seu perfil, área de atuação e abrangência de atuação.

3.3 Público Chave

- Identificar pontos chaves de cooperação com segmento privado – Priorizar instituições com capilaridade na região metropolitana (FIRJAN, Associação comercial, Fecomercio, “Sistema S”, etc);
- Identificar pontos chaves de cooperação com agências reguladoras estaduais e concessionárias. Articular com organismos vinculados aos eixos centrais do PEDUI e de amplo impacto na vida cotidiana das populações (Metrô, Supervia, Ligth, Ampla, Total (petróleo), etc);
- Identificar pontos chaves de cooperação com agencias e órgãos federais – promover o diálogo com instituições nacionais relevantes para o desenvolvimento da região metropolitana (BNDES, Petrobras, Caixa, Portos, aeroporto, etc);
- Identificar organizações prioritárias acadêmicas com foco metropolitano ou regional – Relacionar instituições de cunho acadêmico cujo foco concentre-se em ações envolvendo reflexões da metrópole (Faperj, IPPUR, UFRJ, RURAL, UFF, UERJ, etc) ;
- Identificar atores da sociedade civil de atuação local e metropolitana – mapear atores da sociedade civil, com atuação local, espalhados nos distintos municípios fluminense, bem como de organizações com foco e dialogo regional (Casa Fluminense, Comitês de Bacias, IETS, IBG, etc);
- Identificar atores chaves das organizações de classe – articular instituições de reconhecida relevância para intervenções urbanas. (IAB, Clube Engenharia, CAU, Inst. Arquitetos, Geógrafos, etc);
- Identificar mídia local – Relacionar os distintos segmentos de comunicação comunitária de forma a cativar estes atores para uma difusão do Plano Metropolitano;
- Identificar pontos focais de participação dos municípios metropolitanos – Buscar interlocutores qualificados, nas prefeituras, sobre o tema da participação/gestão, visando um canal direto para participação em eventos/ reuniões/ dialogo;
- Identificar pontos focais em secretarias e órgãos do governo estadual – Estabelecer rede de contatos com órgãos governamentais estaduais para contribuições na reflexão e intervenção no PEDUI;
- Identificar pontos de referência com legislativo estadual e municipais – Estabelecer canal de participação do legislativo para temáticas que envolvam os debates metropolitano (Fórum Alerj, vereadores e deputados destacados no debate metropolitano);

- Identificar atores chaves nas agências internacionais – Estabelecer canal de diálogo com agências internacionais para acompanhamento do PEDUI (ONU Habitat, PNUD, Banco Mundial, etc).

3.4 Instâncias de Participação



FIGURA 5: INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO. FONTE: CONSÓRCIO QUANTA / LERNER

- Comitê Estratégico Metropolitano – Instancia que reúne atores governamentais vinculados a gestão estadual. Coordenação da Câmara Metropolitana. Com previsão de 4 encontros ao longo da elaboração do Plano, nas fases de apresentação e validação de cada etapa. Instalação final de janeiro.
- Comitê segmento Municipal – instancia que reúna pontos focais municipais, prevendo titularidade e substituto, deve ser a instancia preferencial de escuta municipalista. O Comitê será conduzido pela Câmara Metropolitana. São previstos 4 encontros ao longo do Plano, sendo dois na gestão atual (2016) e dois na próxima administração (2017), em função do calendário eleitoral. Está prevista ainda uma atividade com novos prefeitos para o final de 2016.
- Conselho Consultivo da Câmara Metropolitana – Instancia plural e qualificada, busca reunir atores relevantes, com visão abrangente dos temas metropolitanos priorizados no PEDUI. Composto por atores de forte expressão regional deverão aportar contribuições conceitual, logística, política. Estes atores terão atenção prioritária nos debates e intervenções gerais do PEDUI. Presidido pelo Governador, os membros serão empossados em seu caráter pessoal e institucional. Previsão de composição de até 100 pessoas, com 4 plenárias ao

longo do processo. Instalação prevista para final de fevereiro. A convocação deverá ser feita pelo Governo do estado com apoio do Consórcio.

- Mapa da participação - Elaborar e desenvolver um mapa georreferenciado da participação da sociedade civil na região metropolitana do Rio de Janeiro, estabelecendo para isso uma tipologia de acordo com perfil associativo, temas prioritários de atuação, marco legal e grau de envolvimento com temas metropolitanos. Espera-se contribuir para visibilidade da atuação comunitária, expansão da participação virtual e acréscimo da mobilização local.

3.5 Algumas Atividades Locais a serem inseridas (Expansão Geográfica)



FIGURA 6: ATIVIDADES LOCAIS. FONTE: CONSÓRCIO QUANTA / LERNER

- Café com mídia local – Espaço itinerante com mídia comunitária (blogueiros e rádios) sobre temas afeitos a região. Uma espécie de informativo e detalhamento sobre o cenário do município;
- Atividade em escolas – Mobilização de professores de ensino médio para criação de uma rede de difusão e reflexão metropolitana nas escolas nos diferentes municípios da região metropolitana, constituindo nas escolas murais com conteúdo metropolitano;
- Atividades na praça/espacos públicos – Ação espontânea de mobilização em pontos de concentração populacional com enquetes e consultas em relação aos temas metropolitanos. Ação articulada à estratégia de comunicação;
- Aula na rua/trem/mar – estímulo a criação de atividades pedagógicas através de visitaçao guiada e reflexiva sobre os equipamentos do arco metropolitano, o sistema de trem e a Baía de Guanabara, destinado ao público diretamente afetado, acadêmicos e curiosos em geral;
- Atividades formativas – estruturação de atividades formativas direcionadas a gestores municipais e estaduais diretamente envolvidos com o tema metropolitano.

3.6 Atividades

- Instalação do comitê estratégico metropolitano (previsão 25 membros);
- Instalação comitê municipalista metropolitano (previsão 42 membros);
- Instalação do Conselho consultivo do Plano Metropolitano (previsão 100 membros).
- Organização e realização de 05 encontros regionais (workshop II);
- Organização e realização de 04 seminários (reuniões do conselho);
- Realização de 45 oficinas temáticas/territoriais/segmentos;
- Atividades de rua / reuniões locais / atividades em escolas (total 236 horas).

3.6.1 Distribuição das Atividades:

- **Fase de Diagnóstico e Visão**
 - 02 plenárias do conselho (seminário);
 - 05 encontros regionais (workshop tipo II);
 - 04 plenárias dos comitês (workshop tipo I);
 - 13 oficinas (workshop tipo I);
 - Atividade de rua (40 horas).
- **Fase de eixos e instrumentos de implementação**
 - 01 plenária do Conselho (seminário);
 - 03 plenárias dos comitês (workshop tipo I);
 - 17 oficinas temáticas regionais (workshop tipo I);
 - 06 oficinas de instrumentos de implementação (workshop tipo I);
 - Atividade de rua (196 horas).
- **Fase Plano Integrado**
 - 01 plenária do Conselho (seminário);
 - 02 plenárias dos comitês (workshop tipo I).

3.7 Produtos:

- 45 Relatórios das oficinas (Proposições reunidas. Contradições observadas);
- Apresentação para o conselho e comitês (Planejamento e resultados sistematizados);
- 06 relatórios sistematizados dos encontros regionais;
- Listagem sugerida e identificação de pontos nodais (conselho consultivo);
- Mapa da participação (georreferenciamento da participação);
- Cronograma atualizado sistematicamente.

Dinâmica das Oficinas e Encontros Regionais na Fase de Diagnóstico e Visão de Futuro

As Oficinas de Segmento (serão sete) e as Temática (serão seis), que terão duração de 2h e 30 min, e contarão com aproximadamente 30 participantes, terão a seguinte programação:

Programação	Objetivo	Tempo
Apresentação	Apresentar o PEDUI e fomentar a participação	10 minutos
Contexto histórico	Apresentar o passado e presente da Região Metropolitana	10 minutos
Tema Central/Agenda	Questões fundamentais e Agenda proposta	10 minutos
Estruturação do Diagnóstico	Perguntas chaves e hipóteses de respostas para discussão	40 minutos
Amadurecimento do Diagnóstico	Consolidação da escolha das questões relevantes e seus diagnósticos	50 minutos
Visão de Futuro	Discussão global sobre o horizonte que se pretende alcançar	30 minutos

Os Encontros Regionais (serão cinco), que tomarão um dia de atividades e contarão com aproximadamente 80 participantes, terão a seguinte programação:

Programação	Objetivo	Tempo
Apresentação	Apresentar o PEDUI e fomentar a participação	9h30 às 13h
Contexto histórico	Apresentar o passado e presente da RM	
Visão de Futuro (Debate Geral)	Debater a Visão de Futuro conduzida por um consultor do PEDUI e um representante da Câmara Metropolitana	
Almoço		13h às 14h
Diagnóstico (Grupos de Discussão)	Formar grupos de discussão por eixos para elaboração de diagnóstico sobre os temas propostos no formato das oficinas	14h às 16h
Fechamento	Plenária de socialização dos resultados dos grupos	16h às 17h

Para a definição dos encontros regionais um critério de identidade territorial fundamentada nos vínculos **históricos, ambientais e econômicos** que nortearam a **visão de futuro** é apresentado. Alguns municípios, em razão de diferentes interdependências do passado ou de projetos futuros, estão presentes em mais de um grupo. Segue, portanto, o agrupamento acordado e as características/especificidades que fundamentam essa compartimentalização.

Grupo 1 – Composto pelos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói

- Destaca a compreensão da complexidade dessas duas centralidades, com reconhecimento das escalas de serviços presentes nessas cidades que têm características e histórico de capitais.
- Conhecimento da (inter) relação das zonas de influência das duas metrópoles em temas como mobilidade, emprego;
- Necessidade de aprofundar os estudos das interdependências socioeconômica e ambientais com a inclusão das questões que envolvem patrimônio histórico da Baía;
- Reconhecimento dos passivos e ativos patrimoniais e de gestão resultantes da extinção do Estado da Guanabara e sua fusão com o Estado do Rio de Janeiro.

Grupo 2 – Composto pelos municípios do Rio de Janeiro (AP3), da Baixada e Magé

- Entendimento da relação de formação dos núcleos urbanos a partir dos trens de subúrbio;
- Entendimento da relação de formação de municípios a partir do desmembramento de Nova Iguaçu;
- Entendimento das relações de integração e interdependência da cidade do Rio de Janeiro (AP3) com os municípios conturbados de Mesquita, Queimados, Belford Roxo e São João do Meriti.

Grupo 3 – Composto pelos municípios do Niterói e demais municípios da Região Leste

- Reconhecimento das diferentes características apresentadas pela Zona Leste para sua formação como grupo, destacando os vínculos históricos com a capital do estado do Rio de Janeiro antes da fusão com o estado da Guanabara, cujos desdobramentos impactam múltiplos campos de análise.
- Conhecimento das dinâmicas dos municípios interligados pelo ramal ferroviário, que atinge parte do território deste grupo.
- Integram ainda o grupo, mais especificamente por questões ambientais, os municípios de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, visando enfatizar a criação de políticas que garantam o abastecimento da região, e o município de Maricá, visando a preservação de suas lagoas e praias.

Grupo 4 – Arco Metropolitano

- Essa região, receptora de expressivo investimento do Estado em 145 Km de infraestrutura viária de alta capacidade, desponta como uma “Acupuntura Metropolitana”;
- Trabalha com a expectativa de geração de novos postos de trabalho em sua área de abrangência, e de configurar uma alavanca para o setor industrial;
- Compreender os impactos na dinâmica sócio territorial dos municípios atingidos, com a geração de novos deslocamentos de pessoas e de bens e serviços;

- Apresenta oportunidade de colaboração (no sentido de laborar com) entre os municípios atingidos com a criação de políticas de atração de investimentos, participação e complementação;

Grupo 5 – Porto de Sepetiba e município do Rio de Janeiro (AP5)

- Foco no Porto de Sepetiba e sua integração com os bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro – AP5, particularmente em termos das indústrias ali localizadas e do transporte urbano;
- Estudos para a implantação das políticas ambientais visando a maior sustentabilidade da Baía de Sepetiba.

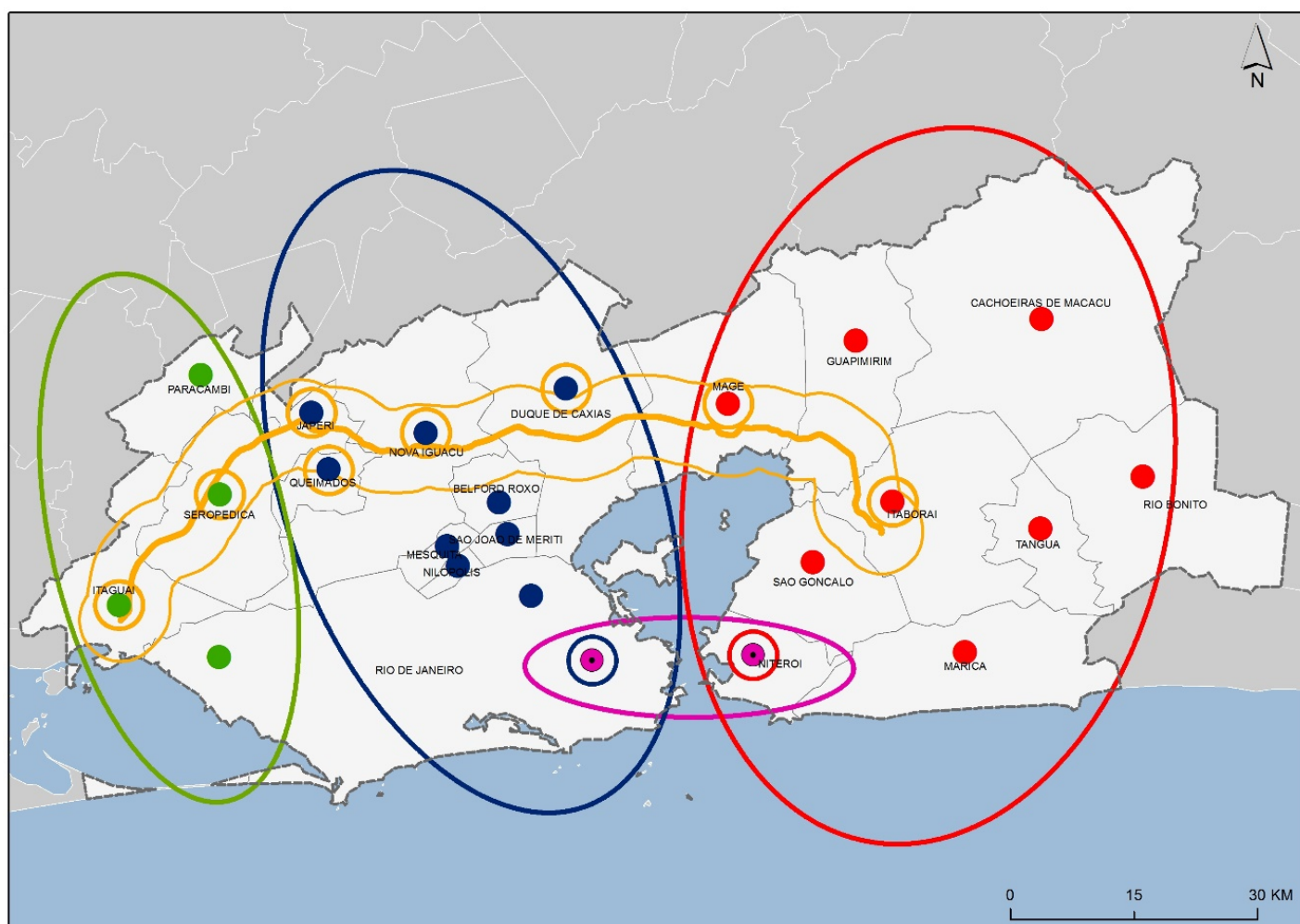


FIGURA 7: COMPOSIÇÃO DAS REUNIÕES REGIONAIS. FONTE: CONSÓRCIO QUANTA / LERNER

O quadro a seguir apresenta proposta de agenda dos eventos da fase de Diagnóstico e Visão de Futuro, com indicação dos locais e da responsabilidade pela convocação.

EVENTO	LOCAL	QUEM CONVOCA
INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO		
Comitê Estratégico Metropolitano	Palácio Guanabara 5º andar	Camara Metropolitana
Comitê Municipalista Metropolitano	Palácio Guanabara 5º andar	Camara Metropolitana
Conselho Consultivo do Plano	Palácio Guanabara - Salão Nobre	Camara Metropolitana
OFICINA POR SEGMENTO		
Empresarial	Firjan	Firjan / Camara Metropolitana
Concessionárias	Metrô	Metrô / Camara Metropolitana
Instituições Acadêmicas	A definir	Camara Metropolitana
Sociedade Civil + Organismos Internacionais	Casa Fluminense	Casa Fluminense / IETS
Organizações de Classe	Clube Engenharia	Clube Engenharia / IAB
Legislativo	Forum Alerj	Forum Alerj
Executivo	IPP	Camara Metropolitana
OFICINA POR TEMA		
Reconfiguração Espacial e Centralidades	A definir	Consórcio
Expansão Econômica	A definir	Consórcio
Valorização do Patrimônio Natural e Cultural	A definir	Consórcio
Mobilidade	A definir	Consórcio
Habitação e Equipamentos Sociais	A definir	Consórcio
Saneamento e Resiliência Social	A definir	Consórcio
ENCONTROS REGIONAIS		
Encontro Regional 01	A definir	Consórcio
Encontro Regional 02	A definir	Consórcio
Encontro Regional 03	A definir	Consórcio
Encontro Regional 04	A definir	Consórcio
Encontro Regional 05	A definir	Consórcio

3.8 Fase de eixos e instrumentos de implementação

- 01 plenária do Conselho (seminário)
- 03 plenárias dos comitês (workshop tipo I)
- 17 oficinas temáticas regionais (workshop tipo I)
- 06 oficinas de instrumentos de implementação (workshop tipo I)
- Atividade de rua (196 horas)

3.9 Fase Plano Integrado

- 01 plenária do Conselho (seminário)
- 02 plenárias dos comitês (workshop tipo I)

3.10 Composição sugerida do Conselho Consultivo do Plano Metropolitano

Após amplo diálogo com a Câmara Metropolitana chegou-se a um quadro de possibilidades para composição do Conselho Consultivo do Plano Metropolitano ao nível de instituições. O critério de elaboração desse quadro não descarta a identificação de figuras públicas de notória dedicação a causas caras a questão metropolitana e que podem não tem vínculos institucionais no presente.

MEMBROS CONSELHO METROPOLITANO	
AEERJ (Associação de Empresas de Engenharia)	ITDP Brasil (Institute for Transportation and Development Policy)
AEMERJ (Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro)	Light
Ampla	Metró
Associação Comercial	Observatório das Metrôpoles
Autopista Fluminense	Onda Verde
Banco do Brasil	ONU Habitat
Barcas	Petrobras
BNDES	Porto Itaguaí
Caixa Econômica Federal	Porto Rio
Casa Fluminense	PUC
CAU (Conselho de Arquitetos e Urbanistas)	Representante Cidade do Rio (Instituto Pereira Passos - IPP)
CBH GUANDÚ (Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu)	Representante Comissão De Urbanismo da Alerj
CBHIBG (Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara)	Representante de Vereadores dos Municípios Metropolitanos
CCR Barcas	Representante Deputados Federais
CEDAE	Representante Município Grande
Central de Movimentos Populares	Representante Município Médio
Clube de Engenharia	Representante Pequeno
CONAM (Confederação Nacional de Associações de Moradores)	Rio Como Vamos
CONCER	SARJ (Sindicato de Arquitetos)
CONLESTE (Consortio Intermunicipal do Leste Fluminense)	SEAERJ (Sociedade de Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro)
COPPE	Sebrae
CREA	Secretaria de Ambiente
DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte)	Secretaria de Desenvolvimento
Ecoponte	Secretaria de Governo (Gegm)
Estacio	Secretaria de Habitação
FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro)	Secretaria de Obras
FAPERJ	Secretaria de Transporte
FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)	SENGE (Sindicato de Engenheiros)
FBDS (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável)	Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil)
Fecomércio	SINTERGIA (Sindicato de Trabalhadores de Empresas de Energia)
Fetranspor	SINTSAMA (Sindicato de Trabalhadores de Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiente)
FGV	Supervia
FIRJAN	Trata Brasil
Fórum Desenvolvimento da Alerj	UERJ
Galeão	UFF (NEPHUR)
IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil)	UFRJ (IPPUR),
IBG (Instituto Baía de Guanabara)	UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade)	Viva Rio
INST RIO DE JANEIRO	WRI Brasil
IPEA	

4. PLANO DE COMUNICAÇÃO

A dimensão da Comunicação é essencial na construção do Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMRJ.

A mobilização dos diversos públicos envolvidos no processo participativo, a ampliação do debate público sobre as suas propostas, a divulgação do documento resultante e a valorização do planejamento a partir da metrópole exigirão um esforço continuado e amplo de comunicação.

A comunicação do Plano Estratégico vai enfatizar os seguintes valores:



FIGURA 8: PLANO DE COMUNICAÇÃO. FONTE: CONSÓRCIO QUANTA / LERNER

- **Participação:** será preciso mobilizar e motivar os diferentes grupos e instituições convidadas a contribuir para a formulação do plano;
- **Transparência** na gestão pública, através da difusão de forma clara e acessível as etapas e resultados;
- **Construção da memória e identidade da Região Metropolitana**, tanto pela difusão de informações e ampliação o debate sobre desafios, práticas e objetivos comuns desta região, quanto pela escuta dos seus cidadãos;
- **A importância do planejamento integrado metropolitano**, essencial para o desenvolvimento harmônico da região.

4.1 Desafios

- Mobilizar, em parceria com a equipe de participação, os vários públicos envolvidos em oficinas, seminários e debates;
- Garantir que as várias instituições, órgãos, especialistas e participantes; envolvidos nos debates do Plano acompanhem as suas atividades e recebam; suas conclusões de forma clara e regular;
- Comunicar à população a existência do plano e suas principais conclusões, enfatizando a sua dimensão participativa;
- Produzir, organizar e disponibilizar documentos, vídeos, fotos e textos que formarão a memória do PEDUI;

- Difundir perspectivas variadas sobre a metrópole, através da gravação e divulgação de depoimentos de participantes do Plano e de cidadãos metropolitanos.

4.2 Estratégia

A Comunicação do Plano de Desenvolvimento será um esforço integrado em várias frentes, a saber:

Mídia Digital

O atual contexto em que a informação é pulverizada e consumida prioritariamente através de redes sociais exige que o projeto dê ênfase aos meios digitais, como forma mais eficiente de divulgação, especialmente para públicos segmentados e organizados territorialmente. A estratégia digital será baseada na **organização e difusão** das informações através de website e produção intensa de conteúdo especialmente desenvolvido para redes sociais.

Mais do que apenas um site institucional, o site será um canal de informação sobre a Região Metropolitana, agregando dados e pesquisas sobre este território. Também serão disponibilizados textos dos consultores, atas de reuniões e depoimentos em vídeo dos participantes do Plano e de cidadãos metropolitanos.

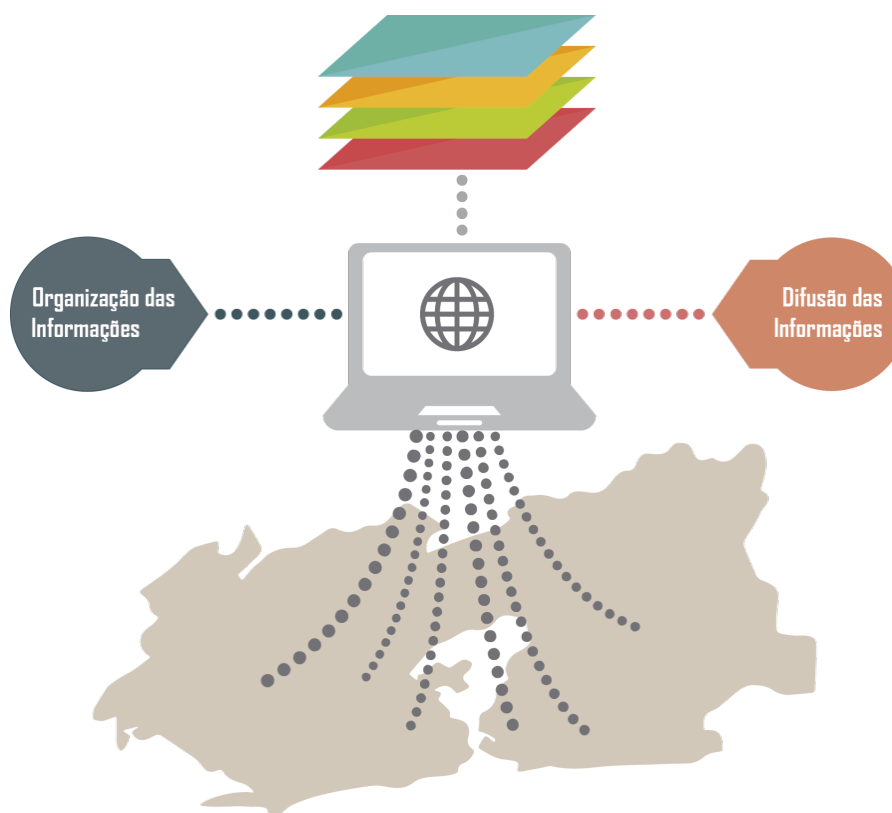


FIGURA 9: PLANO DE COMUNICAÇÃO. FONTE: CONSÓRCIO QUANTA / LERNER

Já os perfis do Plano nas redes sociais – a princípio, Facebook, Twitter e Youtube, inicialmente – serão canais de difusão de eventos e de informações, capazes de estimular a conversa entre os internautas. Gráficos apresentados de forma atraente, vídeos, fotografias, enquetes, links para reportagens serão alguns desses conteúdos.

Mídia Convencional

A estratégia de imprensa incluirá um esforço para sensibilizar iniciativas locais de comunicação nos 21 municípios da RMRJ: **rádios e TVs comunitárias, jornais locais, sites, páginas em redes sociais**, tanto através do envio regular de informações como de encontros destes comunicadores alternativos com a equipe do Plano.

Os grandes jornais, emissoras de rádio e TV também receberão um fluxo regular de informações e, de acordo com o calendário de eventos e o desenvolvimento do Plano, serão acionados para cobertura de encontros e seminários, pautas exclusivas sobre temas da metrópole, artigos e entrevistas. As demandas de assessoria de imprensa serão atendidas em parceria com a equipe da Câmara Metropolitana de Integração Governamental.

Newsletter

Divulgação dos conteúdos postados no site e nas redes sociais através de newsletters enviadas regularmente para mailing qualificado. Também serão pensados informes para mobilização especial dos diversos grupos envolvidos no processo de discussão do plano, como os conselheiros. Estes terão reforçado o seu compromisso com o debate metropolitano através do envio de textos e informações exclusivas.

Outras Ferramentas

Investimento, de acordo com a agenda de eventos, em ferramentas de divulgação adequadas a cada território, como faixas e carros de som.

Produtos e Ferramentas

- **Nome fantasia e identidade visual**, capazes de comunicar de maneira direta e instigante os principais conteúdos do Plano, produzido pela equipe de comunicação do governo do Estado do Rio de Janeiro;
- Apresentação institucional dinâmica e motivacional;
- **Backdrop** desmontável para eventos e atividades itinerantes;
- **Website**: concentrará as informações do processo – notícias, eventos, relatoria de reuniões, além de dar acesso aos perfis nas redes sociais e dar visibilidade ao caráter participativo, com depoimentos de integrantes dos debates do plano e da população. Também terá uma área com todos os documentos de referência – estudos, pesquisas,

mapas etc – sobre a RMRJ, tornando-se assim fonte de informação para a imprensa e público em geral;

- **Desenvolvimento de aplicativo para acesso do site por celular;**
- **Páginas em redes sociais:** páginas e perfis no Facebook, Twitter, Instagram e Youtube, com conteúdo especialmente formatado para essas plataformas, atraente e acessível. Infográficos, vídeos, fotos sobre o Plano e sobre a Região Metropolitana. A partir dessas páginas, será feito esforço de mobilização e interação com o público em geral e, especialmente, com organizações, formadores de opinião e articuladores comunitários atuantes na RMRJ;
- **Mapeamento** dos seguintes públicos, para organização de iniciativas de comunicação: iniciativas locais de comunicação; comunicadores dos órgãos, grupos e instituições integrantes do processo de formulação do Plano; perfis de redes sociais relacionados aos municípios da Região Metropolitana;
- **Newsletter**, convites e avisos especiais, enviados regularmente para grupos como jornalistas, comunicadores e integrantes de órgãos do setor público, sociedade civil, setor privado, órgãos internacionais, academia e coletivos;
- **Folder** com apresentação sintética do plano, dados sobre a região metropolitana e canais de difusão (site, redes) para distribuição nos eventos;
- Série de **vídeos com depoimento** dos participantes das reuniões do Plano e de cidadãos metropolitanos;
- **Relatórios** Visão de Futuro e relatório final do Plano.

4.3 Atividades

4.3.1 Estruturais

- Seleção e contratação de equipe;
- Criação de nome fantasia e identidade visual;
- Entrevistas/encontros com consultores e equipe do Plano para reunião de subsídios e referências;
- Identificação de públicos-alvo, com base na estratégia de participação;
- Mapeamento de iniciativas de comunicação locais;
- Levantamento de perfis e páginas relacionadas a territórios no Facebook e em outras redes para elaboração de estratégia detalhada de comunicação digital;
- Levantamento de perfis e páginas relacionadas a organizações metropolitanas e órgãos relacionados aos eixos do PEDUI no Facebook e em outras redes para elaboração de estratégia detalhada de comunicação digital;

- Criação de perfis nas principais redes sociais e implantação de estratégia digital
- Produção de banco de dados para email marketing;
- Arquitetura, desenvolvimento, produção de conteúdo e publicação de website
- Produção de folder sobre projeto;
- Produção de layouts básicos para apresentações, convites e relatórios, de acordo com identidade visual;
- Produção de relatórios finais.

4.3.2 Regulares

- Encontros de formuladores do Plano com comunicadores dos municípios da região metropolitana, visando o estabelecimento de parceria para difusão regular de informações sobre iniciativa no território;
- Sensibilização de comunicadores de órgãos do setor público, sociedade civil, setor privado, órgãos internacionais, academia e coletivos para a troca de informações e sensibilização sobre a importância da difusão do plano nas suas plataformas de comunicação;
- Atividades em praças e escolas para escuta dos cidadãos sobre desafios da metrópole e gravação de vídeos;
- Produção de releases sobre os eventos;
- Divulgação de eventos para veículos de comunicação;
- Cobertura de texto, vídeo e foto de eventos e encontros;
- Produção de vídeos para difusão em redes sociais;
- Produção de fotos, gráficos e outros conteúdos exclusivos para postagem nas redes sociais;
- Mobilização dos diversos públicos para participação através das redes sociais, com enquetes e postagens incentivando a livre manifestação da população;
- Monitoramento dos comentários nas redes sociais e relacionamento com o público através desses canais; melhores contribuições podem ser copiadas no site;
- Alimentação do site com o conteúdo produzido pela equipe de comunicação e pelas demais equipes envolvidas no PEDUI;
- Envio de newsletters com os conteúdos relacionados ao PEDUI para mailing qualificado;
- Envio de convites e informações especiais para integrantes do Comitê Estratégico; Metropolitano, Comitê Municipal e Conselho Consultivo do Plano Metropolitano;
- Suporte à Câmara Metropolitana no atendimento a demandas da imprensa.

4.4 Equipe

Consultor de estratégia de comunicação

Jornalista sênior. Orientação estratégica, contatos de alto nível com a mídia, supervisão da equipe, supervisão da criação do site, vídeos e layout, contato com a Câmara Metropolitana.

Editor de conteúdo e mídias sociais

Jornalista pleno. Edição de conteúdo online e estratégia de divulgação digital. Coordenação da equipe.

Jornalista

Responsável pela produção de notícias, cobertura de eventos, releases, atendimento de demandas de informação da Câmara e de parceiros, parceria na produção de informações para redes sociais.

Estagiário

Auxiliar na produção do conteúdo, envio de newsletters, atualização do site e postagem e monitoramento de redes sociais.

Designer

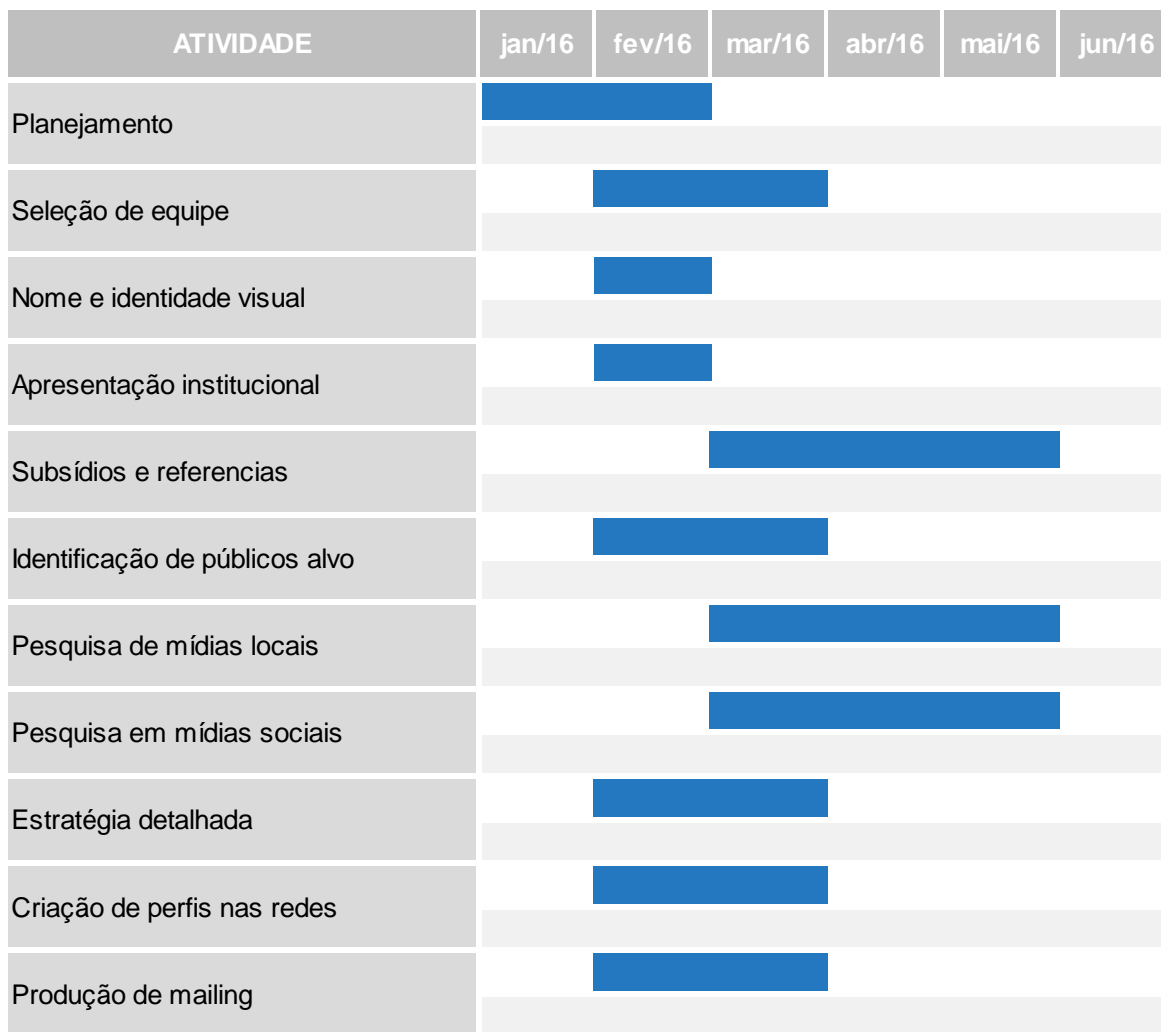
Responsável pela realização de gráficos e infográficos e pelo design de panfletos, relatórios e apresentações.

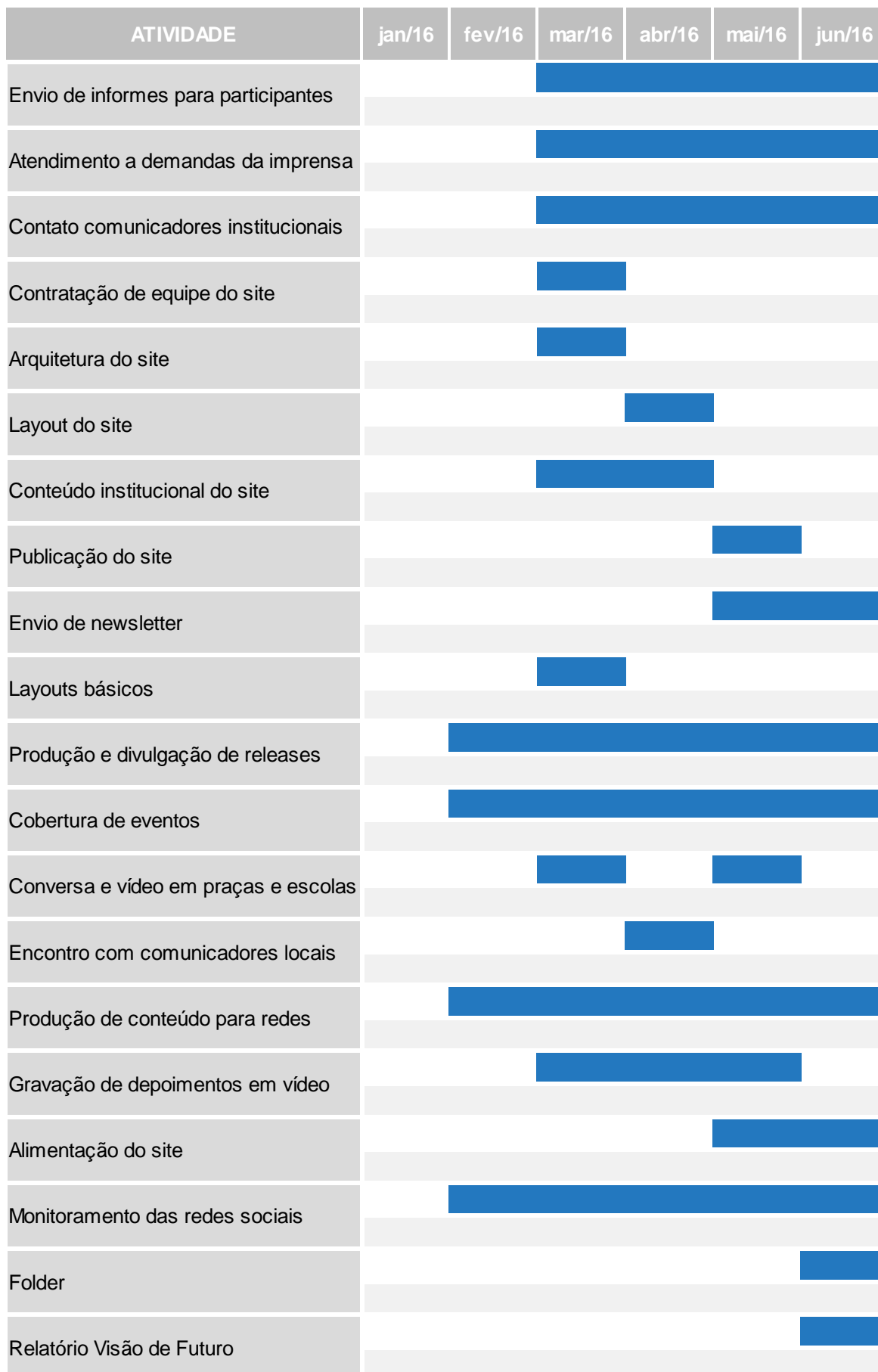
Fotógrafo/videomaker

Profissional de fotografia e vídeo, capaz de filmar e editar pequenos vídeos para difusão na internet.

4.5 Cronograma

4.5.1 Visão de Futuro e Diagnóstico





4.5.2 Eixos e Instrumentos de Implementação

ATIVIDADE	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16
Produção e divulgação de releases	[Barra azul]					
Cobertura de eventos		[Barra azul]				
Envio de newsletter	[Barra azul]					
Alimentação do site	[Barra azul]					
Produção de conteúdo para redes	[Barra azul]					
Monitoramento das redes sociais	[Barra azul]					
Atendimento a demandas da imprensa	[Barra azul]					
Encontros com comunicadores locais			[Barra azul]			
Gravações de depoimentos em vídeo			[Barra azul]			
Informes especiais para participantes	[Barra azul]					
Atendimento à imprensa	[Barra azul]					
Comunicadores institucionais	[Barra azul]					
Produção de relatório final	[Barra azul]					

4.6 OUTRAS INICIATIVAS

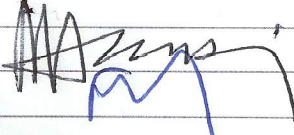
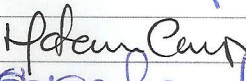

- Concurso de vídeos sobre história, cultura e sociedade da Região Metropolitana, executado em parceria com instituições locais de cinema, como o Cineclubes Mate com Angu, de Caxias, e a Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu.
- Criação de canal de participação online, onde cidadãos poderiam opinar sobre questões e soluções discutidas, de acordo com modelo desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS). Ver <https://www.mudamos.org/>.

ANEXO
ATAS REUNIÕES



Reunião	
Data	Local
21 de janeiro de 2016	Palácio Guanabara – Anexo. Rua Pinheiro Machado, S/N , Laranjeiras. Rio de Janeiro – RJ.

Participantes

Nome	Instituição	
Vicente Loureiro	GEGM	
Paulo Costa	GEGM	
Luiz Firmino	GEGM	
Affonso Accorsi	GEGM	
Sidnei Menezes	GEGM	
Padro Cascon	GEGM	
Márcia Ribeiro	GEGM	
Edison Barreto	GEGM	
Alexandre Weber	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	
Valéria Bechara	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	

Objetivos

Anúncio da ordem de serviço e reunião para definição do apoio às atividades de participação social e desenvolvimento institucional e da apresentação dos documentos que a consultoria deve acessar no âmbito do PEDUI.

Tópicos discutidos

Firmino inicia a reunião expondo a metodologia de participação social. Apresenta, em seguida, um slide contendo um esboço inicial do arranjo institucional do Plano, das atividades principais e cronograma. Aponta a importância do Conselho do Plano e do Comitê Municipal metropolitano. A metodologia participativa permite a coleta de informações que serão necessárias para a elaboração do plano. Lembrou que existem vários planos setoriais que devem ser utilizados e aproveitados pela consultoria. Salienta ainda o envolvimento dos membros dos conselhos nas oficinas. Solicita à consultoria que informe à equipe do GEGM como está se organizando para iniciar os trabalhos. Solicita ainda que sejam apresentados os formulários/questionários que pretendem utilizar nas reuniões regionais. Alexandre Weber apresenta a equipe que estará envolvida na elaboração do Plano. Explica que a sua função é a coordenação técnica. Informa que já estão trabalhando nas questões de participação e comunicação. Apresenta Valéria, da equipe do Jaime Lerner, responsável pelas questões de patrimônio e informa que a Marina terá função gerencial. Vicente informa que vai relançar o Comitê Metropolitano, que é uma instância governamental (estadual) de participação. É a presença do governo no Plano. Lembra a importância de constituir uma memória de participação, um acervo com atas, fotografias, listas de presença, etc. Vicente se coloca à disposição para ajudar nos processos de participação e comunicação. Ressalta que a população em geral tem pouca percepção acerca da metrópole. Vicente informa sobre o estudo sobre as centralidades e demais ações e estudos em curso como subsídios indispensáveis

para o Plano. Cita a metodologia que está sendo desenvolvida pelo prof. Claudio Egler sobre as centralidades metropolitanas, financiada pelo SEBRAE com a participação direta do GEGM. Ressalta a importância da consultoria incorporar esse estudo de extrema relevância para o Plano. Lembra que a consultoria deve também considerar o conjunto de ações/estudos desenvolvidos pelo GEGM e pelos órgãos do estado, como a aerofotogrametria, o sistema de informações, o cadastramento. Além disso, precisa considerar os estudos acerca da mobilidade (as glebas disponíveis no entorno das vias férreas, a linha 3 do metrô, etc.). Lembra sobre a importância que o Plano poderá desempenhar nos próximos anos. Ele servirá para inaugurar uma nova fase dos investimentos na região metropolitana, onde as questões de mobilidade, de infraestrutura, uso do solo, etc. sejam considerados de forma integrada. Ressalta que no momento (e talvez no próximo ano e meio) o ambiente não seja muito propício para o lançamento de novos projetos no território metropolitano. Lembra que o projeto de urbanização do centro de Niterói não vingou ainda e as expectativas de expansão no município foram frustradas. O mesmo ocorreu em Nova Iguaçu, Caxias, Alcântara, Madureira, etc. Por outro lado, ressalta a necessidade de se apropriar dos planos em curso, a exemplo do PROMOB, com 9 planos de mobilidade contratados. Os planos de mobilidade dos municípios devem estar articulados ao Plano Metropolitano. A intenção é entregar aos novos prefeitos uma nova metodologia de intervenção integrada. Paulo lembra dos demais projetos em curso, como o Plano estruturante do leste fluminense - PETLESTE (originalmente seria um plano de reestruturação urbana, mas que não saiu como previsto), o projeto em parceria com a AFD e a secretaria de transportes (glebas subutilizadas, o ramal de cargas que já foi ramal de passageiros, etc. que poderão definir o futuro da mobilidade metropolitana), o projeto com a CAF (segurança viária/motocicletas), o TOD de Queimados (que propõe intervenção no entorno, com revitalização e cumprimento do papel social da terra). Vicente ressalta a importância do conjunto dos estudos como o do arquinho. Lembra que a lei de concessão do arco será a primeira experiência/tentativa de lei intermunicipal. Lembra ainda que as demandas da CODIN com vistas a estabelecer condomínios empresariais (em regime de parceria não estatal) ao longo do arco. Paulo comenta sobre as reuniões na baixada com os secretários de desenvolvimento e as demandas para a constituição de distritos industriais nos municípios. Vicente informa sobre o estudo de um novo modelo de saneamento. Esclarece que esse também é um tema de grande desafio para a governança metropolitana. Lembra que a Carmem pode ainda oferecer informações importantes relativas as fragilidades ambientais metropolitanas (areais, saibreiras, desmatamento, etc.). Vicente informa que existe um estudo do "ímpeto construtivo" e número de hectares ocupados. É preciso definir uma estratégia que incorpore essas pressões sobre o território metropolitano. Lembra que a expansão imobiliária nem sempre ocorre ao ritmo da expansão demográfica (ela pode ser, inclusive, maior por questões outras – como a expansão das atividades produtivas de uma região). Vicente solicita que todo o acervo disponível seja repassado à consultoria. Sobre a Reunião do Conselho Metropolitano, Vicente explica que deverá ser um evento motivacional, além de ser uma fonte de contato e de informação para a consultoria. Estarão presentes o primeiro e segundo escalão do governo, envolvendo as áreas sensíveis para o plano (desenvolvimento econômico, habitação, planejamento, etc.). Na ocasião, deverá ser apresentado o que é o Plano e onde se quer chegar com ele. A próxima reunião fica agendada para a próxima quinta-feira (dia 28/01).

Ações a serem tomadas

Ação	Responsável	Previsão
Apresentar à equipe do GEGM como está se organizando para iniciar os trabalhos.	Consultoria Quanta / Jaime Lerner	28/01/2016
Apresentar os formulários/questionários que pretendem utilizar nas reuniões regionais.	Consultoria Quanta / Jaime Lerner	28/01/2016
Apresentar o plano de trabalho social e de comunicação	Consultoria Quanta / Jaime Lerner	28/01/2016
Disponibilizar à Consultoria todo acervo de ações/estudos desenvolvidas pelo GEGM e pelos órgãos do estado.	GEGM	Permanente



Preparar para a reunião do Comitê de Estratégias Metropolitanas, uma apresentação para sobre as etapas/metodologia do PEDIU.	Consultoria Quanta / Jaime Lerner	26/01/2016
Elaborar as atas das reuniões do GEGM e Consultoria Quanta / Jaime Lerner.	GEGM (Edison Barreto)	Permanente

Próxima reunião do projeto

Dia 28/01/2016 às 10 horas no Palácio Guanabara.

Informações adicionais

Sem informações.

Lista de Presença (anexa)

Reunião Comitê	
Data	Local
26 de fevereiro de 2016	Palácio Guanabara – Anexo. Rua Pinheiro Machado S/N, Laranjeiras. Rio de Janeiro – RJ

O Comitê, que reúne gestores, secretários e representantes de órgãos do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a mobilização de setores desta esfera pública que possuem interesses comuns dentro da temática metropolitana.

A solenidade contou com a presença do Vice-Governador, responsável até então pelo Comitê, que passou a condução do Comitê para Diretor Executivo da Câmara Metropolitana de Integração Governamental até o encerramento das atividades do PEDUI.

No evento o Consórcio apresentou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado aos gestores presentes, onde foi apresentada a metodologia e levantada a importância da participação e envolvimento dos demais órgãos do Estado nesse processo.



Lista de Presença

SECRETARIA DE GOVERNO

GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM



MISSÃO BIRD				
Data	Local			
26 de janeiro de 2016	Palácio Guanabara - Prédio Anexo - Rua Pinheiro Machado s/n - Laranjeiras			
Instituição Participante	Nome	Telefone	E-Mail	Assinatura
SEPLAG	Cláudia Uchoa	2333-1715	uchoa@planejamento.rj.gov.br	
SEOBRAS	Roberto P. Unirir	2733 4090	1RAUN@dnos.rj.gov.br	
DER - RJ	ANGELO PINTO	2332-5548	angelopinto@der.rj.gov.br	
SEDRAP	Nea Cristina Marozzy	(21) 999896449	neacelso@hotmail.com	
SEDRAP	RENATO BRAVO	(21) 982731716	bravo.renato@hotmail.com	
SEA	João Batista Dias	21-985968764	joabatista@ambiente.rj.gov.br	
INEA	JOSEMARIA DE MESSQUITA JR.	21 96502 5354	josemaria-inea@ineamail.com	
SETRANS	SERGIO MARCOLLI	(21) 97538 4343	marcolli@sej.gov.br	
CONSORCIO PAMOS/JL	RICARDO D. FORTUZU	(21) 999751977	riverdo.dp@globo.com	
CONSORCIO PED /	RILEY ROdrigues	(21) 99607-3012	riley@PEP.VEAS.BR	
CONSORCIO QUANTA/JL	MARINA BENICUE	(21) 98184-8975	marina.benicue@quanticonsultoria.com	
CONSORCIO QUANTA / J.L.	ANDRÉ SALES SOUSA	(85) 99982-0380	ANDRE@QUANTACONSULTORIA.COM	
CONSORCIO Quanta / J.L.	NERÉO MATOS JUNIOR	(21) 996915033	moreomato@gmail.com	
SEPLAG	MARCOS T. DOMINOVIZ	(21) 98169-2913	mtdominovicz@planejamento.rj.gov.br	
SEPLAG	HAIDINE S.B. DUARTE	(21) 996254014	haidine@planejamento.rj.gov.br	

Lista de Presença



SECRETARIA DE GOVERNO GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM

MISSÃO BIRD					
Data	Local				
26 de janeiro de 2016	Palácio Guanabara - Prédio Anexo - Rua Pinheiro Machado s/n - Laranjeiras				
Instituição Participante	Nome	Telefone	E-Mail	Assinatura	
QUANTA / LERNER	ALEXANDRE WEBER	21. 2524.0977	ALEXANDRE.WEBER@QUANTA CONSULTORIA.COM		
QUANTA / LERNER	VALERIA DECHARA	41. 99084108	VALERIA DECHARA@JAIMELEMER.COM		
ITERJ	Madlene Provençano	(21) 98596-5840	maddlene@ctyf.rj.gov.br		
ITERJ	Mayumi Sone	(21) 59707-1720	mayumi.sone@gmail.com		
CEHAB RJ	THADEU GALVANI	(21) 99991.1217	THADEUGALVANI@ICLOUD.COM		
VERJ	Marina Georgina M. Washington	(21) 985466637	gmw@superig.com.br		
DRM - RJ	Wilson F. Giozza	(21) 982835894	G1022@DEM.RJ.GOV.BR		
CAMARA METROPOLITANA	PAULO COSTA	21-98596.6247	pcosta@metropolitano.rj.gov.br		
SINDE SOJA	Bruno Mulhnik	61 33291016	salivamp@worldbank.org		
Bruno Kuzman	Emmanuel Tavares	61 33291061	emmanuel@wombronic.org		
VERJ	ROY GARCIA MARDUES	21 985969822	RETRADIA@VERS.BR		
SECRETARIA DE GOVERNO	PAULO MELO	21. 99156-5793	PAULOMELOSA@GMAIL.COM		
VIA. JUBAH	FRANZIS JUBAH	21 999249836	franzis@vianet.com.br		
Camara Metropolitana	Vicente Melchior	(21) 905966242	Vicent.melchior@cm.mt.rj.gov.br		
Câmara Metropolitana	Solange Beum	(21) 983412662	solange-metropolitano@segov.rj.gov.br		


Lista de Presença

SECRETARIA DE GOVERNO

GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM



MISSÃO BIRD		Local		
Data		Palácio Guanabara - Prédio Anexo - Rua Pinheiro Machado s/n - Laranjeiras		
26 de janeiro de 2016				
Instituição Participante	Nome	Telefone	E-Mail	Assinatura
Câmara Metropolitana	Sydne Menezes	99155.1247	SYDNE.MENEZES.ARQUIVADO@GMAIL.COM	[Signature]
Câmara Metropolitana	Affonso Accorsi	98841 1939	ajaccorsi1.Metropolitano@segov.rj.gov.br	[Signature]
Câmara Metropolitana	Fouzon Baretto	98019 6763	ebaretto.metropolitano@segov.rj.gov.br	[Signature]
Banco Mundial	Courtney Fuins	99993 5632	civins@worldbank.org	[Signature]
Câmara Metropolitana	Marcos Galvão	98888.4801	MARCOS.GALVAO.2008@GMAIL.COM	[Signature]
Câmara Metropolitana	GERARD FISCHGOLD	2334.3842	GERARD.METROPOLITANO@SEGOV.RS.GOV.BR	[Signature]
Câmara Metropolitana	LUIZ FIRMINO	98596 5780	firmino.metropolitano@segov.rj.gov.br	[Signature]
Consórcio	Pedro Strotenberg	999643924	pedro@igsa.org.br	[Signature]
Câmara Metropolitana	Pedro Casuso	98728-1951	PULCASUO@XEROX.COM.BR	[Signature]
Câmara Metropolitana	João Carlos de Souza	98768-1539	JOSUEA.METROPOLITANO@SEGOV.RJ.GOV.BR	[Signature]

Ata de reunião	
SECRETARIA DE GOVERNO GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM	

Reunião	
Data	Local
Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2016	Palácio Guanabara – Anexo. Rua Pinheiro Machado, S/N , Laranjeiras. Rio de Janeiro – RJ.

Participantes

Nome	Instituição	Assinatura
Vicente Loureiro	GEGM	
Paulo Costa	GEGM	
Luiz Firmino	GEGM	
Affonso Accorsi	GEGM	
Sidnei Menezes	GEGM	
Pedro Cascon	GEGM	
Christiane Amon	GEGM	<i>Chers</i>
Edison Barreto	GEGM	
Paulo Aguiar	GEGM	
Solange F. Bezerra	GEGM	<i>fu</i>
Milton Bastos	GEGM	
Alexandre Weber	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	
Valéria Bechara	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	
Marina Benicio	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	
Anabela Paiva	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	
André Sales	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	
Marina Bastos	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	
Pedro Strosenberg	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	

Objetivos

Apresentação da Consultoria Quanta/ Jaime Lerner ao GEGM da sistemática/metodologia de participação social para a elaboração do PEDUI.

Tópicos discutidos

Luiz Firmino abre a reunião lembrando as propostas apresentadas por Vicente na reunião do Comitê de Estratégias Metropolitanas para a participação de diversos atores no processo de construção do Plano, entre elas o trabalho por vários fóruns a saber: i. comitê de estratégias metropolitanas; Conselho do Plano Metropolitano Fórum dos municípios; iv. Oficinas com membros da sociedade; v. Eventos regionais populares.

Alexandre informa que o Consórcio está ajustando um plano de participação para elaboração do diagnóstico e visão de futuro. Explica que foi elaborada uma proposta integrada de comunicação e participação. Relata que, eventualmente, precisariam remanejar despesas para

**SECRETARIA DE GOVERNO****GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM**

viabilizar, na fase inicial, o conjunto de atividades que requerem despesas importantes relacionadas à mobilização e comunicação. Por exemplo, existem horas destinadas a consultores especialistas que poderiam ser revertidas para a comunicação/diagnóstico. Argumenta que há uma demanda muito intensa do GEGM nessa primeira fase.

Paulo Costa informa que não existe espaço para qualquer demanda de mudança de escopo e que vamos precisar trabalhar com base nas premissas definidas no Plano que foi aprovado. Além disso, considera que a participação dos consultores especialistas é de fundamental importância. Em seguida, houve intensa discussão sobre o que o GEGM pretende e como a consultoria vai tratar das demandas formuladas atendendo ao que está previsto no contrato. Marina propõe apresentar proposta para a próxima reunião adequada ao que está especificado no TR com a inclusão das estratégias solicitadas.

Atividades de Comunicação/participação:

Anabela informa que a inclusão da comunicação na etapa de participação não será fácil dado o prazo curto. Existem muitas estratégias de comunicação, a exemplo do site e das redes sociais, da marca, da lista do público-chave, vídeos, entre outras. Questiona a possibilidade de lançar mão dos serviços de comunicação do governo do Estado. Firmino sugere que o aplicativo (no celular) é uma ferramenta mais operacional que pode ser associada ao site. Alexandre informa que estudará uma proposta (eventualmente uma versão "mobile" do site) e apresentará ao GEGM.

Solicitação de documentação


Alexandre solicita a cópia de todos os estudos atuais disponíveis (centralidades, inventário de glebas do estado, Arco Metropolitano, linha 3 do metrô, etc.). Solicitou ainda o PDTU em meio digital e a listagem de todos os contatos dentro da estrutura governamental que subsidiarão a consultoria com as informações para a elaboração do plano. Alexandre se compromete a enviar, antes do carnaval, um esboço do questionário que será transmitido aos membros do Comitê Metropolitano.

A Equipe do Plano e instalações físicas

Marina informa que já tem a confirmação da maioria dos consultores que participarão do plano. São 5 coordenações (coordenação geral, estratégica, comercial, técnica e gerencial) e 5 núcleos técnicos a saber: Economia, Finanças e Logística; Habitação, Equipamentos, Patrimônio, Planejamento Urbano e uso do solo; Participação, comunicação, capacitação e monitoramento; Saneamento ambiental e riscos, Administração Pública, sistemas e direito urbanístico. Informa ainda que o escritório já está situado no Edifício São Borja, salas 1504, 1604 e 1605. Convida aos membros do GEGM para uma visita e oferece estrutura para abrigar, quando necessário, os técnicos do GEGM.

Metodologia e Cronograma de oficinas e workshops:

Pedro Strosenberg apresenta a proposta das oficinas e workshops. Informa que pretende chegar a 160 participantes qualificados (que sairão do Conselho e dos comitês) que estarão presentes nas oficinas. Explica que tentou contemplar os diversos seguimentos da sociedade (empresas, concessionárias, academia, etc.) e selecionou sete lideranças (cabeças de chave). Além de animar seus respectivos grupos, essas lideranças deverão oferecer infraestrutura para a realização das atividades. Explica que, nessa etapa específica, garantir capilaridade e densidade será muito difícil. Considera que realizar as atividades em todos os municípios nessa etapa seria inviável. Além dos 160 membros institucionais, espera contar com mais 340 outros membros institucionais, perfazendo um total de 500 instituições sob consulta. Pedro manifesta preocupação em garantir uma participação qualificada. Durante as oficinas para definição dos eixos (segundo semestre), sugere que sejam realizadas atividades diversas nos municípios (através das mídias sociais, atividades nas escolas, etc.), marcando presença no território. Apesar do calendário olímpico e eleitoral o Plano precisa ter inserção na sociedade. Paulo solicita ao Pedro a apresentação do conjunto da proposta. Demonstra interesse em entender como a estratégia que, começaria centralizada, poderia se espalhar para a periferia metropolitana. Firmino solicita a lista de todas as instituições que deverão ser

Ata de reunião	
SECRETARIA DE GOVERNO GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM	

contatadas, lembrando da necessidade urgente dessa informação já que a reunião do Conselho deve ocorrer ao final de fevereiro.

Os manuais do Banco

Firmino dá ciência à equipe de consultoria dos manuais do Banco que devem ser seguidos criteriosamente. A consultoria informa que já conhece as exigências do Banco.

A importância estratégica do Conselho (ou Fórum) e da primeira reunião

Para Vicente, com o Conselho acumularemos um capital social amplo, mas será preciso "animar". A primeira reunião deve impressionar para garantir a adesão do maior número de atores envolvidos. Vicente reitera que não se mobiliza capital social sem que todos não se sintam partícipes ou, ao menos, sensibilizados. Deixa claro que as atividades previstas do Plano (reuniões, oficinas, etc.) não são um simples cumprimento de contrato, que não é uma simples formalidade! É preciso conteúdo claro e focado. Não podemos errar em hipótese alguma. Para que o plano fique como um legado é preciso o apoio da sociedade. Solicitou à equipe de consultoria que faça uma apresentação que impressione.

Atividades conclusivas:

Ficou decidido que haverá nova reunião com a consultoria na quinta feira, dia onze de fevereiro (11/02). Paulo Costa informa que haverá o lançamento do plano de logística de cargas (PELC) na próxima terça-feira, dia 2, e que acha interessante a presença da consultoria. Salienta que é preciso criar um canal digital de comunicação entre a consultoria e o GEGM.

Ações a serem tomadas

Ação	Responsável	Previsão
Ajustar proposta do plano de participação e comunicação para elaboração do diagnóstico e visão de futuro adequada ao que está especificado no TR com a inclusão das estratégias solicitadas pelo GEGM.	Consultoria Quanta / Jaime Lerner	11/02/2016
Estudar proposta de um aplicativo para celular (é uma ferramenta mais operacional que pode ser associada ao site).	Consultoria Quanta / Jaime Lerner	
Encaminhar cópia de todos os estudos atuais disponíveis (centralidades, inventário de glebas do estado, Arco Metropolitano, linha 3 do metrô, etc.) PDTU em meio digital e a listagem de todos os contatos dentro da estrutura governamental que subsidiarão a consultoria com as informações para a elaboração do plano	GEGM	Imediato e Permanente
Enviar um esboço do questionário que será transmitido aos membros do Comitê Metropolitano.	Consultoria Quanta / Jaime Lerner	11/02/2016
Apresentar o conjunto da proposta de mobilização social, de forma a entender como a estratégia que, começaria centralizada, poderia se espalhar para a periferia metropolitana.	Consultoria Quanta / Jaime Lerner	11/02/2016
Apresentar a lista de todas as instituições que deverão ser contatadas, com vista a reunião do Conselho que deve ocorrer ao final de fevereiro.	Consultoria Quanta / Jaime Lerner	11/02/2016



Próxima reunião do projeto

A próxima reunião fica agendada para 11/02/2016 no Palácio Guanabara.

Informações adicionais

Sem informações.

Lista de Presença (anexa)

Registro Fotográfico

REGISTRO FOTOGRÁFICO

FOTO 1



FOTO 2





SECRETARIA DE GOVERNO
GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM

FOTO 3



FOTO 4



Lista de Presença

SECRETARIA DE GOVERNO

GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM



Oficina de trabalho para deslanchar os trabalhos do Plano (equipes Consultoria e UGP)

Data 28/01/2016 (15horas) Local: Palácio Guanabara – Prédio Anexo 2º andar – Rua Pinheiro Machado, s/n - Laranjeiras

Nome	Instituição Participante	Telefone	E-Mail	Assinatura
Luiz Firmino	CGM/RM MGNOP.	21 985965180	firmi@metropolitana.gov.br	
Paulo Costa	" "	21 985966247	pcosar@metropolitana.gov.br	
Sydnei Menezes	CÂMARA METROPOLITANA	21 991451247	SYDNEI.MENEZES@GMAIL.COM	
Solange Beum	Câmara Metropolitana	21 983412662	solange.metropolitano@mg.gov.br	
Pedro Cassas	" "	21 987281751	PULCASSAS@KITEO.COM.BR	
Christiane Ammon	" "	21 985884869	Christiane.metropolitano@segov.rj.gov.br	Chris
Alexandre Weber	QUANTA/LEARNER	85 997044949	ALEXANDRE.WEBER@QUANTACONSULTORIA.COM	
Anabela Paiva	Quanta	21 981586851	anabelap@me.com	
André Sales Sousa	QUANTA / LEARNER	(21) 2524-0977	ANDRE@QUANTACONSULTORIA.COM	
Marina Benício	QUANTA / LEARNER	21 981848915	marina.benicio@quantaconsltoria.com	
Afonso Accorsi	CÂMARA METROPOLITANA	21 988141359	afonso@metropolitano.gov.br	
Milton M. Bastos	CÂMARA METROPOLITANA	-	milton.metropolitano@segov.rj.gov.br	
Paulo Azevedo	CÂMARA METROPOLITANA	(21) 988974665	PAULO@EETERES.COM.BR	
Marina C. Bastos	Quanta/learn	21 968106777	marina.bastos@quantaconsultoria.com	
Edison R. Barreto	CGEM	980196763	edison@metropolitano.gov.br	
Pedro Strozembauer	Quanta/LEARNER	999643924	pedro@learn.org.br	



Reunião	
Data	Local
Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2016	Palácio Guanabara – Anexo. Rua Pinheiro Machado, S/N , Laranjeiras. Rio de Janeiro – RJ.

Participantes

Nome	Instituição	Assinatura
Vicente Loureiro	GEGM	
Paulo Costa	GEGM	
Luiz Firmino	GEGM	
Márcia Ribeiro	GEGM	
Marcos Galvão	GEGM	
Vera França e Leite	GEGM	
Edison Barreto	GEGM	
Paulo Aguiar	GEGM	
Solange F. Bezerra	GEGM	
Milton Bastos	GEGM	
Alexandre Weber	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	
Marina Benicio	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	
Anabela Paiva	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	
Romulo Odorico	Consultoria Quanta/ Jaime Lerner	

Objetivos

GEGM apresentar proposta do Comitê Municipal Metropolitano e Consorcio Jaime Lerner apresentar o Plano de Atividades, metodologia de coleta e tratamento de informações e dados, metodologia das oficinas.

Tópicos discutidos

Firmino abre a reunião e solicita a participação da consultoria na reunião do dia 17 com os prefeitos e secretários municipais que estarão presentes na posse do Comitê Metropolitano Municipal. Informou ainda que o Comitê vai ser instituído através de ato do governador que preside a Câmara Metropolitana. Ressalta a importância da reunião preparatória do dia 29 (a confirmar)

Posse do Comitê Municipal Metropolitano:

Firmino ressalta a importância da criação do comitê e da necessidade da apresentação do dia ser motivacional. Ela deve informar que o plano já começou e que a participação dos membros do conselho é fundamental para o sucesso das iniciativas. Anabela entende que o evento será um marco público (a abertura do

processo participativo da sociedade) e manifesta preocupação com o prazo exíguo. Ressalta que a preparação envolve a criação de uma marca, a apresentação, a sinalização do espaço, os convites, etc. Firmino informa que o cerimonial do governador vai se responsabilizar se ele participar. Vicente informa que vai discutir com o governador a importância de sua participação na posse do Conselho/ Fórum municipal. Entende que a participação do governador é essencial, mas dependerá da agenda oficial.

Equipe técnica da consultoria:

Alexandre apresenta um esquema contendo a equipe técnica que elaborará o Plano. Os consultores que estão faltando (saneamento ambiental e administração pública) já foram contactados.

Marca do Plano:

Alexandre e Anabela informam que andaram discutindo sobre a marca do Plano. Sugeriram adotar a marca "A metrópole que queremos". Vicente informa que vai discutir em maior detalhe com a empresa que cuida disso para o governo.

Metodologia das oficinas

Firmino solicita que seja discutido com o Pedro, qual a metodologia das oficinas - e que deve ser pensado com muita antecedência. Alexandre informa que a estruturação das oficinas será conduzida pela equipe da consultoria e apresenta, de forma esquemática, como essas serão realizadas. As oficinas e os encontros terão três dimensões a saber: serão temáticas, por segmentos e regionais. Ressalta a importância do cruzamento dos eixos. As oficinas e encontros servirão também como fonte importante de informação e percepção dos atores envolvidos e que alimentarão a visão de futuro e o diagnóstico. Fornecerão ainda subsídios para as atividades subsequentes.

Metodologia da coleta e sistematização de informações e de dados primários:

Alexandre informa que a equipe se deslocará até as secretarias para realizar as consultas (coleta de informações e dados primários), inclusive sobre os projetos e estudos em andamento. Informa que vai criar uma mala direta com os responsáveis dos órgãos - tanto os do estado quanto dos municípios. Apresenta um esquema de "Relações Técnicas Individualizadas" baseadas nas visitas in loco. Essas visitas específicas teriam o efeito de mobilizar, integrar e trocar informações com os órgãos do estado e dos municípios. Entende que é importante iniciar a consulta aos órgãos do estado e dos municípios já nesse mês. Os dados serão sistematizados através dos eixos temáticos, considerando-se as estruturas, os fluxos e a gestão. As interferências cruzadas e o georreferenciamento também ajudarão na sistematização das informações. Firmino insiste sobre a importância de ir a campo já com as ideias estruturadas. Antes de ir a campo deve acontecer uma reunião entre o GEGM e a consultoria. Paulo Costa sugere que se faça isso tão logo o plano de trabalho esteja pronto. Vicente sugere que sejam consultados dois documentos importantes. Um deles é a matriz de ações do estado e o outro é o trabalho já realizado pelo Comitê de Estratégias Metropolitanas do Estado que produziu uma visão para metrópole. Ressalta que essas matrizes são formas de compreensão do futuro da metrópole e que sua análise deve ser incorporada ao Plano de trabalho. Vários dos componentes fundamentais no Plano (não necessariamente os mesmos) já aparecem nesses documentos. Reiterou que a roda não precisa ser inventada.

Plano de trabalho completo do Plano:

Alexandre apresenta um esquema detalhando as diferentes etapas do plano:

i. O Plano começa pela elaboração do diagnóstico e construção da visão de futuro. Nessa etapa serão importantes a coleta de informações e percepções dos diferentes atores envolvidos - que serão traduzidos em eixos pela equipe técnica. Os produtos que serão entregues nessa fase são: o relatório de coleta de dados (a ser entregue no

**SECRETARIA DE GOVERNO****GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM**

dia 16/03), o relatório de coleta e de análise parcial (dia 16 de abril) e o relatório final de coleta e de análise (dia 16 de maio). Em um segundo momento, ainda contemplando a fase de diagnóstico e visão de futuro, será feita a consolidação parcial das análises a partir dos eixos. Em seguida, serão integrados filtros de diagnóstico (visão de futuro, salvaguardas socioambientais e avaliação prévia dos instrumentos de ação). Por fim, a equipe procederá à consolidação final e validação, envolvendo equipe técnica, conselhos e comitês. Os produtos nessa fase serão o Relatório de diagnóstico e visão de futuro e o relatório de planejamento e de ajuste do Plano de Trabalho.

ii. A etapa de definição dos eixos estruturantes e da proposição dos instrumentos de implementação do diagnóstico e de visão de futuro inicia-se com o aprofundamento das questões levantadas, que serão separadas por eixos. Os dados serão integrados pelo georreferenciamento. Também será definido um modelo de desenvolvimento e definidos os cenários. Para essa etapa será elaborado um relatório de consolidação e aprofundamento em agosto e setembro de 2016. Na etapa seguinte, o modelo de desenvolvimento e cenários será consolidado, com a integração dos eixos e a definição do modelo de reconfiguração espacial. Nessa etapa serão gerados os relatórios de propostas a serem entregues em outubro e novembro de 2016. Em seguida, serão definidas as estratégias de desenvolvimento, incorporando os ruídos exógenos e elegendo os vetores e núcleos de expansão e ajustes estratégicos. Para essa etapa será gerado o relatório de estratégias para dezembro de 2016 e o Relatório de planejamento e Ajuste do Plano de Trabalho. Em seguida, será elaborado o programa de ações, com a definição de ações prioritárias. Ao final, será gerado o relatório de Programa de ações prioritárias em janeiro de 2017. Em seguida, será elaborado o detalhamento das propostas de ação, incluindo as salvaguardas do BIRD. Será gerado o relatório de propostas detalhadas a ser entregue em fevereiro de 2017. Por fim, se procederá à consolidação final e validação, que contará com a participação do Conselho do Plano e Comitês. Será gerado um documento contendo os eixos estruturantes e os instrumentos de implementação a serem entregues em março de 2017.

iii. Etapa do Plano Integrado. Essa etapa se inicia com a elaboração preliminar do Plano, contemplando toda a produção do PEDUI e a elaboração dos documentos de apoio. Essa versão será entregue em abril de 2017. Em seguida, será gerada a versão ajustada, a ser apresentada ao conselho e aos comitês. Ela será entregue em maio de 2017. Por fim, a versão final do Plano será elaborada e entregue em junho de 2017.

Vicente destaca a importância do Conselho participar ativamente e validar, mas questiona como e quando as demais instâncias de representação social serão envolvidas. Além disso, ressaltou a necessidade de apresentar produtos parciais (com resultados já concretos) para que a sociedade continue interessada e apostando no Plano. Seria uma forma de realimentar a adesão e participação. Ressalta que os instrumentos de participação por si só não garantem a efetiva adesão. Há que estimular e manter o interesse nas questões do futuro da metrópole. Vicente considera importante casar o cronograma com as oficinas, mas ressaltou a importância de não negligenciar a adesão extra-muros. Sugeriu que se escolham 3 ou 4 momentos de grande visibilidade, eventualmente solenes, que aguçariam o interesse da sociedade na temática metropolitana. Anabela cita o processo de comunicação que já estará ajudando nesse processo. Além disso, poderão ser publicizados os dados sobre o Rio, das enquetes e seus resultados. Paulo Aguiar ressaltou a necessidade de se "pegar carona" nos grandes fatos conjunturais de grande visibilidade. Paulo Costa chama a

atenção para que sejam apresentados produtos indicativos de que o plano está, de fato, acontecendo. Vicente solicita a Galvão que elabore 10 perguntas que possam ser eventualmente levantadas pela sociedade.

Atividades finais:

A próxima reunião fica agendada para o dia 18 as 10 hs. Vicente sugere que seja apresentada a visão de futuro (Accorci) e a matriz de relações dos diversos órgãos do estado. Firmino questiona a eficácia do formulário /questionário que será enviado aos órgãos do estado. Vicente coloca a equipe do GEGM à disposição para ir in loco com a consultoria nas diferentes secretarias/órgãos do estado. A reunião com os municípios será no dia 17 às 14 horas. Vicente solicita que a consultoria faça uma apresentação. Insiste na necessidade de agendar visitas para obter os planos, projetos, etc. Deve ser aproveitado o momento para que a consultoria se faça conhecer.

Ações a serem tomadas

Ação	Responsável	Previsão
Preparar apresentação do Plano Estratégico Metropolitano para reunião do Comitê Metropolitano Municipal para o dia 18/02/2016.	Consultoria Quanta / Jaime Lerner	17/02/2016
Fazer apresentação de todas as ações desenvolvidas pela Câmara Metropolitana através das diversas superintendências.	GEGM	18/02/2016

Próxima reunião do projeto

A próxima reunião fica agendada para 18/02/2016 às 10 horas no Palácio Guanabara.

Informações adicionais

Sem informações.

Lista de Presença (anexa)

Lista de Presença



SECRETARIA DE GOVERNO GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM

Oficina de trabalho (Equipes: Consórcio e UGP)

Data: 11/02/2016


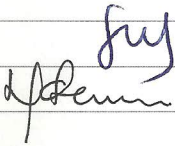
Local: Palácio Guanabara – Prédio Anexo 2º andar – Rua Pinheiro Machado, s/n - Laranjeiras

Nome	Instituição Participante	Telefone	E-Mail	Assinatura
MARINA BENÍCIO	QUANTA / LERNER	98184-9875	marina.benicio@quantacomunidade.com	
ROMULO ORRICO	COPE / UFRJ	98408-8309	romulo@pet.coppe.ufrj.br	
ANABECA PAIVA	QUANTA / LERNER	98158 6851	footera.andela@gmail.com	
ALEXANDRE WEBER	QUANTA / LERNER	85-99704-4949	ALEXANDRE.WEBER@QUANTACOMUNIDADE.COM	
LUIZ FIRMINO	Câmara Metropolitana	985965780	lfirmino.metropolitano@segur.mt.gov.br	
Vicente Loureiro	Câmara Metropolitana	9.0996.6242	vicente.metropolitano@segur.rj.gov.br	
FRULLO COSTA	CÂMARA METROPOLITANA	98596.6242	frullo.metropolitano@segur.rj.gov.br	
Edison Saretto	"	980196763	edison@metropolitano@segur.rj.gov.br	
PÁULO AGUIAR	CÂMARA METRO	988974665	psaaguia@terra.com.br	
MARINA RIBEIRO	CÂMARA METROPOLITANA	997555447	marina.metropolitano@segur.rj.gov.br	
MARCOS GALVÃO	Câmara Metropolitana	9.8888-4801	MARCOS GALVAO2008@GMAIL.COM	
Solange Brune	" "	9.8341-2662	solanage.metropolitano@segur.rj.gov.br	
MILTON M. BASTOS	" "	-	milton.metropolitano@segur.rj.gov.br	
VERA FRANCA e WHITE	" "	99400-2282	vera.metropolitano@segur.rj.gov.br	

Ata de reunião	
SECRETARIA DE GOVERNO GRUPO EXECUTIVO DE GESTÃO METROPOLITANA - GEGM	

Reunião	
Data	Local
Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2016	Palácio Guanabara – Anexo. Rua Pinheiro Machado, S/N , Laranjeiras. Rio de Janeiro – RJ.

Participantes

Nome	Instituição	Assinatura
Paulo Costa	GEGM	
Luiz Firmino	GEGM	
Marcos Galvão	GEGM	
Gerard Fischgold	GEGM	
Sidnei Menezes	GEGM	
Pedro Cascon	GEGM	
Solange Bezerra	GEGM	
Márcia Ribeiro	GEGM	
Edison Barreto	GEGM	
Affonso Accorsi	GEGM	
Milton Bastos	GEGM	
Nelson Caldeira	GEGM	
Alexandre Weber	Consultoria Quanta/J. Lerner	
Marina Bastos	Consultoria Quanta/J. Lerner	
Valéria Bechara	Consultoria Quanta/J. Lerner	
Pedro Strozenberg	Consultoria Quanta/J. Lerner	
Carlos F. Andrade	Consultoria Quanta/J. Lerner	
Ana Bela Paiva	Consultoria Quanta/J. Lerner	
Alberto M.R. Paranhos	Consultoria Quanta/J. Lerner	
Ricardo Pontual	Consultoria Quanta/J. Lerner	

Objetivos

GEGM apresentar as ações desenvolvidas pela Câmara Metropolitana através das diversas superintendências.

Tópicos discutidos

Firmino abre a reunião ressaltando a importância da Consultoria Quanta/ Jaime Lerner estar ciente de todas as ações desenvolvidas pelo GEGM da Câmara Metropolitana.

Conforme sugerido pelo Diretor Executivo Vicente Loureiro foram realizadas as seguintes apresentações: Paulo Aguiar falou sobre o Arco Metropolitano e o Macrozoneamento; Affonso Accorsi tratou sobre a visão de futuro e a matriz de relações dos diversos órgãos do Estado,

ambos produzidos pelo Comitê de estratégias Metropolitanas; Gerard Fischgold (Superintendente de Projetos) falou sobre questões relacionadas a mobilidade, TOD de Queimados; Luiz Firmino (Superintendente de Planejamento) abordou os aspectos de governança, CONLESTE, PETLESTE, Fórum COMPERJ, sobre as PPP para o Saneamento; Nelson Caldeira falou sobre o projeto do SIG metropolitano. Para finalizar o Diretor Adjunto Paulo Costa colocou da preocupação com a conceituação básica de cada etapa do Plano de Trabalho do PEDUI (o que e como fazer). Tratou ainda do evento de instalação do Comitê dos Municípios e do Fórum dos diversos setores da sociedade que participarão da elaboração do PEDUI; sugeriu para o dia do evento mesas por setores, podendo trocar ideia com o cerimonial do Palácio.

Ações a serem tomadas

Ação	Responsável	Previsão
Entregar ao Consórcio Quanta/ Jaime Lerner as apresentações e materiais de todas as ações desenvolvidas pela Câmara Metropolitana através das diversas superintendências para consulta.	GEGM	Imediato e Permanente

Próxima reunião do projeto

A próxima reunião fica agendada para 25/02/2016 às 10 horas no Palácio Guanabara.

Informações adicionais

Sem informações.

Lista de Presença (anexa)

Registro Fotográfico

